

## EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA • Manifestação em Lisboa

Todos no sábado às 15 h ao Marquês de Pombal!

“É preciso travar esta política desastrosa e antipopular”, afirmam as organizações dos trabalhadores que convocaram para sábado, em Lisboa, uma grande manifestação unitária em defesa da Reforma Agrária e contra o aumento do custo de vida. Enfrentando uma situação insuportável, 4 plenários representando centenas de milhares de trabalhadores das regiões de Lisboa e Setúbal, decidiram juntar a voz de todos numa só voz e exigir na rua o fim de uma política que lançou nos campos do Alentejo uma “onda vingativa, imoral e feroz de repressão e violência”. Numa grande manifestação de massas decidiram dizer não à ofensiva contra os direitos

dos trabalhadores e recusar o caminho do desastre em troca da defesa das liberdades, da defesa do regime democrático e da recuperação económica de Portugal. “Esta é a hora de lutarmos unidos e solidários pelos nossos direitos, pelo pão das nossas famílias, pela garantia dos nossos salários e do nosso trabalho, pelos interesses da democracia portuguesa, pela Reforma Agrária e pelas outras conquistas de Abril, pelo progresso de Portugal”. Por isso, todos à Praça do Marquês, na tarde de sábado. A nossa unidade tem força. Também a nossa razão decide.

(Pág. 2)

## Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre cultura física e desporto

Mais uma vez, o PCP intervém de uma forma séria e construtiva na procura de soluções para os problemas do país.

Do Encontro e do amplo e unitário debate nacional que o precederá, resultará certamente um importante contributo à luta para se conseguir rectificações à política seguida neste sector e para se avançar em direcção a uma nova política de cultura física e desporto em Portugal

(Págs. centrais)



7 de Novembro de 1918: na Praça Vermelha, Lenine assiste ao desfile comemorativo do 1.º Aniversário da Revolução

## Os 61 anos de Outubro

### Saudação do PCP ao PCUS

Ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética

Queridos Camaradas:

Ao comemorar-se o 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português envia ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, a todos os comunistas soviéticos, ao heróico povo soviético, as calorosas saudações de combate dos comunistas portugueses.

A Revolução de Outubro, obra de todo o povo russo dirigido pelo Partido Bolchevista encabeçado por Lenine marcou o início de uma nova época histórica, a época da passagem do capitalismo ao socialismo. Ao longo destes 61 anos o povo soviético, sob a direcção do glorioso Partido de Lenine, fez corajosamente frente e derrotou a contra-revolução e a feroz intervenção estrangela, salvou a Humanidade da barbárie nazi-fascista, edificou a sociedade socialista desenvolvida e avança na estrada do comunismo.

O Estado soviético, o primeiro Estado dirigido pela aliança de operários e camponeses, desde o primeiro momento ligou o seu destino à luta pela paz e a amizade entre todos os povos.

A nova Constituição da URSS, aprovada por ocasião do 60.º aniversário da Revolução de Outubro, documento síntese de todas as históricas conquistas e realizações do povo soviético, é uma nova e importante comprovação da superioridade em todos os domínios da sociedade socialista em relação à capitalista.

Os êxitos e realizações da URSS exerceram

e continuam exercendo uma imensa influência na marcha dos povos para a emancipação social e nacional e enchem de alegria o coração dos comunistas portugueses e são por eles sentidos como pertencendo ao património das forças revolucionárias mundiais, nas quais se integram.

Queridos Camaradas:

Os comunistas portugueses, que tiveram um destacado papel na derrota do fascismo, na conquista das liberdades democráticas, da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo operário, alcançadas com a Revolução de Abril continuam na primeira linha do combate pela defesa e consolidação das conquistas da Revolução portuguesa e do regime democrático face à nova ofensiva da reacção interna e do imperialismo internacional. A situação é extremamente complexa e perigosa. Entretanto, o reforço constante do movimento operário e popular de massas, de que o reforço do PCP é um dos aspectos mais significativos, são factores que permitem encarar o futuro com confiança.

Queridos Camaradas:

A Revolução portuguesa beneficiou da viragem operada na situação internacional no sentido do desanuviamento e da coexistência pacífica, tornada possível pelas realizações da URSS e de todo o campo socialista e pela sua acção persistente e consequente em favor da paz, da cooperação e segurança internacionais.

Procurando deter o curso ascendente do processo revolucionário mundial, o imperialismo tenta sabotar

o desanuviamento e relançar o clima de guerra fria, lança-se numa frenética corrida aos armamentos, agrava deliberadamente a tensão internacional, desencadeia violentas campanhas de intrigas e calúnias contra a URSS e outros países socialistas, visando dividir a frente mundial anti-imperialista.

Nesta complexa situação, o PCP considera da mais alta importância o reforço da coesão de todas as forças democráticas e anti-imperialistas, a amizade e cooperação com a URSS e os países socialistas e o combate ao anti-sovietismo, a unidade do movimento comunista internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Para os comunistas portugueses os deveres nacionais e as tarefas internacionalistas são inseparáveis, a defesa das conquistas da Revolução portuguesa e a luta pela paz e pela amizade com todos os povos estão indissoluvelmente ligadas.

O PCP ludo fará para que os indestrutíveis laços de amizade e solidariedade que unem os nossos dois Partidos se estreitem cada vez mais, para que se desenvolvam as relações de cooperação entre o novo Portugal democrático e a URSS, para que a amizade entre o povo português e o povo soviético continue a fortalecer-se e seja imorredora.

Viva o 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro!

Viva a amizade entre o PCP e o PCUS!  
Viva a amizade entre o povo português e o povo soviético!

O Comité Central do Partido Comunista Português



Homens e mulheres, todo o povo angolano, unidos numa mesma vontade: defender a Pátria, construir um país mais próspero e mais feliz



(Pág. 3)

## Angola independente há três anos novamente ameaçada do exterior

### Total apoio do PCP à luta dos democratas e patriotas chilenos

Decorre em Madrid até ao próximo domingo a anunciada Conferência Mundial de Solidariedade com o Chile. Presentes dezenas de convidados de diversos países, incluindo delegados portugueses. O PCP está representado pelo camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do “Avante!”

Em nome do Comité Central do PCP, o camarada Álvaro Cunhal enviou à Conferência a seguinte mensagem:

Os comunistas portugueses saudam calorosamente a Conferência Mundial de Solidariedade com o Chile, que confirma que a luta do povo chileno se tornou, em todo o mundo, uma causa comum das forças da democracia e do progresso social.

Os comunistas portugueses, que conhecem por dura experiência própria o significado do fascismo, exprimem o seu total apoio à luta dos democratas e patriotas chilenos contra a sangrenta ditadura de Pinochet.

Fazemos ardentes votos pelo reforço da unidade e do combate de todos os democratas chilenos com o supremo e comum objectivo libertador.

Estamos absolutamente certos, queridos camaradas e amigos, de que se aproxima rapidamente o dia em que o povo chileno, mártir e heróico, derrotará finalmente o fascismo e conquistará a liberdade.



Conferência Sindical Nacional sobre os problemas da Mulher Trabalhadora: a defesa de legítimos direitos

## Mulheres de Abril (Pág. 5)

## Editorial

## O ANTICOMUNISMO E A FALÊNCIA DA DIREITA

A estrondosa falência da política de inversão do processo democrático em Portugal, da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, provocou necessariamente o esvaziamento político dos partidos que a inspiraram e a realizaram e das forças que lhe forneceram a substância ideológica e lhe prestaram ainda na fase da sua execução prática o suporte político e de classe indispensável.

Para tentarem esconder e confundir o fracasso real desta política, a extrema-direita, os seus ideólogos e propagandistas, procuram afanosamente instilar nos portugueses a descrença nas instituições democráticas, a ideia da falência, não dos seus próprios partidos e concepções antipopulares, mas do regime democrático consagrado na Constituição e dos ideais libertadores do 25 de Abril, mesmo do próprio sistema de partidos.

Este trabalho de frustrados a que deve juntar-se a profunda inconsequência política, a inoperância e a sensível perda de posições do PS e do CDS é - convém não esquecer - uma resultante da insensatez política do PS, e dos seus dois governos posteriores às eleições de 76, sozinho ou coligado com o CDS - de um PS que denegou o seu programa de partido e de governo, que praticou inconcebíveis cedências à direita e ao imperialismo as quais abriram às forças desforristas do passado, legalmente personificadas no PPD e no CDS, as esperanças num rápido restabelecimento dos seus privilégios económicos e do seu poderio político.

É um trabalho ele também inevitavelmente condenado à falência mas que envolve no momento actual enormes perigos para a democracia portuguesa e para as suas conquistas fundamentais.

A política mercenária da equipa do MAP contra a Reforma Agrária agrava perigosamente a situação nacional actual, aprofunda a crise económica e social, desencadeia movimentos e conflitos de consequências imprevisíveis.

As declarações de Mota Pinto,

o Primeiro-Ministro indigitado, apostam na continuidade desta perigosa política, não pressagiam dias melhores para o povo português, reflectem uma opção de classe e de política de natureza altamente preocupante, com elas não se vislumbra o fim da crise mas o seu agravamento, novos factores de deterioração política despontam no horizonte.

☆☆☆

A incapacidade e a indigência políticas da extrema-direita e dos seus partidos mais representativos são uma característica desta fase da crise governativa.

O anticomunismo primário é o projecto político único que a direita oferece ao povo português. O sr. Amaro da Costa, dirigente qualificado do CDS, sempre que vai a Londres traz na sua bagagem novas directivas contra o PCP.

O sr. Amaro da Costa preconiza agora nem mais nem menos que a «confrontação política global» com o PCP. Deve dizer-se que o sr. Amaro da Costa representa um partido cuja imagem parlamentar deixou de ser uma imagem real.

O CDS não é de maneira nenhuma um partido de 41 deputados. É talvez, se for, o partido dos dez deputados da Assembleia Constituinte. O CDS tem completa razão para temer as eleições antecipadas. Compreensivelmente quer poupar-se a um exame decepcionante se tiver de se submeter ao veredicto popular.

Actualmente o CDS é uma pequena marmitta prestes a rebentar pela força das suas contradições internas. A direita civilizada e bem falante que tem bancos a mais no hemiciclo de S. Bento outra saída não vê que a da «confrontação» com o PCP. O que será para o sr. Amaro da Costa a «confrontação»?

Poderá isso estancar a sangria dos seus aderentes e a defecção de alguns dos seus dirigentes mais destacados? Seguramente o sr. Amaro da Costa joga numa carta falsa.

Do lado do PPD o panorama é semelhante.

Sá Carneiro e o seu grupo continuam a negar ao PCP o seu carácter democrático. Mas quem leva a sério que o PPD de Sá Carneiro, cujas práticas golpistas são conhecidas, pretenda ser passador de atestados de democracia aos partidos democráticos?

Na facção de Sá Carneiro o alimento político é, como no CDS, o anticomunismo mais primário. Quem viu na cara de D. Helena Roseta, na TV, os esgares e o ódio profundo ao PCP e aos comunistas ficou elucidado. Entretanto, Sá Carneiro e D. Helena não podem falar em nome de todo o seu partido. Uma parte considerável não joga na carta golpista de Sá Carneiro, insere-se no chamado jogo democrático, busca outras soluções para a defesa dos interesses das camadas sociais que representa.

O episódio Jardim vem mostrar que também no seio do PPD se defrontam correntes antagonicas, que uma corrente democrática não deseja amarrar-se ao jogo golpista de Sá Carneiro e C.ª que - se alguma vez para isso tivesse força - rapidamente encaminharia o país para uma nova ditadura reaccionária.

A direita, que berra e conspira, que faz voz grossa e bate palmas à política mercenária do MAP, é uma força heterogénea, minada de contradições insanáveis, que o povo português poderá reduzir substancialmente no plano eleitoral.

☆☆☆

Os partidos da extrema-direita nenhuma solução apontam para os graves problemas que o país defronta. E entretanto os problemas nacionais agravam-se dia a dia.

A crise económica e financeira conheceu novos agravamentos. O défice da Balança Comercial atinge valores jamais atingidos, o custo de vida galopa sem freio, o crédito é cada vez mais caro, os pequenos e médios empresários agrícolas, industriais e comerciais vêem fechar-se em torno das suas actividades um círculo de ferro que os manietta e atrai para a falência.

## Alberto Jardim: pior a emenda que o soneto

1. Apanhado em flagrante delito contra a legalidade democrática e constitucional, isolado perante a opinião democrática do País, o Governo Regional da Madeira, insistindo proscritivamente nos seus propósitos de discriminação política e ideológica, acaba por se afundar em novas contradições e mentiras na tentativa de salvar a face.
2. Em desespero de causa o Governo Regional da Madeira pretende reduzir a gravidade do seu comportamento, afirmando que a sua deliberação discriminatória visa afinal apenas os elementos «não eleitos» das comissões directivas das escolas, os que «devem ser designados pelo Governo da Região Autónoma». Se o soneto era mau, a emenda ainda é pior.
3. A verdade, porém, é que, pelo menos na versão inicialmente tomada pública, até pela própria imprensa de direita, da deliberação do Governo Regional, nunca foi

referida a expressão elementos «não eleitos» ou de designação do Governo Regional.

Uma coisa é certa: a deliberação fala concretamente de não «homologação» de cidadãos por motivos ideológicos. E é evidente que se, como o Governo Regional afirma, se tratasse realmente de elementos por si designados, então não fazia sentido falar repetidamente em homologação, como o fazem os comunicados daquele Governo. A não ser que o Governo Regional queira convencer a opinião pública de que o que queria absurdamente dizer com a sua deliberação era que aquele Governo não homologaria os «comunistas» por si nomeados para os conselhos directivos das escolas da região!!!

4. De qualquer modo, o que importa sublinhar é que tal orientação e deliberação, mesmo na última versão do Governo Regional, continua a constituir uma gravíssima e intolerável violação dos direitos dos

cidadãos e da legalidade constitucional.

No Portugal democrático, face à Constituição da República, nenhum órgão de soberania, entidade pública ou a autoridade pode, enquanto tal, assumir como sua orientação de princípio qualquer intuito de discriminação ideológica. E de igual modo, nenhum cidadão investido em cargos públicos pode, na qualidade de titular desses cargos, sacrificar o princípio do interesse geral e da igualdade dos cidadãos perante a lei em favor de critérios e decisões inspirados pelo sectarismo partidário e pela discriminação política.

5. Por muito que isso desgoste o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, a verdade é que, nos termos do art.º 13.º da Constituição, «ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de» (...)

«convicções políticas ou ideológicas» (...)

A verdade é que, por muito que custe ao presidente do Governo Regional, Alberto Jardim, e aos seus acólitos do PPD/Sá Carneiro, o art.º 47.º da Constituição estabelece que «ninguém pode» (...) «ser privado do exercício de qualquer direito por estar ou deixar de estar inscrito em algum partido legalmente constituído».

6. A reacção desesperada do presidente do Governo Regional da Madeira apenas serviu para confirmar a gravidade da situação antidemocrática imposta na Madeira pelos homens do PPD/Sá Carneiro que tão vivamente tem sido denunciada e merecido o justo repúdio da opinião democrática do nosso País.

3 de Novembro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

## Grande manifestação em Lisboa

Num manifesto aos trabalhadores e à população dos distritos de Lisboa e Setúbal, convocando para o próximo sábado, em Lisboa, uma grande manifestação unitária em defesa da Reforma Agrária e contra o aumento do custo de vida, as União dos Sindicatos (USL e USS) e as Comissões de Trabalhadores das Cintas Industriais (CIL e CIS), daqueles distritos, afirmam: **Esta é a hora de lutarmos unidos e solidários pelos nossos direitos, pelo pão das nossas famílias, pela garantia dos nossos salários e do nosso trabalho, pelos interesses da democracia portuguesa, pela Reforma Agrária e pelas outras conquistas de Abril pelo progresso de Portugal.**

Perante uma «situação insuportável» que se reflecte nomeadamente no aumento incessante do custo de vida e na ofensiva

de violências e arbitrariedades contra a Reforma Agrária, aquelas organizações laborais, com a legitimidade que lhes assiste, «apelam a todos os trabalhadores, homens, mulheres e jovens das regiões de Lisboa e Setúbal para que participem e se incorporem, com firmeza, confiança e entusiasmo, na grande manifestação unitária contra o aumento do custo de vida e de solidariedade com a Reforma Agrária, do próximo sábado, 11 de Novembro, com concentração às 15 horas no Marquês de Pombal».

Aprovada em quatro plenários convocados por aquelas organizações de trabalhadores, respectivamente em Lisboa, Setúbal, Cova da Piedade e Santa Iria da Azóia, a manifestação tem o apoio das largas centenas de milhares de trabalhadores profundamente afectados nos seus interesses mais

legítimos e nos seus direitos essenciais por uma política desastrosa e antipopular.

O manifesto assinala com firmeza a necessidade de combater essa política para travar, nomeadamente, «a ofensiva criminosa contra os portugueses e contra Portugal», consubstanciada na «onda vingativa, imoral e feroz de repressão e violência que se abate todos os dias sobre os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária».

Recusando o «caminho para o desastre» e escolhendo outro, as organizações subscritoras do manifesto acrescentam:

**A defesa das liberdades e do regime democrático, a recuperação económica de Portugal, a saída das dificuldades nacionais reclamam não o agravamento, mas a melhoria das condições de vida do povo; não a destruição, mas a defesa e o respeito das**

conquistas do 25 de Abril; não a satisfação dos interesses egoístas dos grandes capitalistas, dos grandes latifundiários e dos credores estrangeiros, mas a satisfação das reivindicações populares; não o fatalismo do desastre, mas a confiança na capacidade e na energia que os portugueses estão dispostos a colocar na solução dos problemas nacionais.

Num comunicado, a DORL do PCP apoiava, entretanto, a jornada, apelando «a todos os democratas, seja qual for a sua tendência política, ao povo de Lisboa, para se incorporarem nessa manifestação e a transformarem numa poderosa afirmação de unidade e vontade firme de defender as conquistas de Abril, a liberdade, a democracia e a melhoria das condições de vida do povo português».

## Unidade e acção em defesa da Reforma Agrária, contra o aumento do custo de vida

1. De novo nos campos do Sul os latifundiários e seus agentes desencadeiam uma onda de violência brutal contra os heróicos obreiros da Reforma Agrária.

Abusando dum poder que lhe não cabe, atropelando até mesmo a própria lei que invoca, um governo sem representatividade democrática, demitido pela Assembleia da República, e cães-polícias saqueiam as terras, gados e alfaías das UCPs e Cooperativas para as entregar a agrários e seus lacaios. Quando os trabalhadores rurais e camponeses empenham todas as suas forças na pacífica e produtiva tarefa de semear o pão português - Vaz Portugal e Ferreira do Amaral, ao serviço da CAP, querem outra vez fazer as negras sementeiras do terror, do desemprego e da fome. Em vez de promover o aumento da produção, o MAP prejudica as

sementeiras, persegue quem trabalha.

Trata-se de um verdadeiro crime contra o interesse nacional, dum atentado à Constituição, à paz e tranquilidade públicas, dum tentativa de agravar ainda mais a situação política, social e económica nacional.

2. Fome, desemprego e repressão é também o que o Governo demitido Nobre da Costa e o grande patronato querem impor aos trabalhadores de todo o País, ao Povo português.

O incessante aumento do custo de vida é agora ainda mais acelerado pelo escandaloso aumento dos combustíveis, criando uma situação insuportável para as famílias portuguesas. Nobre da Costa devolve empresas aos patrões sabotadores e manobra para levar à falência empresas nacionalizadas e intervencionadas. O desemprego aumenta, enquanto milhares de traba-

lhadores têm os salários em atraso, centenas de milhares de trabalhadores vêem retardada a saída dos seus contratos colectivos de trabalho pelas manobras do patronato reaccionário, a que o Governo não põe cobro. Aumenta a repressão patronal, a violação dos direitos dos trabalhadores, os despedimentos arbitrários.

Trata-se de uma nova ofensiva do grande patronato para fazer pagar ao nosso Povo os custos de uma política contrária ao 25 de Abril, de recuperação capitalista, agrária e imperialista, que a experiência já demonstrou de sobejo não resolver, antes agravar, os problemas nacionais.

3. Tendo tomado conhecimento da convocação, pelas estruturas representativas dos trabalhadores, de uma grande manifestação popular em defesa da Reforma Agrária e de protesto contra o aumento do custo de vida, para

o próximo dia 11, sábado, pelas 15 horas, desde o Marquês de Pombal ao Terreiro do Paço - a DORL do PCP manifesta o seu total apoio a essa oportuna e patriótica iniciativa e apela a todos os comunistas, a todos os democratas, seja qual for a sua tendência política, ao povo de Lisboa, para se incorporarem nessa manifestação e a transformarem numa poderosa afirmação de unidade e vontade firme de defender as conquistas de Abril, a liberdade, a democracia e a melhoria das condições de vida do Povo português.

UNIDADE E ACÇÃO EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA, CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!

Lisboa, 6 de Novembro de 1978

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-4. Tel. 769744.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora L. Inês, SARL, Central, Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Compago e Ingressos. Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Outubro: 74 812



# Larga movimentação no Norte Unidade e luta para derrotar política do Governo demitido

A vasta onda de solidariedade dos trabalhadores do Norte com a Reforma Agrária tem-se associado com o levantamento das reivindicações e problemas mais importantes da classe operária, a luta contra o aumento do custo de vida e contra a política de direita prosseguida pelo Governo demitido de Nobre da Costa.

Nestes dias, importantes sectores estão em movimento para defenderem os seus direitos, as conquistas alcançadas e para melhorarem as suas condições de vida, como é o caso da indústria química, que paralisa hoje e amanhã.

## Firmeza e combatividade na Real Vinícola

A esmagadora maioria dos trabalhadores da Real Vinícola paralisaram a sua actividade, durante a manhã da passada sexta-feira, derrotando as manobras desestabilizadoras, policiais e violentas do saboteador Silva Reis, que chegou a contratar vinte «jagunços» no Douro.

notas de culpa sejam anuladas, as regalias retiradas sejam — de novo — postas em prática e aos despromovidos seja dada a categoria que já tinham.

Entretanto, as muitas centenas de tomadas de posição de sindicatos, uniões sindicais, delegados, activistas e comissões sindicais e de trabalhadores, de plênários de empresa e abaixo-assinados de solidariedade com a Reforma Agrária e contra a política de direita, juntam-se os documentos e posições de inúmeras organizações populares e de moradores do Norte, de que um exemplo é o Manifesto ao Povo do Porto, assinado por 20 comissões e associações de moradores, por 15 comissões de moradores dos bairros camarários, pela Coordenadora das associações e comissões de moradores e pela Comissão Central dos Bairros Camarários.

Após recordarem que as medidas adoptadas pelo gabinete

demitido na Assembleia da República, em vez de contribuírem para a resolução das tremendas carências do povo, as agravam de espuoradamente. Os signatários do documento alertam os moradores do Porto para a necessidade de se mobilizarem, com urgência, «para a defesa das conquistas alcançadas com o 25 de Abril, lutando pela manutenção do poder de compra, pelas liberdades, que, neste momento, estão a ser espezinhadas desde os campos do Alentejo e do Ribatejo, até às empresas em que os patrões respondem às justas reivindicações dos trabalhadores com o despedimento».

## Reforço da unidade

No quadro da movimentação de massas contra a política de direita, assume particular importância o reforço das posições unitárias no Movimento Sindical e nas estruturas dos trabalhadores. Somando-se a outras importantes derrotas dos amarelos, há a registar — nos últimos dias — a perda de dois sindicatos pela direita: Construção Civil de Viana do Castelo e Pescadores da Afurada.

Em Viana do Castelo, a lista unitária obteve 186 votos, contra 152 da lista de direita, afectada à chamada CDT. Na Afurada, a lista unitária e única recolheu o apoio de 62 dos 84 pescadores

que, no passado dia 29 de Outubro, acorreram às urnas. Realce-se, por outro lado, a eleição de listas unitárias para as direcções dos Sindicatos dos Pescadores de Vila do Conde e para a secção de Santo Tirso do Sindicato dos Têxteis dos Distritos

a unidade triunfar sobre listas de direita: no Norte, na RDP, a lista unitária teve 175 votos, a lista do PPD 99 e a do MRPP 1; nos TLP — lista A (PS/direita) 777 votos, lista B (unitária) 804; na Corfams — lista A (PPD/GDS) — 104 votos; lista B (unitária) 274 votos.

contrária aos seus interesses da lei dos senhorios ricos, os pequenos e médios agricultores não deixam de, por múltiplas formas, exigir do Governo uma política que assegure o escoamento dos produtos agrícolas a preços compensadores.

É verdadeiramente escandalosa a complexidade deste Governo com as traficâncias e negociações dos grandes intermediários e comerciantes. Com a conivência da CAP, a Junta Nacional das Frutas está a retardar a intervenção no mercado da batata e prepara-se para fazer fretes aos grandes intermediários. Quem os paga é o produtor. Não só ainda não foram liquidadas muitas das dívidas da JNF pela intervenção do ano transacto, como também os pequenos e médios agricultores estão a sofrer um «cerco» dos parasitas que oferecem «tuta e meia» pela batata e não fazem compras.

Quanto ao vinho, aproveitando-se de uma subida do preço do produto na origem, os grandes grossistas do sector estão a desenvolver manobras especulativas, através do aumento dos preços e da falsificação do produto, aumentando consideravelmente os preços ao consumidor. Além disso, a Junta Nacional dos Vinhos, chefiada pelo Tomás Correia da CAP, prepara-se para fazer uma avultada

importação de vinho que, inevitavelmente, lesará os produtores e beneficiará meia dúzia de grandes intermediários.

Deve dizer-se que os problemas da comercialização dos produtos agrícolas se não resolvem porque o Governo e os organismos responsáveis não querem, nem estão interessados. Além da falta de um adequado apoio técnico, que poderia contribuir para a minimização dos custos de produção, o Governo actua no sentido contrário, como o provam os recentes aumentos dos preços dos adubos (38%) e do gasóleo (33%), enquanto já se começa a falar num agravamento de mais de 20% no preço dos pesticidas.

Não são só os pequenos e médios agricultores a ter razões de queixa. Também os pequenos e médios industriais e comerciantes sentem dificuldades e começam a reagir de uma forma cada vez mais combativa, como o fizeram há dias no Porto, cerca de duas centenas de proprietários de táxis e carros da letra «A», que aprovaram uma moção de repúdio contra o recente agravamento do preço do gasóleo.

aspectos da situação nacional, converge o repúdio dos trabalhadores e das camadas médias contra a política de desastre económico e de bancarrota, imposta pelo FMI e apoiada pela CIP, a CAP e a Confederação do Comércio, nomeadamente.

A política restritiva, subordinada aos interesses do imperialismo e dos monopólios internacionais, tem provocado um sério agravamento da situação em numerosas empresas (algumas arrastadas conscientemente para a falência como é o caso da SEMIDA, de lhavov), degradadas as condições de vida dos trabalhadores e atingindo duramente as camadas médias da nossa sociedade.

Caso não seja definida a curto prazo uma nova política, que facilite o acesso ao crédito, diminua as taxas e despesas bancárias, diminua o preço dos factores de produção, amplie o mercado interno, defenda e apoie o sector nacionalizado, a crise com todas as suas consequências assumirá consideráveis proporções. É tempo de mudar a política do caos económico, do desastre e da dependência do imperialismo. Nisso estão cada vez mais de acordo os trabalhadores, os camponeses e um número cada vez maior de pequenos e médios comerciantes e industriais do nosso país.

## Concentração em Campanhã

Realiza-se no próximo sábado, às 16 horas, na Praça da Corujeira, em Campanhã, no Porto, uma concentração popular, contra o agravamento do custo de vida, a falta de géneros e a violência do MAP contra os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo. Esta iniciativa da Comissão Unitária de Mulheres de Campanhã está a ser apoiada por numerosas comissões de moradores e de trabalhadores daquela zona do Porto.

do Porto e Aveiro. Nestas, a lista unitária teve 2030 sufrágios, o que significa um aumento para o dobro no número de votos, relativamente às recentes eleições para a direcção do Sindicato.

Significativos são também os resultados das últimas eleições para comissões de trabalhadores, onde aqueles que defendiam

## Reforça-se a luta dos camponeses

Nas suas variadas frentes reforça-se o movimento camponês do Norte, mobilizando rendeiros e pequenos e médios agricultores, interessados na criação de condições para uma vida melhor nos campos. Enquanto os rendeiros intensificam a sua luta pela revogação dos artigos

## Interrogações e reparos à cerca de declarações do primeiro-ministro indigitado

1. Em entrevista ontem transmitida pela RTP-1, o Primeiro-Ministro indigitado produziu afirmações sobre diversos aspectos da situação política actual que não podem deixar de suscitar justificadas interrogações e reparos.

2. Com efeito, seria legítimo esperar que, estando em curso diligências para se encontrar uma solução para a crise de Governo, o Primeiro-Ministro indigitado se abstivesse de tomar posições susceptíveis de animar o clima político do País e de estimular e caucionar uma política agressiva em relação a conhecidos pontos de tensão e conflito existentes na sociedade portuguesa.

3. O PCP regista como negativo que, no momento em que um amplo e diversificado conjunto de forças políticas e sociais se pronuncia contra a ofensiva de violência e arbitrariedade conduzida pelo MAP contra a Reforma Agrária, o Primeiro-Ministro indigitado tenha vindo fazer o elogio de uma equipa

reconhecidamente desrespeitadora da Constituição e dos interesses dos que trabalham a terra.

4. O PCP lamenta que o Primeiro-Ministro indigitado tenha resolvido juntar a sua voz à campanha de mistificação que o actual Governo demitido tem conduzido em torno da questão da «aplicação das leis» e da «legalidade democrática».

O PCP considera que a defesa da «legalidade democrática» exige, antes de mais, que se ponha termo à prática daqueles que, em diversos sectores da vida nacional, patrocinam a constante violação de leis democráticas e favoráveis aos interesses dos trabalhadores, que aplicam as leis com duplicidade de critérios, que praticam flagrantes ilegalidades mesmo em relação às leis que invocam, que exprimem na sua prática quotidiana o maior desprezo pela lei fundamental do País, a Constituição.

5. O PCP exprime o seu desacordo em relação à ideia expressa pelo Primeiro-Ministro

indigitado de que as greves seriam um «atentado» contra os direitos dos desempregados.

A responsabilidade pela actual intensidade da luta reivindicativa dos trabalhadores portugueses e pela amplitude dos conflitos sociais pertence ao grande patronato sabotador e revanchista que ofende e viola diariamente os direitos dos trabalhadores e procura intensificar a sua exploração e a desastrosa política económica e social que tem sido seguida e que, no interesse nacional, urge rectificar. O PCP, que sempre tem defendido que o recurso à greve tenha em conta a situação económica do País, dos sectores e das empresas, tem autoridade para sublinhar que, ao contrário do que insinuou o Primeiro-Ministro indigitado, a luta dos trabalhadores portugueses é inspirada por elevados valores de solidariedade de classe com os trabalhadores desempregados e incorpora a patriótica exigência de uma nova política voltada para a recuperação económica nacional.

6. O PCP, pela sua parte, insiste

em que a intervenção serena, combativa e construtiva da população laboriosa em defesa dos seus interesses e aspirações, no quadro do inalienável exercício das liberdades e dos direitos constitucionais dos cidadãos, constitui uma demonstração da vitalidade da democracia portuguesa e uma positiva contribuição para a defesa do regime constitucional e para a solução dos problemas nacionais.

7. Apesar de as recentes declarações do Primeiro-Ministro indigitado parecerem confirmar as reservas que o PCP oportunamente formulou, o PCP mantém a sua atitude de procurar esgotar todas as possibilidades de contribuir de forma responsável e construtiva para que na solução da actual crise governamental sejam salvaguardados os interesses do povo, da democracia e da independência nacional.

Osba, 6 de Novembro de 1978  
A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

## A República Popular de Angola comemora o seu 3.º Aniversário

# Solidariedade activa com o povo angolano!

A 11 de Novembro de 1975, pelas zero horas, era proclamada solenemente, perante a África e o Mundo, a independência de Angola. A antiga possessão colonial portuguesa transformava-se num país soberano e livre, virado para o progresso e a paz do seu povo, culminando uma longa e heróica luta armada levada a cabo pelos melhores filhos da terra angolana e liderada pela sua vanguarda revolucionária, o Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA.

Nessa data o povo angolano e a sua vanguarda revolucionária, o MPLA, estavam sendo alvo de uma vasta operação imperialista que visava afogar em sangue a independência do país e subverter o processo de descolonização, transformando-o em macabro farsa neo-colonialista. Para isso foram utilizados os agrupamentos fantoches da UNITA e da FNLA, bandos tribalistas promovidos a «movimentos de libertação», como testas de ferro de uma maquiagem em que foram jogados pelo imperialismo impressionantes recursos técnicos e humanos — muitos milhares de mercenários recrutados entre a escória do mundo capitalista, um caudal de armamento sofisticado e o envolvimento directo de tropas de países limitrofes.

Todos foram varridos inexoravelmente pelo povo angolano e o MPLA, que mais uma vez contaram com o apoio militante e a solidariedade activa da União Soviética, Cuba e outros países socialistas, as im como das

massas trabalhadoras de todo o mundo.

Passados três anos sobre essa data gloriosa, novas maquiagens se preparam pois o imperialismo, accossado pela imparável luta de libertação dos povos oprimidos em África e no mundo, não desiste das suas operações de desestabilização aos regimes livres e progressistas. É aí que se enquadra a nova ameaça dos racistas sul-africanos à República Popular de Angola, violando o espaço aéreo do sul do país como prelúdio de mais uma agressão directa à pátria angolana, exactamente agora, quase três anos depois da espectacular derrota que lhes foi infligida pelas FAPLA, as Forças Armadas da RPA.

Os racistas da África do Sul serão mais uma vez derrotados, caso materializem nova agressão à RPA, como o serão, no futuro, pelo próprio povo sul-africano.

Este 3.º aniversário da República Popular de Angola não apresenta apenas ao mundo todo um conjunto de realizações

económicas e sociais como balanço espectacular das actividades de um país quando livre e virado para a construção duma sociedade socialista: Mostra a força de um povo que construiu a sua liberdade e a soube defender dos seus inimigos, numa via que sob a direcção do MPLA — Partido do Trabalho, será prosseguida.

Em vésperas do terceiro aniversário da independência de Angola — duramente conquistada não só erguendo armas contra o colonialismo português, mas também contra movimentos fantoches intimamente ligados às mais reacionárias forças de África, bem armadas pelo imperialismo — o povo angolano vê-se obrigado, uma vez mais, a concentrar esforços para a defesa da independência, da liberdade, das profundas conquistas revolucionárias entretanto alcançadas.

Desde Agosto, aviões sul-africanos sobrevoam território de Angola em missões de reconhecimento. Nas fronteiras com Angola estão concentrados perto de 50 mil soldados sul-africanos. Dentro dos seus preparativos de guerra, a RSA encomendou à RFA 300 carros «a todo o terreno». Helicópteros de fabricação francesa estão preparados para eventuais incursões das tropas racistas em território angolano.

declorado o estado de alerta geral, todos os recursos do país são considerados mobilizados para uma acção de defesa. O camarada Agostinho Neto, comandante em chefe das Forças Armadas e presidente da República estabeleceu o imediato recolher obrigatório nas áreas ameaçadas. Lubango, Moçâmedes, Menongue, entre outros centros populacionais, estão directamente ameaçados. Mesmo Luanda pode ser alvo de uma agressão por parte do bem-apetrechado Exército sul-africano, tecnologicamente apoiado pelas principais potências capitalistas. O povo angolano — que hoje dispõe de umas Forças Armadas enriquecidas e em crescimento — mobiliza as suas milícias.

Os frutos e os perigos da política imperialista em África estão à vista.

Uma profunda solidariedade, alcançada na luta comum contra o colonialismo e o fascismo, une os povos de Angola e de Portugal, une o MPLA e o PCP, immanados desde sempre no combate pela liberdade nos seus respectivos países. Num momento em que as continuadas ameaças a Angola independente e livre, poderoso factor de progresso no continente africano, assume formas de uma perigosa agressão, a solidariedade internacional ao povo angolano, a solidiedade do povo português, dos comunistas portugueses, estará à altura das exigências que o momento impõe.

## Delegação da UJC e da UEC na Checoslováquia

Encontra-se desde o passado dia 3 na República Socialista da Checoslováquia, a convite da União da Juventude Socialista desse país (SSM), uma delegação oficial da UJC/UEC.

A visita desta delegação integra-se no quadro das fraternais relações de amizade e cooperação que tradicionalmente ligam as organizações dos dois países.

Compõem a delegação da juventude comunista portuguesa os camaradas Fernando Rodrigues, da Comissão Executiva da CC da UJC, Albano Reis, da CC da UJC, e Olga Nunes, da CC da UEC.

A delegação terá

oportunidade de visitar várias cidades para se inteirar dos progressos da construção socialista e da vida da juventude na Checoslováquia, terá encontros com os dirigentes da CC da SSM, representantes do Partido Comunista e de órgãos estatais da RSCh.

Esta visita será um importante contributo para o reforço das relações de cooperação entre a UJC da Checoslováquia e as organizações da juventude comunista portuguesa (UJC, UEC) e uma ocasião para o desenvolvimento da amizade e conhecimento mútuo entre as juventudes de Portugal e da Checoslováquia.

## Saudação do PCP aos camaradas do lémen

Em nome do Comité Central do PCP, o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, enviou ao Comité Central do Partido Socialista lemenita a seguinte saudação:

Queridos camaradas: Por motivo da constituição do Partido Socialista lemenita, em recente Congresso, enviamo-vos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Fazemos votos para que o Partido Socialista lemenita, à frente da classe operária e das massas trabalhadoras, alcance os maiores sucessos na edificação na República Democrática Popular do lémen de uma sociedade próspera, progressista e independente, no caminho do socialismo.

Reiterando-vos a solidariedade dos comunistas portugueses e expressando a nossa vontade de estreitar os laços que unem os nossos dois partidos, enviamo-vos, queridos camaradas, as nossas fraternais saudações.

## O 60.º aniversário do PC da Grécia

Em Novembro de 1918 foi fundado o Partido Socialista Operário da Grécia, predecessor da actual organização de vanguarda dos comunistas e dos trabalhadores do país. Com efeito, em 1920, aquele partido tomou o nome de Partido Comunista da Grécia (KKE).

Na passagem desta efeméride, O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central da Grécia a seguinte saudação:

Queridos Camaradas:

Por ocasião do 60.º aniversário da fundação do Partido Comunista da Grécia é com profunda satisfação que o Comité Central do Partido Comunista Português envia as suas mais calorosas e fraternais saudações ao Comité Central do Partido Comunista da Grécia e, por vosso intermédio, a todos os comunistas e à classe operária grega.

Desde a data histórica da sua fundação que o Partido Comunista da Grécia se mantém na vanguarda da defesa dos interesses das classes trabalhadoras do seu país, quer quando a luta do povo grego contra as agressões do nazi-fascismo e do imperialismo, pela independência nacional, quer, ao longo de 27 anos de vida clandestina,

lutando pela unidade dos trabalhadores, de todas as forças anti-imperialistas e anti-monopolistas, contra a ditadura militar fascista, pela liberdade, a democracia e o progresso social.

Hoje, passados quatro anos sobre a queda da ditadura fascista, e a luta dos comunistas continua e alcança novos e importante sucessos.

O PCP saúda o profundo espírito internacionalista demonstrado pelo PCG, nomeadamente as provas de solidariedade para com a nossa revolução e a luta dos comunistas portugueses.

Fazemos votos para que as comemorações do 60.º aniversário constituam mais um êxito na vossa luta, mais uma demonstração da influência e do prestígio do PCG no seio da classe operária e das massas trabalhadoras.

O PCP assegura-vos, queridos Camaradas, que tudo fará para que se continuem a desenvolver e reforçar os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos dentro do espírito do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

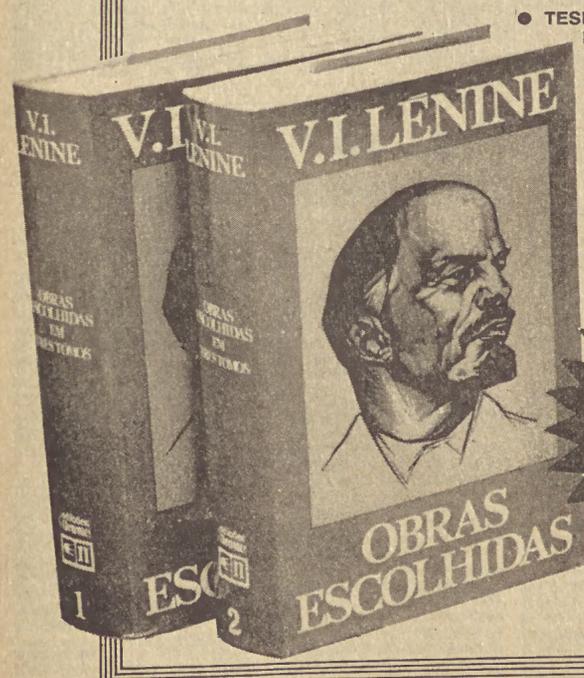
# OBRAS ESCOLHIDAS de LÉNINE

## 2.º Volume em português Tradução Rigorosa

Este volume contém obras de Lénine escritas entre Março de 1917 e Novembro de 1918.

### PRINCIPAIS OBRAS CONTIDAS NO TOMO 2

- TESES DE ABRIL • A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA E COMO COMBATÊ-LA
- O ESTADO E A REVOLUÇÃO • OS BOLCHEVIQUES DEVEM TOMAR O PODER • CONSERVARÃO OS BOLCHEVIQUES O PODER DE ESTADO?
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO • AS TAREFAS IMEDIATAS DO PODER SOVIÉTICO
- CARTA AOS OPERÁRIOS AMERICANOS •



À venda 800 págs. 250\$00

CDL a distribuição

# Semana

### 1 Quarta-feira

1755 — Um grande terramoto destrói quase por completo a parte baixa da cidade de Lisboa.

Começam, em Coimbra, as Primeiras Jornadas Internacionais de Arteseriores. ■ O patronato da firma «Lopes e Figueiredo», de Viseu, falha uma tentativa de «lock-out» face à firmeza dos trabalhadores. ■ Chega a Luanda o tenente-coronel Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução. ■ O Partido Socialista Revolucionário — novo agrupamento político surgido da fusão da LCI e do PRT — manifesta a sua posição contra o Governo de Mota Pinto, ainda em formação. ■ Em entrevista à televisão, o dissidente do PS, Medeiros Ferreira, classifica-se como «um intelectual com o gosto pelas responsabilidades colectivas».

### 2 Quinta-feira

1974 — A Comissão Democrática Eleitoral (CDE) anuncia a sua passagem a partido com a designação de Movimento Democrático Português (MDP).

Chega a Lisboa uma missão do Fundo Monetário Internacional. ■ A Comissão Coordenadora da Aliança Povo Unido de Évora divulga os nomes dos candidatos efectivos e suplentes para as eleições municipais do próximo dia 19. ■ O Sindicato dos Trabalhadores em Camões dos Distritos de Lisboa e Setúbal denuncia a especulação que se verifica no sector, sem que o Governo intervenha. ■ A Federação da Área Urbana de Lisboa do Partido Socialista expressa a sua solidariedade e o seu «apoio indefectível» à UGT, central sindical paralela. ■ Consuma-se a entrega da empresa de concentrados de tomate «Consol» aos ex-proprietários que a tinham levado à falência. O esforço dos trabalhadores tomara viável a sua recuperação económica. ■ O MAP proibe a implantação de pastagens nas UCPs e cooperativas agrícolas. ■ A reunião do Conselho de Ministros do Governo demitido aprova a devolução de mais empresas intervencionadas e aprova um projecto de decreto-lei referente às indemnizações a conceder aos grandes agrários.

### 3 Sexta-feira

1976 — É empossada a Comissão Constitucional que tem como presidente um membro do Conselho da Revolução.

Os sindicatos e as comissões de trabalhadores dos distritos e das Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal convocam uma grande manifestação de massas para o dia 11, de apoio à Reforma Agrária e de repúdio pelo brutal aumento do custo de vida. ■ Uma delegação da CGTP/Intersindical Nacional avista-se com o Primeiro-Ministro demitido protestando contra a actuação governamental que «contribui para o aumento da desestabilização social». ■ A Direcção-Geral de Fiscalização Económica apreende cerca de 126 500 litros de azeite falsificado. ■ Uma dependência do Banco Totta & Agores, em Lisboa, é assaltada por dois indivíduos que roubam cerca de 400 contos. ■ A Confederação Nacional da Agricultura avista-se com o ministro demitido da Agricultura e Pescas. Os agricultores exigem entre outras regalias a concessão de linhas de crédito agrícola. ■ Milhares de trabalhadores participam, na Covilhã, na manifestação de solidariedade com os 600 trabalhadores da têxtil Ernesto Cruz, há meses sem salários. ■ O tenente-coronel Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução avista-se em Luanda, com o Presidente Agostinho Neto a quem entrega uma mensagem pessoal do Presidente da República Portuguesa. ■ O general Ramalho Eanes recebe o dr. Jorge Sampaio, que preside à delegação portuguesa que negocia aspectos da cooperação económica e financeira com a República Popular de Moçambique. ■ O «Diário da República» é publicada a Lei do Recenseamento Eleitoral. ■ O seminário «O Jornal» noticiado que o economista Romy Freire aderiu ao Partido Socialista. ■ Em Coimbra, os trabalhadores manifestam-se contra o aumento do custo de vida e expressam a sua solidariedade à Reforma Agrária.

### 4 Sábado

1974 — Num acto provocatório, elementos do grupo pseudo-esquerdista MRPP assaltam e destroem parcialmente a sede em Lisboa do CDS.

Por iniciativa do Secretariado Nacional da CGTP/IN começa na «Voz do Operário» a Conferência Sindical Nacional sobre os problemas da Mulher Trabalhadora. ■ Em Almada, milhares de pessoas manifestam-se contra o aumento do custo de vida e contra a política do Governo demitido de Nobre da Costa. ■ No Porto, professores de Educação Física repudiam a Portaria 434/78, que cria um organismo de inspecção daquele ramo do ensino em tudo idêntico aos serviços da extinta «Mocidade Portuguesa». ■ Durante um comício realizado em Beirós, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP declara: «Esperamos que as declarações de Amaro da Costa sobre a «confrontação» com o PCP ajudem a esclarecer aqueles socialistas que acreditaram no prolapso do democratismo desse e de outros falsos cristãos, aquando da coligação do Governo PS/CDS». ■ Reúne-se em Évora o Conselho Nacional do PPD.

### 5 Domingo

1941 — Greve dos trabalhadores têxteis da Covilhã que dura três dias e à qual o fascismo opõe uma brutal repressão.

Na Conferência Sindical sobre os problemas da Mulher Trabalhadora é aprovada uma «carta reivindicativa» e é feito o apelo à participação das mulheres na vida sindical. ■ Em Montemor-o-Novo termina o Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde, organizado pela CPARA. ■ No Funchal, o deputado do CDS, Anacoreta Correia, nega a existência de crise interna no CDS bem como que seja intenção de Freitas do Amaral e Basílio Horta demitirem-se de dirigentes do partido. ■ Em Évora, Sá Carneiro, do PPD, pronuncia-se mais uma vez pela necessidade de eleições gerais antecipadas e referendo-se ao futuro governo realça que este à partida não pode reunir condições para governar. ■ Em declarações à RTP 1, o Primeiro-Ministro indigitado classifica como «positiva» e de interesse nacional a acção do MAP do Governo demitido na zona da Reforma Agrária. ■ A Juventude Socialista manifesta-se contra a recondução da actual equipa do MAP para o IV Governo. ■ Num artigo publicado no «Diário de Notícias» do Funchal o deputado do PPD pela Madeira, António Loja, considera «legítima, inconstitucional e imoral» a medida do Governo Regional em excluir os comunistas dos conselhos directivos das escolas.

### 6 Segunda-feira

1929 — Morre o grande pintor Colubano Bordalo Pinheiro.

A repressão e a violência voltam ao Alentejo em virtude da política do MAP que insiste na entrega ilegal de terras aos latifundiários. Em Campo Maior cerca de 30 trabalhadores são espancados. ■ Em Coimbra, um grande incêndio seguido de explosões de bilhas de gás origina o desmoronar do prédio onde se encontrava a delegação do jornal «o diário». ■ Na «Voz do Operário» realiza-se uma sessão de solidariedade com o povo oprimido do Chile. ■ A Comissão Política do Comité Central do PPD manifesta o seu desacordo em relação às declarações proferidas na véspera pelo Primeiro-Ministro indigitado, Mota Pinto, num comunicado em que se afirma que se exige do MEC a solução para a crise do Governo, o Primeiro-Ministro indigitado se abstivesse de tomar posições susceptíveis de adensar o clima político do país e de estimular uma política agressiva em relação a conhecidos pontos de tensão e conflito existentes na sociedade portuguesa.

### 7 Terça-feira

1932 — A polícia política do fascismo assassina o estudante e militante comunista Alfredo Ruas.

Na Madeira, o movimento separatista FLAMA e o Governo Regional, em sintonia, incitam a população a manifestar-se na rua. ■ Começa em Almada o julgamento do dirigente do Partido Socialista, Edmundo Pedro. ■ Pelo ministro das Finanças demitido, Silva Lopes, e pelo embaixador da Inglaterra é assinado um contrato de um empréstimo daquele país no valor de cinco milhões de libras (455,5 mil contos). ■ A falta de leite e a inoperância do Governo na resolução deste problema é abordado na Assembleia da República pela deputada comunista Zita Seabra. ■ A DORL do PCP apela à participação maciça na manifestação do dia 11, em Lisboa, contra o aumento do custo de vida e em defesa da Reforma Agrária.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## Será hoje votada a reestruturação de Letras?

Não foram apenas os debates, após uma semana de trabalho em comissões, que animaram, na passada terça-feira, a sessão da Assembleia da República. Muitos jovens encheram, apesar do dia chuvoso a dificultar as deslocações, as galerias que, estranhamente, desde a rejeição do Governo Nobre da Costa, se encontravam habitualmente vazias.

É que se tratava, também de rejeitar algo de nocivo ao país, especialmente à juventude, muito especialmente aos estudantes das Faculdades de Letras. E de tentar abrir, com esse acto, um caminho novo. Mas não foi desta. As atenções vão novamente, hoje à tarde, voltar-se para São Bento onde, finalmente, como se espera, será votado o projecto do Partido Comunista Português que diz respeito à reestruturação das Faculdades de Letras.

O período de antes da Ordem do Dia iria começar com um recurso apresentado

pelo deputado socialista José Luís Nunes propondo que não fosse admitido à discussão e à votação o voto de protesto apresentado na passada sessão pelo deputado da UDP sobre a condecoração de militares por acções na guerra colonial. Embora por motivos diversos a maioria dos deputados — menos Acácio Barreiros e os independentes — estiveram de acordo em aprovar o recurso, pelo que a votação de tal protesto não se efectuou.

Apenas quatro intervenções se verificaram neste período, a primeira das quais da autoria de Francisco Oliveira, do PPD, seria a única a provocar alguma controvérsia, tanto pelo ridículo das acusações com que brindou os comunistas, como pelo elogio algo contraditório que tocou ao Serviço Nacional de Saúde.

Rindo, os socialistas sublinhavam cada tirada do jovem PPD, com «muito bem, muito bem».

Mas foi a intervenção de Zita Seabra que recolheu a maior

atenção do hemiciclo e, porventura, dos que se encontravam nas galerias e ali iam ver como os deputados tratavam dos assuntos que a todo o povo dizem respeito. Neste caso a deputada comunista referiu-se longamente ao grave problema do abastecimento de leite à população do distrito de Lisboa, responsabilizando o Governo pela ausência de medidas tendentes a resolver o problema.

Iniciado, após um intervalo, o período da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade a ratificação do decreto-lei que cria o Instituto de Trabalho Portuário. Uma intervenção do camarada Severiano Falcão marcou a posição do grupo parlamentar comunista sobre o assunto. As propostas para votação na especialidade vão baixar, tal como ficou aprovado à respectiva Comissão.

Veio depois a discussão que todos esperavam, sobre o Projecto de Lei 136/1, da autoria do PCP, intitulado «Medidas de Emergência

Relativas à Reestruturação das Faculdades de Letras». Um Relatório apresentado à Assembleia, da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, revelou que os partidos reservavam a sua posição para o Plenário. Neste, o debate ficou marcado pela mais viva crítica ao Decreto 53/78, da responsabilidade do anterior governo e mais especialmente do então ministro Cardia que, hoje deputado, não foi visto nas bancadas de São Bento.

A essa crítica, severa e fundamentada, que se ouviu nas palavras do deputado comunista Jorge Lemos, não foi dada resposta. Apenas houve alguns pedidos de esclarecimento, prontamente satisfeitos, da parte de socialistas, e o silêncio do CDS.

No entanto, Pedro Roseta, do PPD, depois de apontar defeitos ao decreto de Cardia, veio a considerá-lo como «o menor dos males» comparando-o com o projecto comunista e ficando-se depois numa vaga recomendação ao

Governo para que, embora mantendo-se a actual disposição legal, esta ficasse sem efeito através de regulamentação nesse sentido.

«Voto piedoso», foi como a deputada Zita Seabra classificou a recomendação de Pedro Roseta, explicando que a sugestão não tem carácter obrigatório para o ministério e a sua intervenção não terá qualquer eficiência.

A deputada comunista sublinhou que o projecto inicial do PCP foi modificado, depois de alterações introduzidas em resultado de propostas da própria Faculdade, dos mais variados sectores da escola, docentes e estudantes.

Com efeito o projecto dos comunistas, extremamente simples, pretende tão-só a revogação do Decreto 53/78, propondo que no ano lectivo que decorre continuam a ser aplicados os planos de estudos vigentes à data da publicação daquele diploma. O projecto propõe ainda que os Conselhos Científicos e Pedagógicos das escolas,

em reunião conjunta, atribuem as equivalências e tomem as restantes providências necessárias à integração de alunos de estudos referidos. Finalmente pretende que o MEC promova no prazo de 30 dias a constituição de uma Comissão na qual tenham obrigatoriamente assento representantes dos Conselhos Pedagógicos, Científicos e de Gestão das escolas respectivas. Comissão essa que procederá à audição e tivesse em conta as posições das Associações de Estudantes e dos Sindicatos interessados.

Pedro Roseta não tinha argumentos a contrapor. Por isso falou de pluralismos, embaçou-se nas próprias palavras, respondeu que o seu partido nunca apresentara legislação porque não tinha pressas. E de facto não tinha. De tal modo as não tinha que finalmente declarou que o seu partido não via vantagens em que o projecto fosse votado na terça-feira.

Os estudantes ficaram à espera. Até hoje?

### Intervenções

## O Governo deve tomar medidas para garantir o abastecimento de leite

(...) O nosso país está na cauda da Europa em consumo de leite. Há bem pouco tempo cifrava-se numa colher por dia por cada cidadão. No entanto houve pelo menos duas ordens de factores que vieram melhorar ligeiramente esta situação. Por um lado, logo nos primeiros Governos Provisórios, ter-se tomado a decisão de incrementar radicalmente o suplemento alimentar nas escolas primárias visando abranger todas as crianças, suplemento esse que constava essencialmente de um copo de leite.

Basta referir que em 1973/74 era unicamente abrangidos 70 mil crianças e no ano lectivo de 1975/76 contavam-se já 507 mil as crianças que beneficiavam de um copo de leite na escola.

O segundo factor foi certamente a melhoria do poder de compra das classes trabalhadoras nos pós-25 de Abril que não deve ter deixado de se repercutir numa intensificação do consumo de leite e dos seus derivados. Este factor deve estar em grande medida anulado pela política bem conhecida e sentida dos Pacotes.

Agora, que estamos na época da diminuição cíclica anual de produção de leite, as dificuldades avolumam-se e facilmente se pode constatar longas bichas diárias desde as 7 da manhã à porta dos postos abastecedores. Com chuva ou frio, pessoas idosas ou mães de família, crianças, donas de casa que deixam os seus trabalhos e vão passar longo tempo à porta dos postos de venda na esperança de conseguir leite para as famílias. A certa altura o leite acaba e o resto das pessoas que estão ali na bicha regressam a casa depois daquela maternal espera com as garrafas vazias e nesse dia não há leite lá em casa. Isto dá-se com frequência não apenas nos locais que, às 8, 30, e 40, ainda estejam a vender alguma coisa.

A partir desta hora mudam as formas de se conseguir obter leite. E é às mercearias e às leitarias que as donas de casa se dirigem para o conseguir. E então começa um outro esquema não menos complexo. O leite e as medidas que estariam a ser tomadas para a obter, já alguém foi à televisão ou à Rádio para uma explicação?

Mas que interessa que milhares de crianças da cidade não cheguem a leite, porque nesse dia todos sabemos estas situações geram.

Mas é evidente que nós, comunistas, não preconizamos que devíamos ser os comerciantes os executores de uma maior justiça social e que deveriam distribuir o leite que têm de acordo com a captação dos seus clientes? Não, quem tem que tomar medidas que garantam o abastecimento de leite é o Governo.

O Governo que tem que tomar medidas, este ou o que vier. É o Governo que tão pronto e tão rápido tem sido na política de defesa dos interesses de meia dúzia de latifundiários e exploradores, anos e anos do povo alentejano, é esse mesmo que, em relação a estes graves e reais problemas do povo, nada faz.

Até é capaz de dizer que o seu programa não passou, que nada pode fazer, que não tem poderes para tal.

Já ouvimos algumas explicações ao povo de Lisboa sobre a falta de leite e as medidas que estariam a ser tomadas para a obter? Já alguém foi à televisão ou à Rádio para uma explicação?

Trabalhadores portuários saberão responder

(...) Longos anos forçados a andar de cais em cais, em busca do pão que tantas vezes lhes era negado, a trabalhar em condições semelhantes às do trabalho escravo, de que são, como se sabe, herdeiros históricos, com um salário eventual pago dia a dia quando havia trabalho, praticamente só em 1976, com a Portaria de 1 de Junho, os trabalhadores portuários viram satisficidas algumas das suas reivindicações mais sentidas. Nos portos de Lisboa, Cascais e Setúbal aqueles que passaram a garantir aos trabalhadores portuários 75 por cento do vencimento mensal, nos meses em que o rendimento do trabalho efectuado não atingisse aquela importância. Nos portos de Aveiro, Figueira da Foz, Faro, Portimão e Vila Real de Santo António, a referida Portaria só em Agosto de 1977 passou a vigor, não tendo ainda chegado a Viana do Castelo e aos Açores.

Esta determinação e firmeza têm o nosso aplauso. Aliás temos tomado pública a nossa posição acerca das suas reivindicações dos trabalhadores portuários, seja quanto à reestruturação do sector, seja em relação às medidas que devem ser tomadas para que a actividade nos nossos portos sirvam o interesse e desenvolvimento nacionais.

Na Conferência Nacional do PCP Para a Recuperação

Económica, em Junho de 1977, apontava-se a necessidade da melhoria das infra-estruturas portuárias, para aumentar a operacionalidade dos portos, que seriam geradores de exportação de serviços de transporte rodoviário para a Dinamização do Sector Marítimo para a África e a Europa.

Preocupações partilhadas também pelos órgãos dos trabalhadores portuários, que ainda recentemente chamaram a atenção para o facto de a nossa capital se encontrar mais próxima de algumas portuárias de Espanha, do que os portos do Norte de Espanha.

«Esta situação terá que se ver as nossas reservas em relação ao diploma que cria o ITP e ao destaque que é dado à representação das empresas estrangeiras em Portugal». Mas isto só é possível se o porto de Lisboa passar urgentemente pelas necessárias e importantes alterações de estruturação do seu bom estado.

Referir esta importante questão é recordar que, para além da identificação das propostas políticas do PCP com as mais profundas aspirações dos trabalhadores

regulamentação do trabalho portuário, afirma-se que «Na elaboração do presente diploma participam os trabalhadores portuários, os seus dirigentes públicos e privados, mantendo o disposto nos artigos 56.º e 58.º da Constituição».

Será que realmente as Comissões de Trabalhadores e as Comissões Sindicais foram excluídas da participação e elaboração destes textos, uma vez que se afirma que aquela participação foi de trabalhadores portuários? Como se compreende então que os trabalhadores do sector e alguns dos seus órgãos de classe se queixem de que não participaram na referida elaboração?

factos é para recordar que a experiência tem demonstrado que os sucessivos governos se têm comportado em relação a este direito constitucional das Comissões de Trabalhadores e Sindicatos com maior desrequecimento. A actual Comissão de Trabalhadores quer na elaboração quer na participação dos órgãos do ITP é, quanto a nós, uma questão que deverá ser considerada (Severiano Falcão, em 7/11/78).

## A UEC e o ensino superior

• A preparação desta importante iniciativa, a realizar em 2 e 3 de Dezembro próximo, em Coimbra, encontra-se numa fase adiantada, estando já em funcionamento 20 grupos de trabalho

Em 2 e 3 de Dezembro próximo terá lugar em Coimbra um Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior, promovido pela União dos Estudantes Comunistas (UEC). Tal como foi recentemente divulgado aos órgãos de Comunicação Social em conferência de imprensa convocada pela Comissão Executiva do Encontro, este tem como objectivos centrais aprofundar o estudo da situação existente no Ensino Superior, nomeadamente quanto à sua estrutura e finalidades, bem como dos objectivos ministeriais orientados para a sua reestruturação

autocrática, e definir as linhas gerais de uma reestruturação que sirva os interesses estudantis e do país.

São ainda objectivos da iniciativa promovida pela UEC e Superior, o documento divulgado salienta que a profunda crise que actualmente se vive naqueles sectores é o fruto da política obscurantista do regime fascista, das alterações insuficientes produzidas nos pós-25 de Abril e da política retrógrada e autocrática dos ministérios de Cardia.

Depois de referir que a instabilidade que reina nos estabelecimentos de Ensino Superior

está a afectar milhares de estudantes que assim vêem o seu futuro escolar e profissional gravemente comprometido, o documento da UEC denuncia, entre as medidas da ofensiva do MEC, os planos de reestruturação das Faculdades de Letras e Ciências, a abolição dos bacharelatos e a criação e funcionamento do Ano Propedéutico.

A preparação do Encontro

Conforme foi sublinhado no decorrer do encontro com os jornalistas, no qual estiveram presentes os camaradas João Leal, Inês de Castro, Ana Cabrera, João Manuel e Andrade e Silva, a preparação e realização do Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior coincide com uma larga movimentação estudantil contra os decretos que «reestruturam» a Universidade, decretos que

fizeram os interesses e aspirações da massa estudantil e que contrariam abertamente as necessidades económicas do país.

Depois de referir que a profundidade das conclusões do Encontro depende do debate travado entre os estudantes comunistas e professores, o documento divulgado na conferência de imprensa revela:

Os trabalhos de preparação do Encontro vão já adiantados neste momento, contando com uma activa participação de 100 camaradas organizados em 20 grupos de trabalho, nos quais colaboram também vários professores e estudantes empenhados na luta por um Ensino de acordo com os anseios da massa estudantil e com as necessidades do desenvolvimento económico e social do país.

Aqueles grupos de trabalho estão divididos por ramos de Ensino, englobando a Agro-Pecuária, Saúde, Arquitectura, Letras, Ciências, Engenharia, Economia e Gestão, Educação Física e Desporto, Ensino Artístico, Magistério, Direito e Administração Pública e ainda temas como o acesso à Universidade, os cursos complementares do Secundário, Serviços Sociais, Universidade Nova, Trabalhadores-Estudantes, Gestão Democrática e Regionalização do Ensino Superior.

Segundo foi revelado na conferência de imprensa, estão já finalizados 17 documentos centrais que serão enriquecidos e o debate que se terá em torno deles. Estamos certos de que o Encontro Nacional, ao fornecer grande quantidade de material de trabalho, estudo e reflexão, contribuirá decisivamente para a concretização de uma saída para a crise que se vive no Ensino Superior — afirmaram os camaradas da UEC no final da conferência de imprensa.

## A crise do sistema educativo

Em comunicado recentemente divulgado, a Organização dos Professores da Organização Regional do PCP analisa algumas questões levantadas com o início do ano lectivo.

Após acentuar o facto positivo de, em certas zonas e sectores, as aulas terem começado com menos atraso, o documento sublinha que uma maior normalidade verificada nalguns estabelecimentos de ensino resulta do esforço, sacrifício e dedicação de professores e restantes trabalhadores das escolas, da capacidade de iniciativa e realização dos órgãos de gestão democrática, suprimindo as deficiências, desorientações, desorganização e restrições

orçamentais que continuam a caracterizar o MEC, e a alterações introduzidas pelo Ministério a que não é alheia a luta dos professores pela exigência de um sistema mais eficaz de colocações que sirva os estudantes, os professores e o país.

Entretanto, os professores comunistas não deixam de apontar ameaças e problemas que persistem, nomeadamente: o enorme aumento do custo do ensino, a diminuição global de inscritos nos ensinos preparatório e secundário (questão intimamente relacionada com a anterior) e o aumento do número de desempregados entre os

professores e os candidatos qualificados para a docência.

É o documento conclui: O início do presente ano lectivo mostra que, a par de um ou outro aspecto positivo, se mantêm e acentua a gravidade e profundidade da crise do sistema educativo. Comprova o carácter desastroso da política seguida nos 11 Governos Constitucionais, a qual, a não ser corrigida, conduzirá a escola portuguesa a uma situação próxima da ruptura.

Têm razão todos aqueles, professores, estudantes, pais e encarregados de educação que, exprimindo preocupações quanto à actual situação do ensino, afirmam, com os

## Propedéutico de Lisboa reúne-se

Por iniciativa da Comissão Dinamizadora dos Estudantes do Propedéutico da Área de Lisboa (CDEPAL), decorrerá hoje, a partir das 15 horas, na Faculdade de Letras, uma reunião aberta a todos os alunos daquele ano, na qual se analisará a situação presente e as perspectivas que se apontam para a solução do seu problema.

Recorda-se que, apesar do «numerus clausus» para a Universidade permitir este ano a entrada de cerca de 12 mil alunos, a verdade é que somente 4571 obtiveram aprovação nos exames do Ano Propedéutico (que chegou a ter 27 mil inscritos...), o que significa estarem os primeiros anos dos estabelecimentos de Ensino Superior condicionados (pelo MEC) ao desaparecimento.

Entretanto, os estudantes do Propedéutico continuam a aguardar que o Ministério tome medidas que eliminem as irregularidades detectadas nas correcções das provas de exame e preparem as condições necessárias à imediata transformação do actual mecanismo de acesso à Universidade.

No decorrer de um «meeting» recentemente efectuado em Lisboa, os estudantes aprovaram uma proposta em que se exige do MEC a rápida solução do problema criado com as irregularidades (reconhecidas pelo próprio Ministério) nas correcções das provas de exame. O futuro escolar e mesmo o futuro profissional de milhares de estudantes está em causa. O MEC tem de assumir as suas responsabilidades!

Durante a reunião, a CDEPAL e os presentes sublinharam a necessidade de proseguir o diálogo com o Ministério, apesar de até à data ainda não terem sido divulgadas medidas concretas para a solução do problema. solução que tem sido esperada alongada uma certa ansiedade pelos alunos, que querem ingressar na Universidade.

A CDEPAL espera ser recebida ainda esta semana pelo secretário de Estado do Ensino Superior.

à venda



REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

# A CP entregue à agiotagem imperialista (marcada paralisação para o dia 15)

O déficit de tesouraria ronda actualmente na CP os 6 milhões de contos. Este número mais que preocupante traduz "a desastrosa situação financeira" da empresa, apontada recentemente pela Comissão Concelhia do Barreiro do PCP e por outras organizações do Partido.

A recusa de assistência financeira à CP por parte do Governo reflecte-se, por outro lado, nos encargos elevadíssimos que a empresa é obrigada a satisfazer, designadamente em juros de empréstimos cada vez mais elevados e que atingem actualmente os 22 por cento sobre muitos milhares de contos.

Para que a situação da CP não se deteriore ainda mais e os responsáveis atentos e compreendam as justas preocupações e reivindicações legítimas dos cerca de 20 mil trabalhadores da empresa, a Federação dos Sindicatos Ferroviários acaba de decretar para o próximo dia 15 uma paralisação de meia hora.

Os trabalhadores ferroviários da CP, entre as razões apontadas para a luta que foram forçados a desencadear, salientam "a não discussão e aplicação de um plano de saneamento económico e financeiro, realista e objectivo, o que prejudica seriamente os trabalhadores ferroviários e a própria CP".

Esta tomada de posição, várias vezes defendida e apoiada pelo Movimento Sindical unitário,

reflecte perfeitamente o interesse prioritário dos trabalhadores da empresa, cujo saneamento económico e financeiro será uma das garantias mais eficazes para a segurança dos postos de trabalho e do emprego correspondente.

Esse saneamento económico e financeiro, que não preocupa os principais responsáveis pela sua aplicação, representaria também para milhares de trabalhadores a garantia de receberem os seus salários a tempo e horas, acabando com os atrasos que constituem um dos motivos da paralisação.

### O Governo estimula a degradação da empresa

Os encargos financeiros da CP, resultantes de empréstimos para

adquirir aos compromissos mais urgentes e financiar investimentos que deveriam caber ao Estado, atingiram, em 1975, 618 mil contos; em 1976, 1074 mil contos; em 1977, 2065 mil contos e, este ano, prevê-se para 31 de Dezembro, um total de 3,5 milhões de contos.

Grande parte do endividamento total da empresa, nacionalizada em 1975 com dívidas da ordem dos 10 milhões de contos herdadas do Estado, é da responsabilidade do Estado. No final de 1976, dos cerca de 15 milhões de contos que a empresa devia, 8 milhões eram resultantes de encargos do Estado.

Este governo demitido, apostado em avançar com a liquidação, em muitos casos sumária, das empresas nacionalizadas, ainda agravou mais a já desastrosa situação financeira da CP, ao recusar-lhe a utilização das verbas orçamentais em tempo oportuno.

Uma proposta do Conselho de Gerência para o saneamento financeiro da CP não teve, entretanto, qualquer seguimento. Como é tradicional em muitos casos, deve ter sido despachada para a gaveta do ministério "competente".

E, no entanto, o saneamento financeiro da CP é cada dia mais uma operação inadiável que um governo digno desse nome não protelaria por mais tempo.

Mas, em vez do autêntico saneamento que já tanto demorou, o governo demitido prefere reduzir artificialmente o déficit de 6 milhões de contos "à custa de um maior sacrifício dos fornecedores, da retenção dos encargos da Previdência (em parte já descontados aos trabalhadores) e, como entretanto a situação se vai degradando, possivelmente também à custa da continuação dos atrasos no pagamento de salários aos trabalhadores".

— prevê a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP no já referido comunicado.

Em vez de aliviar a empresa do peso negativo que herdou do passado, o Conselho de Gerência parece em vias de aceitar medidas restritivas do Ministério das Finanças, através da Secretaria de Estado do Tesouro, no que toca ao orçamento de exploração da empresa.

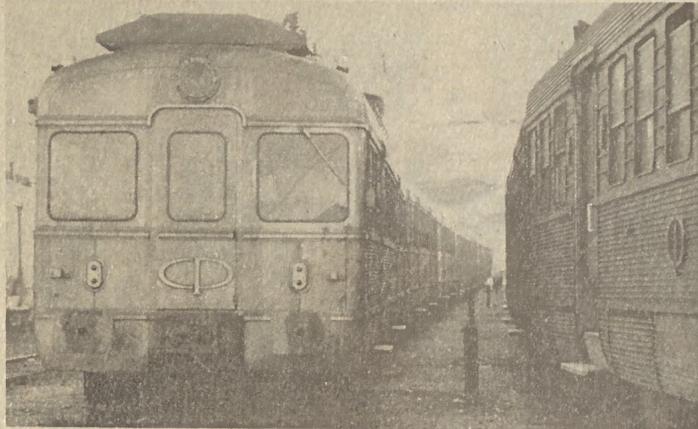
Esta situação é acompanhada por "uma política de gestão repressiva do Conselho de Gerência — acrescenta o comunicado — com reflexos

negativos nas estruturas económicas, ao realizar arbitrariamente investimentos inadequados à situação da empresa e à sua recuperação, enquanto impede outros de urgente necessidade".

Ao mesmo tempo, salienta ainda o comunicado, o Conselho de Gerência da CP pratica "uma política repressiva de pessoal, não ouvindo os trabalhadores mais experientes dentro de cada nível de responsabilidade com provas dadas de dedicação e competência ao longo de toda a sua vida profissional" e cria "um clima de desconfiança e de desânimo nada propício a conseguir que os trabalhadores mais novos se dediquem à empresa como, apesar das dificuldades, fizeram os do passado".

### "Salários" de 300 contos

"Os erros de gestão são contínuos", afirma, por seu turno a Federação dos Sindicatos Ferroviários. Técnicos estrangeiros, impostos pelo Banco Mundial, auferem "salários" da ordem dos 300 contos mensais.



Uma grande empresa nacionalizada entregue a interesses que não são do povo português

Entretanto, "os atrasos nos pagamentos às empresas fornecedoras, como a Sorefame, Sepsa, Equimetal, Cometa e outras, cria graves problemas aos trabalhadores dessas empresas que lutam com falta de dinheiro quer para os seus próprios salários, quer para satisfação de compromissos assumidos por força dos contratos celebrados com a CP".

Os trabalhadores exigem a reestruturação da empresa. Sabem que ela é indispensável. Mas sabem também que as suas propostas nesse sentido nunca foram consideradas, como não foi considerada a sua disposição de ajudar à recuperação da CP.

Em vez de aproveitar o esforço dos trabalhadores,

designadamente para elaborar e pôr em prática um Plano Nacional de Transportes, os Governos constitucionais, incluindo o III demitido, vergam-se às exigências do FMI e do Banco Mundial.

Esse "grupo de senhoras da alta roda do capitalismo mundial", como lhes chama a Federação, "negociaram" recentemente um empréstimo com o Governo Português, através do Banco Mundial. Este Banco — lembra a Federação dos Sindicatos Ferroviários — "dirigido pelo ex-secretário de Estado da Defesa dos Estados Unidos, Mc Namara, decidiu-se a satisfazer mais esse empréstimo com juros (claro está) mas ainda com outra condição: Portugal teria de aceitar que uma

empresa especializada em estudos técnicos viesse ao nosso país analisar a situação e, talvez, propor algumas soluções". E aí temos treze técnicos estrangeiros com ordenados que vão de 5970 a 9180 dólares mensais. Recordamos o câmbio (mais de 45 escudos por dólar) e façam-se as contas sem incluir outras alavancas impostas pela empresa internacional. E o prazo para os "estudos" prolongar-se-á por três anos! Façam-se novamente as contas para ver quanto vai ficar ao país esse empréstimo.

Razão tem a Federação para afirmar que "o FMI impede o nosso desenvolvimento. Quer ter-nos na mão como um agiota".

## Apelo e reivindicações das mulheres trabalhadoras

Dois importantes documentos aprovados e uma grande participação a todos os níveis caracterizaram as quatro sessões de debate da Conferência Sindical Nacional sobre os Problemas da Mulher trabalhadora que, no último fim-de-semana levaram à Voz do Operário, em Lisboa, cerca de 1100 pessoas em representação e a convite de 150 sindicatos, 10 Federações e 25 Unões distritais e locais. Durante 18 horas, no sábado e no domingo, os 800 delegados e 300 convidados participaram num debate que levou à tribuna da Voz do Operário 95 mulheres e 12 homens na defesa de tarefas, acções e interesses comuns a quem trabalha e luta contra as condições que impõem à mulher situações de desigualdade na sociedade portuguesa.

Promovida pela CGTP-IN, a Conferência, organizada e levada a cabo pelas principais interessadas, as mulheres trabalhadoras, tinha por temas "tarefas e participação da mulher no Portugal de Abril", "tarefas e situação da mulher no trabalho", "tarefas e participação das mulheres nos sindicatos" e "a

mulher na luta pela paz e progresso social".

A riqueza destes temas e o volume das propostas que mereceram ficarem substanciadas na «Carta Reivindicativa» e no «Apelo às Mulheres Trabalhadoras Portuguesas».

Os sectores com mais predominância de mão-de-obra feminina tiveram naturalmente maior peso na constituição para a Conferência. Estão nesse caso os têxteis, lanifícios e vestuário, material eléctrico e indústrias químicas. Relevos tiveram também as intervenções sobre a Reforma Agrária defendida, lado a lado, por homens e mulheres.

A lúcia geral das intervenções incidiu na necessidade de lutar no rumo aberto pela Revolução de Abril para que se modifiquem as condições que, entre a exploração geral dos trabalhadores de ambos os sexos, impõem uma maior exploração à mulher trabalhadora em muitos ramos de actividade e fomenta desigualdades e discriminações, por vezes dramáticas e incompatíveis com a própria vida em democracia.

### Lado a lado

Lado a lado com os homens, salienta o apelo, as mulheres devem juntar «esforços, acções, esperanças, recusando o que possa separar umas das outras intensificando tudo o que as aproxima».

Homens e mulheres «projectam o mesmo Portugal de amanhã. Por isso — prossegue o documento — este apelo é para todos os que não querem continuar a ser explorados, todos os que acham que a discriminação é uma situação indigna e percebem que só unidos e organizados, homens e mulheres inseridos na mesma luta, podem alcançar a paz, a igualdade e a justiça, o que quer dizer, o socialismo».

Os problemas específicos das mulheres no trabalho, os seus objectivos e reivindicações constam da «Carta Reivindicativa», para ter aplicação prática exige, nomeadamente, uma maior participação da mulher na vida e nas lutas do Movimento Sindical unitário.

Dessas lutas faz parte o ataque ao obscurantismo e à exploração que grande percentagem das mulheres trabalhadoras herdaram

do fascismo. Vítimas escolhidas do capitalismo, de trabalhos repetitivos, sem aceso, as mulheres trabalhadoras portuguesas eram referidas nestes termos por um Banco que pretendia atrair capitais estrangeiros: «Portugal — dizia o texto — oferece condições excepcionalmente favoráveis ao desenvolvimento da indústria, nomeadamente: a disponibilidade de mão-de-obra feminina a baixo custo, aceitável e disciplinada».

Era a «disciplina» da exploração, da fome, do obscurantismo, do desemprego, dos trabalhos duríssimos em condições degradantes.

Por isso a «Carta Reivindicativa» inclui como reivindicações, designadamente, o direito ao trabalho e à estabilidade no emprego, a participação das organizações de trabalhadores na elaboração das leis que digam directamente respeito aos direitos das mulheres, o direito à protecção da maternidade, o direito à saúde, à segurança social e a criação de condições que permitam às mulheres trabalhadoras a integração completa e de pleno direito na vida social, económica e política do país.

## Hoje, a Pesca em frente ao MAP

Os trabalhadores das empresas de pesca concentram-se hoje, às 18 e 30, no Cais do Sodré onde partem para uma manifestação em frente ao MAP e à Secretaria de Estado das Pescas, na Praça do Comércio. Cumprindo uma decisão aprovada em plenário, os Sindicatos e CTs do sector exigem a saída dos navios para a Mauritânia e o fim do lock-out; a saída da PRT (Cabo Branco e Atlântico Sul); reestruturação e saneamento económico-financeiro das empresas nacionalizadas do sector; criação de uma empresa pública de comercialização e distribuição do pescado; pagamento dos salários em atraso; regresso da Gelmar e da Friantartica à SEP; uma política para as

pescas que satisfaça as reais necessidades do sector e do país. Os trabalhadores repudiam, «por ser um contrassenso, a presença do dr. João Albuquerque na SEP» e caracterizam-no como «tenreirista de longa data, extremamente ligado aos tubarões da pesca, firmemente disposto a destruir as empresas nacionalizadas que aos privados não interessam e a oferecer-lhes aquelas que têm condições para funcionar no esquema corrupto que as levou à ruína e à especulação sobre os preços contra os povo português. A presença do dr. João Albuquerque na SEP — acrescenta o comunicado dos Sindicatos e CTs do sector — traduz-se no poder crescente dos tenreiristas no aparelho de Estado».

## Manifestação em Almada contra a política do Governo

Convocada pela União dos Sindicatos do Concelho de Almada e pela Coordenadora Concelhia das Comissões de Trabalhadores, decorreu no passado sábado, naquela cidade, uma grande manifestação contra a política do Governo demitido de Nobre da Costa. O desfile partiu de vários pontos de Almada, tendo-se concentrado, depois, no Largo Gabriel Pedro, onde teve lugar o comício em que usaram da palavra representantes da União dos Sindicatos e da Coordenadora das CTs, além do presidente da Câmara Municipal.

Perante uma multidão que frequentemente gritava palavras de ordem em apoio à Reforma Agrária, às nacionalizações, ao controlo operário, à ordem democrática e aos direitos dos trabalhadores, o elemento da União dos Sindicatos de Almada, depois de referir que o grande capital está empenhado na divisão dos trabalhadores e do movimento sindical unitário, declarou:

No corrente ano, 85 por cento, das eleições realizadas nos sindicatos foram ganhas por listas unitárias afectas à CGTP-IN (...). O movimento sindical unitário, poderosa organização das massas trabalhadoras, é factor determinante na defesa do 25 de Abril e das suas conquistas, do cumprimento da Constituição da República, na transformação da sociedade portuguesa com vista a uma maior liberdade, justiça e fraternidade. Prosseguiu salientando o estado precário do sector das pescas, um sector económico importante onde se encontram nacionalizadas as

maiores empresas do sector e também onde o VI Governo Provisório (que as nacionalizou) e o I Governo Constitucional nada fizeram, e o III, demitido, nada fez para a sua reestruturação, abandonando-as pura e simplesmente, ignorando obstinadamente as propostas concretas e reais dos trabalhadores (as quais foram entregues a todos os órgãos do Poder) com intenções que cada vez mais se tornam evidentes no sentido do desmantelamento das empresas, com graves

riscos para a segurança de cerca de 4500 postos de trabalho.

O representante da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores — recordou — que a convocação desta manifestação tem como objectivo alertar toda a população do nosso concelho para a grave situação que se vive e, simultaneamente transformar a nossa presença aqui numa grande jornada de unidade e luta, a juntar a muitas outras realizadas em vários pontos do País, no combate à ofensiva das forças reacçãoárias que

pretendem o regresso ao 24 de Abril e à política de sujeição ao imperialismo através dos acordos com o FMI, com as pactadas, a desvalorização do escudo e todas as outras medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores, contrárias ao projecto nacional, consignado na Constituição da República.

No decorrer do comício, foram entregues diversas moções de apoio à jornada de luta dos trabalhadores de Almada, enviados por organizações operárias, sindicais e culturais, etc.



Participar para unir e vencer, lema de uma sala à cunha na Voz do Operário



Nas ruas de Almada, o protesto popular

## Lutas e Tarefas

Representações — Em consequência da recente paralisação nacional dos trabalhadores do sector metalúrgico e metalomecânico, em luta pela contratação colectiva, além das tentativas organizadas pelo patronato mais reacçãoário para desmobilizar os trabalhadores com pressões e ameaças, há a registar uma tentativa de lock-out na empresa Lopes e Figueiredo de Viseu. A pronta resposta dos trabalhadores, apoiados pela Delegação do Ministério do Trabalho, obrigou os patrões a cumprir a lei e a reabrir a empresa, pagando aos 23 metalúrgicos o dia do lock-out.

Eis um exemplo a seguir pelas instituições democráticas: cumprir e fazer cumprir a Constituição. Desconfiança nos Escritórios — A assembleia de delegados sindicais, convocada pela auto-empresada direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, aprovou um voto de desconfiança àqueles corpos gerentes pela sua actividade divisionista, nomeadamente através da ingerência partidária na acção do Sindicato. Os delegados sindicais recordam que «são unicamente os trabalhadores de escritório, sócios do Sindicato, quem pode, em assembleia geral,

decidir sobre a filiação do Sindicato em qualquer organização sindical nacional ou internacional».

O Sindicato dos Escritórios de Lisboa tem estatutos. Cabe à dita direcção cumprir-lhe antes de mais ninguém. Só depois terá autoridade para empenhar o Sindicato nesta ou naquela «UGT».

Mais um «sindicato» ilegal — O Secretariado Nacional das Comissões Sindicais da Caixa de Geral Depósitos (CGD) acusa os divisionistas instalados na CT de terem formado «o seu sindicato fantecho», contrariando assim as aspirações ao reforço da unidade sindical de todos os trabalhadores bancários e as próprias intenções de verticalização tão apregoadas pelos «sectores sindicais» do PSD e da linha gonalista do PS.

A Lei Sindical em vigor foi neste caso mais uma vez deliberadamente esquecida em favor da tentativa de pulverização dos Sindicatos e da sua incapacidade perante os inimigos de classe — objectivo por que lutam os criadores dos paralelos e da UGT. Filiação partidária nos Bancários — Os actuais corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas ocupam-se «mais com a filiação política de cada trabalhador do que em garantir

a sua unidade em defesa de interesses comuns», afirma o Secretariado da Comissão Distrital de Delegados Sindicais de Lisboa daquela associação sindical, acusando a actual direcção, afectada reconhecidamente ao PPD/PSD, de desprezar a democracia interna e de não dar o mínimo apoio à aplicação uniforme do CCT, facilitando, sem intervir, interpretações abusivas e arbitrariedades dos Conselhos de Gestão da Banca. A direcção divisionista do Sindicato dos Bancários tem de prestar contas aos seus associados sobre a «passividade, incompetência e intenção deliberada de não lutar pela aplicação uniforme do CCT».

A «democracia» que serve de rótulo falso aos pépêdes divisionistas nos Sindicatos Bancários deve ter um mínimo de aplicação prática, mesmo da parte de «sindicalistas» destes.

A Mesa sem salários — Por resolução do Conselho de Ministros de 18 de Outubro findo, a Mesa (máquina de escrever) foi transformada em empresa de capitais mistos (Estado, privado e trabalhadores). Mais de três semanas depois, a resolução ainda não foi publicada no «Diário da República» e os trabalhadores

continuam à espera dos salários de três meses e de matérias primas para poderem satisfazer encomendas reclamadas pelos clientes.

Formas de luta já adoptadas e outras possíveis são encaradas pelos mais de mil trabalhadores da Mesa para garantirem os seus postos de trabalho e defenderem o interesse nacional.

Congresso sindical dos metalúrgicos — Marcado para 8, 9 e 10 de Dezembro próximo, no Pavilhão da Siderurgia Nacional, no Seixal, o Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica «condensa nos seus objectivos centrais a definição de projectos futuros, encerrando, contudo, a experiência de batalhas travadas e as lutas em que os trabalhadores do sector estão empenhados contra a ofensiva conjugada dos divisionistas, da ingerência estrangeira no Movimento Sindical português, do patronato reacçãoário e a política de recuperação capitalista governamental». Num comunicado, a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos revela que, para a discussão do Regulamento do Congresso, realizaram-se 25 assembleias de delegados

sindicais em todo o país e foram apresentadas 53 propostas de alteração ao Regulamento já aprovadas num plenário da Federação (14/10). Entretanto, eram distribuídos aos trabalhadores do sector 165 mil exemplares do Estatuto e do Programa de Acção, documentos que continuarão em discussão até 23 do corrente em centenas de reuniões de delegados sindicais e em plenários de empresa e de zona. Até 18 do corrente, os Sindicatos designarão os seus representantes ao Congresso, cuja preparação conta ainda com encontros distritais de metalúrgicos e com criação de numerosas comissões dinamizadoras nas maiores empresas da cada distrito.

Mais de 214 mil trabalhadores de um sector com uma importância fundamental na economia do país vão assim melhorar a sua organização sindical, desde a empresa à Federação, e contribuir «para o estreitamento e reforço da unidade, como arma fundamental dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida e de trabalho, no combate pela abolição da exploração do homem e pela construção do projecto colectivo de sociedade que a Constituição aponta», afirma a Federação no seu comunicado.



Metalúrgicos: um grande sector em Congresso



O Salão dos Bombeiros de Belas não chegou para todos os que quiseram assistir ao comício que ali se realizou no sábado. Muitos foram os que tiveram de ficar de pé e muitos outros não conseguiram mesmo lugar para ouvir o discurso que o camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central proferiu condenando os apelos da direita à confrontação com o PCP.

# Octávio Pato no comício de Belas «Confrontação agora instigada põe a nu objectivos da reacção»

As multinacionais implantadas no Concelho de Sintra, que têm atacado os interesses dos trabalhadores e atraido muitos para o desemprego, têm encontrado pela frente a resposta firme dos trabalhadores, organizados nas suas associações de classe, que enfrentam com decisão esta ofensiva patronal inscrita no ataque mais geral das forças reaccionárias contra o regime democrático — afirmou o camarada José Manuel, membro da Comissão Concelhia de Sintra do PCP, num comício do PCP realizado no passado sábado em Belas.

O comício, que decorreu no salão da sede dos Bombeiros de Belas, foi presidido pelo camarada Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, sendo a mesa constituída ainda pelas camaradas José Fernandes, 1.º secretário da Assembleia da Freguesia de Belas e membro do Conselho Municipal de Sintra, Rui Silva e Maria João, ambas da Comissão de Freguesia de Belas do PCP, Humberto Avelar, José Manuel e João Nascimento, todos da Comissão Concelhia de Sintra do PCP e Hipólito Santos do CC do PCP e da DORL.

Antes da intervenção do camarada Octávio Pato, falou também o camarada José Fernandes, que analisou o problema das autarquias e reafirmou, nomeadamente, a disposição da Comissão de Freguesia de Belas do PCP em se encontrar com elementos do PS para se resolver, em conjunto e com espírito de unidade, os vários problemas da zona.

Assistiram ao comício mais de mil pessoas transbordando do vasto salão dos Bombeiros, compactamente cheio. Foi aprovada, por aclamação, uma moção de solidariedade com o povo chileno, apoiando e saudando a realização nos

resolvidos com o trabalho e a adesão dos portugueses — afirmou Octávio Pato, no seu discurso. E continuou:

A reacção procura agravar as dificuldades já existentes, e tenta ainda criar novos problemas.

As recentes declarações de Amaro da Costa, de que enquanto não houver uma confrontação política global com o PC, Portugal não poderá ser um país clarificado, são mais um exemplo indicativo dos desígnios da reacção.

É significativo que tais declarações tenham sido feitas à chegada a Lisboa, vindo do congresso de um dos mais reaccionários partidos da Alemanha Federal.

A confrontação que a reacção deseja e preconiza começou a ser exemplificada com as violências e ilegalidades cometidas nos campos do Alentejo. Trata-se de pôr em causa as liberdades e as conquistas de Abril, designadamente a Reforma Agrária, e de substituir a legalidade pela repressão.

O respeito pelas normas democráticas, o respeito da Constituição e da legalidade democrática, são obstáculos que a reacção procura varrer da sua frente.

A confrontação agora instigada, põe ainda mais a nu os objectivos do CDS e de toda a reacção quando há mais de três meses provocaram a crise governamental da qual ainda não saímos.

O que o CDS queria e continua a pretender, é a formação de um governo vincadamente de direita que encaminhasse o país na via da liquidação das conquistas e dos ideais de Abril, na via da completa sujeição do país ao imperialismo, na via do passado fascista.

Esperamos que as declarações de Amaro da Costa ajudem a esclarecer aqueles socialistas que acreditaram no propalado democratismo desse e doutros falsos cristãos, aquando da coligação do governo PS/CDS.

E esperamos igualmente que todos os democratas e socialistas sinceros compreendam que a confrontação preconizada com o PCP se deve ao papel que o PCP desempenha na defesa das conquistas de Abril, pois o objectivo da reacção é varrer da sua frente as forças políticas que estão dispostas e em condições de se oporem aos seus tenebrosos desígnios.

Estes exemplos e a evolução de toda a crise, com um governo demitido a recorrer à ilegalidade e à violência nos campos do Alentejo, mostra cada vez mais claramente que é necessário procurar um entendimento entre as forças democráticas, rejeitar quaisquer novas cedências à direita e combater o divisionismo no movimento sindical e cooperativista.

No próximo dia 11, os trabalhadores e o povo da região de Lisboa e Setúbal mostrarão

nas ruas da capital que estão na disposição de não ceder à chantagem e ameaças da reacção, mostrarão que a luta em defesa da Reforma Agrária e do poder de compra das massas laboriosas, é parte integrante da luta em defesa da democracia e dos ideais do 25 de Abril, mostrarão que a unidade e força crescentes do movimento popular de massas é muito superior às negras forças que espeznham o país durante quase meio século.

Referindo-se ao movimento sindical, Octávio Pato diria ainda que os que trabalham para dividir os trabalhadores, o movimento sindical e cooperativista, os que forjaram uma central sindical — a chamada UGT —, criada de costas viradas para os trabalhadores, e sem que as directões dos sindicatos aderentes tivessem realizado uma única Assembleia, onde os trabalhadores filiados desses sindicatos se pronunciassem sobre a sua adesão ou rejeição, (o que bem comprova a falta de democraticidade dessa central), os que assim procedem mostram que nada têm de comum com os reais interesses de classe dos trabalhadores, não defendem a democracia ou o socialismo. Eles são efectivos colaboradores dos que preconizam a confrontação política como forma de preparar caminhos que conduzam ao estabelecimento do poder dos monopólios.

# Carlos Brito no Barreiro: «O partido do Primeiro-Ministro é o partido dos ricos»

Se alguém chegou a acreditar que o Primeiro-Ministro demitido era um independente, era um dos tais «sels milhões» de que ele falou, agora, ao cabo de dois meses de acção governativa a favor da minoria de privilegiados e parasitas, há informação bastante para se ficar esclarecido. O Primeiro-Ministro demitido tem partido: o partido dos ricos, afirmou na passada sexta-feira, perante mil e quinhentas pessoas que enchiam a sala dos Penicheiros, no Barreiro, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O comício, promovido pela organização concelhia local do Partido, para lançamento da campanha de construção do novo Centro de Trabalho do Barreiro, teve a presidência de Carlos Brito, os camaradas Helder Madeira e José Teodósio, suplentes do Comité Central, e Luís Lacerda, da Comissão Concelhia. Foi o camarada Luís Lacerda que interveio em primeiro lugar, referindo-se aos objectivos da Campanha e à meta dos 1500 contos a atingir.

Carlos Brito, no início do seu discurso, caracterizaria a actividade do Governo demitido e actualmentemente em funções, definindo-o como Governo que usurpa poderes. E afirmou:

Pela sua prática política, o Governo demitido aparece hoje claramente como Governo do capital, dos latifundiários, de sujeição ao imperialismo.

O dirigente comunista referiu-se, mais adiante, às campanhas da direita reaccionária, detendo-se particularmente no apelo «à

Evora. O CDS tem antecipadamente vergonha do resultado dupl que vai obter. Insiste-se, porém, não é a confrontação democrática com o PCP que o vice do CDS propõe. A «confrontação» do vice não é outra coisa que a repressão contra o PCP e a repressão contra as forças progressistas e democráticas.

O Barreiro — se que a eleição de um novo Primeiro-Ministro foram produzidas no regresso de uma estadia na Alemanha prevista.

Recozendo-se a uma linha de extrema direita em postos de responsabilidade, foi louvado pelos altos dirigentes fascistas, votou com o seu partido contra a Constituição da República. As forças do CDS não são a única força que não é outra coisa que a repressão a manifestação de um pensamento e de uma atitude política permanente, um pensamento e uma atitude antidemocrática, totalitários, ultra-reaccionários.

Mas o apelo parte do vice do partido que, em con-

# António Gervásio em Grândola falou sobre o 7 de Novembro

No dia 7 de Novembro o cruzador Aurora aproxima-se do Palácio dos czares e dá o sinal, com um dos seus canhões, do nascimento de um novo mundo — recordou o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC, discursando no passado dia 4, em Grândola, durante uma sessão comemorativa da Revolução de Outubro, que festeja o seu 61.º aniversário.

Referindo-se àquela data histórica, António Gervásio lembrou que, mesmo sob a repressão fascista, os trabalhadores portugueses sempre encontraram formas de a festejar e, após o 25 de Abril, os trabalhadores e o Povo Português festejam livremente a festa do Grande Outubro e têm gravada bem viva a solidariedade prestada pelo Povo Soviético à luta do nosso povo nos anos duros do fascismo.

Depois de se demorar sobre as condições históricas em que ocorreu a Revolução de Outubro de 1917, em que triunfaram os ideais mais nobres da Humanidade — os ideais do marxismo-leninismo —, o dirigente comunista falou dos

outros. Não demorará muitos anos em que a América do Norte, como a potência imperialista mais desenvolvida industrialmente, seja ultrapassada na produção global pela Países do Socialismo.

A União Soviética está a fazer de todos os países do mundo a publicação de livros e revistas. Conta com 350 mil bibliotecas, com 4 bilhões e 300 milhões de exemplares! Em 1980 contará com 65 milhões de desportistas usados nos jogos Olímpicos.

Desde a publicação de livros e revistas, o mundo tem conhecido o desenvolvimento da população mundial. Os EUA já foram ultrapassados em ramos fundamentais, como na produção de cimento, aço, ferro fundido, petróleo, gás, carvão, adubos minerais, madeiras, têxteis, lã, máquinas eléctricas e diesel, tractores, açúcar, leite, queijo e manteiga, calçado e em muitos

éxitos do Socialismo na União Soviética, que é hoje um Estado de todo o Povo, e se encontra a caminho da Sociedade Comunista.

A velha Rússia era um império onde reinava o atraso, a fome e o analfabetismo. Nas cinzas desse império atrasado nasceu a grande União Soviética, hoje a 2.ª potência industrial do globo, com um quinto da produção mundial. Os EUA já foram ultrapassados em ramos fundamentais, como na produção de cimento, aço, ferro fundido, petróleo, gás, carvão, adubos minerais, madeiras, têxteis, lã, máquinas eléctricas e diesel, tractores, açúcar, leite, queijo e manteiga, calçado e em muitos

# Camaradas do distrito de Castelo Branco

Para tratar de questões de interesse para o nosso Partido, pedimos aos camaradas que vivam na zona da grande Lisboa, e que sejam naturais dos concelhos do distrito de Castelo Branco, que estejam presentes numa reunião a realizar no sábado, dia 18, pelas 15 horas, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida de Liberdade, n.º 170.

# Agenda

## Dia 9, Quinta-feira

Lisboa, no Salão das Furnas, às 21 e 30, sessão comemorativa do aniversário da Revolução de Outubro, promovida pela Organização de Professores da ORL do PCP: «A Revolução de Outubro e a Educação». Intervenções de Manuel Gusmão, A. Borges Coelho e Margarida Abom Inglês, e projecção de «Lenine Vivo» • Castro Marim, no Centro de Trabalho, às 21 horas, Reunião Geral de Militantes.

## Dia 10, Sexta-feira

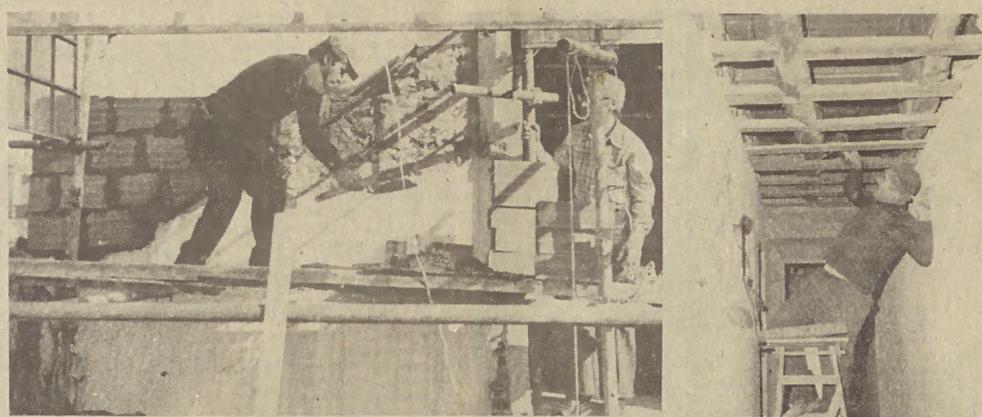
Fafe, no Salão dos Bombeiros, às 21 e 30, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. • Faro, no Centro de Trabalho, às 21 e 30, Reunião Geral de Militantes.

## Dia 11, Sábado

Guimarães, na Escola Industrial, às 21 e 30, comício com o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC. No final, Canto Livre • Almeirim, às 21 e 30, no Centro de Trabalho, convívio comemorativo do aniversário da Revolução Socialista de Outubro • Alparça, sessão comemorativa da Revolução de Outubro. Canto Livre • Faro, às 16 horas, no Centro de Trabalho, sessão comemorativa do aniversário da Revolução de Outubro, com passagem de filmes e exposição • Albufeira, no Centro de Trabalho, às 19 horas, jantar-convívio organizado pela Comissão Concelhia em comemoração do 7 de Novembro • Vila Real de Santo António, no Centro de Trabalho, às 21 horas, Reunião Geral de Militantes e simpatizantes • Leiria, no Pavilhão da Feira, a partir das 17 e 30, Festa Popular de S. Martinho com Canto Livre e exibição de um rancho folclórico.

## Dia 15, Quarta-feira

Lisboa, na UTC, às 18 e 30, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP e deputado à Assembleia da República, que começará por fazer uma visita às instalações da empresa.



Tem sido muito trabalho, mas trabalho, sempre realizado com a alegria de quem sabe estar a contribuir, com os seus conhecimentos e o seu esforço para dar ao Partido melhores possibilidades de se desenvolver e organizar. Brevemente o Centro de Trabalho de Odivelas será mais uma casa do PCP, com as portas abertas aos trabalhadores e aos democratas

# Mais de 320 contos em Odivelas!

Em Odivelas os camaradas continuam a não poupar esforços na Campanha dos 1200 contos para o novo Centro de Trabalho.

São duas frentes em que se divide essa tarefa. Por um lado acabar rapidamente as obras, por outro lado as diversas iniciativas de

fundos em que todos devem participar. No fim de Outubro, fez-se novo balanço. E já faltam menos de mil contos. O que é muito ainda!

E agora atenção: Avisam-se os camaradas que a data limite para as organizações prestarem contas das rifas que sorteliam uma viagem à União Soviética

é já no dia 30 deste mês! Até lá há que avançar ainda mais nesta iniciativa para que ela possa constituir um êxito!

Entretanto vamos a contas. Publicamos aqui os resultados obtidos em 31 de Outubro:

Rifas, 174 070\$00; Listas de Fundos, 538\$500; Diversos, 410\$500; Festa de 8 e 9 de Julho, 13 753\$60; Autocolantes,

19 525\$50; Banca do Jamor em 13 de Agosto, 4864\$10; Piquenique em Canaças, 11 540\$10; Banca do Jamor de 27 de Agosto, 4598\$20; Banca de 3 de Setembro, 5548\$20; Festa do «Avante!», 2575\$20; Bar da Organização das Mulheres, 2320\$50; TOALHA 13 000\$00; Donativos, 37 845\$00; Metas, 22 405\$00. Total, 321 535\$40.

# Trasladação dos restos mortais de Maria Machado

Amanhã, pelas 14 horas, no Cemitério do Lumiar, procede-se à cerimónia da trasladação da uma com os restos mortais da camarada Maria Machado.

Recorda-se que Maria Machado, militante comunista, foi presa pela primeira vez em 1936 na Liga Esperantista Ocidental, tendo a polícia maltratado as crianças que leccionava gratuitamente.

Ao ser conduzida para o posto onde a polícia a foi buscar mais tarde grita para a população

apinhada nas ruas: Não somos ganutos. Somos amigos do povo e gente honrada.

Durante 4 horas de interrogatório Maria Machado declarou sempre: Nego-me a fazer a mais pequena declaração à polícia, pelo meu dever de comunista, pela fidelidade que devo ao meu Partido e por respeito à minha própria pessoa humana.

Maria Machado viria a morrer em

1958. Dias antes, no seu testamento, escrevera: Nenhum sacrifício terá sido inútil. A Humanidade encontrará o seu caminho. Que importa pois que eu não assista à apoteose da Humanidade?

A cerimónia poderão assistir todos quantos o desejarem. Estará presente, nomeadamente, uma delegação do colectivo do «Avante!».

# Visita de Pioneiros à UCP da Gâmbia

A UCP da Gâmbia recebeu há dias a visita de um numeroso grupo de Pioneiros do concelho de Sintra e também da Amadora e da Damaia, que foram acolhidos à chegada, num ambiente de grande alegria, pelos Pioneiros da Gâmbia.

As crianças, acompanhadas pelos seus monitores, participaram, na parte da manhã, numa animada jornada de trabalho, tendo ainda visitado as instalações destinadas ao gado de uma das cooperativas da região, as salinas e os arrozais. A visita foi guiada

pelos Pioneiros da Gâmbia. Depois de um merecido almoço ao ar livre, a petizagem pegou nos pincéis e logo surgiu um belo mural onde a inspiração de cada um marcou presença e proporcionou a realização de um interessante trabalho

colectivo. Seguiu-se um breve convívio com a acção dos Pioneiros da Gâmbia, que fizeram várias habilidades com as suas «sombras chinesas», e ainda a projecção de «slides». Antes da partida os diversos núcleos de Pioneiros ofereceram recordações aos

trabalhadores da UCP, num ambiente de viva amizade e alegria. Pioneiros da Brandoa Promovida pelo núcleo da Brandoa dos Pioneiros de Portugal, decorreu recentemente naquela localidade uma sessão de esclarecimento sobre os objectivos e a actividade da organização dos Pioneiros. A sessão destinou-se aos adultos, mas os camaradas mais pequenos também participaram activamente, respondendo a todas as questões colocadas pela assistência.

# Encontro das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto

Com o objectivo central de proporcionar a análise correcta da actual situação da cultura física e do desporto em Portugal, na base de um amplo debate a nível nacional, e de contribuir, de forma responsável e fundamentada, para a definição das bases essenciais de uma nova política para aquele sector, no âmbito do projecto constitucional, decidiu o nosso Partido levar a efeito um Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto, Jornada que terá lugar em Lisboa em 3 e 4 de Março de 1979.

primeira etapa, será elaborado um documento global organizado por secções e por grandes temas comuns. O documento estará pronto até 6 de Janeiro (data limite), altura em que decorrerá uma nova reunião nacional da Comissão Organizadora.



A reunião da Comissão Organizadora Nacional

Após a distribuição do documento global base, inicia-se a segunda fase preparatória em que, tal como na primeira, será fundamental a participação de todos os sectores da organização na divulgação, apreciação e debate de todos os temas. Tal como na 1.ª fase, prevê-se a realização de encontros e reuniões distritais e regionais abertas à participação de todos os camaradas, amigos e simpatizantes do Partido e ainda de outros democratas. O envio de propostas de alteração ao documento deverá ser feito até 15 de Fevereiro. Na altura da revisão do documento, a Comissão de Redacção terá em conta aquelas propostas.

A Comissão Executiva do Encontro integra 18 camaradas (cinco dos quais formam o Secretariado), que têm a sua responsabilidade e as seguintes comissões: propaganda, fundos, redacção, apoio técnico e coordenação dos grupos de trabalho

especializados. Entretanto, estão formados ou em vias de formação diversas comissões regionais para dinamização do trabalho preparatório do Encontro em todo o país.

Tal como aconteceu em outras iniciativas promovidas pelo Partido (Conferência Económica, Conferência sobre o Sector Nacionalizado, Encontro sobre o Ensino, etc.), o amplo debate preparatório é uma

condição essencial para o pleno êxito do Encontro Nacional sobre Cultura Física e Desporto. Nesse sentido, o Partido convida à participação nesta iniciativa, em franco e aberto diálogo com as organizações e militantes comunistas, os trabalhadores e todos os democratas com ou sem filiação partidária interessados em debater os complexos problemas do sector e em intervir na

procura de soluções concretas para os problemas nacionais, neste caso os que se relacionam com a cultura física e desporto. A fim de divulgar o Encontro e dar a conhecer aspectos da sua preparação e realização, realiza-se hoje às 17 horas, em Lisboa, uma conferência de imprensa que decorrerá no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade.

À semelhança de outras iniciativas já promovidas pelo Partido, para análise dos grandes problemas da vida nacional, este Encontro será mais uma valiosa forma de intervenção na procura de soluções coerentes e objectivas e um importante contributo para a concretização de acções que conduzam à plena democratização da política de cultura física e desporto.

Entretanto, a reunião da Comissão Organizadora Nacional do Encontro efectuada no passado fim-de-semana no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, aprovou o documento para o lançamento público da iniciativa, o qual publicamos à parte. No decorrer da reunião, que contou com a presença do camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado do Comité Central do Partido, foi também aprovada uma proposta de metodologia e calendário do Encontro.

Assim, numa primeira fase, os trabalhos preparatórios da iniciativa terão particularmente em conta a dinamização e o empenhamento dos grandes sectores da organização do Partido, orientando a sua participação por temas e assuntos que estejam directamente ligados à sua experiência e campo de acção.

A primeira fase preparatória visa proporcionar o levantamento da situação, o início do debate organizado, a apresentação de propostas para a solução dos problemas e o relato de experiências concretas, por sector de organização. A recolha do trabalho realizado nesta primeira fase terá de ser concluída até 15 de Dezembro, embora devam chegar regularmente ao executivo da Comissão Organizadora os resultados parciais que se forem apurando. Na sequência desta

## Proeminente

ância da sua hipocrisia pública (é o partido do da oliveira da paz numa da bomba na outra) passa a aguda crise interna e sofre a colossal perda de influência. Algumas sondagens revelam-lhe uma queda de 50% em relação aos resultados que obteve nas eleições para a Assembleia da República e todos os indicadores vão ao encontro desta situação.

Arrogância. O CDS em transição para o novo partido, sem influência, sem prestígio, sem a certeza de ser remetido para o seu exacto lugar. A arrogância do CDS é simplesmente insuportável.

Recorda-se ainda que foi após uma longa viagem do seu vice ao estrangeiro que o CDS desencadeou a operação de ataque contra o PS que levou à queda do 2.º Governo de Soares.

As fontes inspiradoras do CDS não estão na pátria portuguesa. As fontes inspiradoras do CDS estão no estrangeiro.

O CDS confirma-se como o partido mais dependente de cenários internacionais, um partido serventurais e lacaios do imperialismo.

Anticomunismo (e a teoria da confrontação) não são prova de força, mas antes de fraqueza

## Grindola de Abril

Depois de descrever as lutas e as vitórias do povo soviético que às vezes foi agredido pelo imperialismo, afirmou António Gervásio: O povo soviético tem um amor à Paz e ao Trabalho. Socialismo e Paz são as ideias num mesmo corpo. Paz entre os povos é uma das condições inerentes do socialismo. No socialismo não existem guerras económicas e sociais causadoras das guerras - os monopólios e monopolistas.

Desde os seus primeiros dias de existência o Estado Soviético põe a tarefa sagrada de lutar pela paz contra a guerra. No dia 8 de Dezembro de 1917 foi aprovado o Congresso dos Sovietes, com unanimidade, o primeiro decreto: o Decreto da Paz. O seu conteúdo: «O fim da guerra, a Paz entre os povos (...), precisamente o nosso ideal».

Mantendo-se fiel ao princípio socialista, a União Soviética

é hoje a principal força na luta em defesa da paz universal. As suas forças armadas, o seu poderio militar existem, com os dos outros países socialistas irmãos, para defender as conquistas históricas do socialismo, o progresso social e a paz entre os povos.

O povo da União Soviética ama a paz e conhece na carne o seu preço de ouro. O país da Grande Revolução Socialista de Outubro aparece à cabeça da luta em defesa da paz mundial, da luta pelo desarmamento geral e completo, da luta pelo fim da corrida aos armamentos, pelo fim das experiências com as armas nucleares, bacteriológicas, a bomba de neutrões e outras; da luta contra a política de «guerra fria» e pelo desanuviamento internacional, da luta por uma política de coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes.

## Condições

Em relação ao "Avante!", os camaradas que participaram na reunião sublinharam a necessidade do nosso jornal publicar uma informação mais desenvolvida sobre a região, nomeadamente sobre a actividade do Partido e as lutas dos trabalhadores e das massas populares. Nesse sentido, foi proposta a formação de gabinetes de imprensa com o objectivo essencial de enviar para

## Carlos Costa em Fafe e em Guimarães

O camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, vai orientar uma sessão de esclarecimento que se realiza amanhã, às 21 e 30, no Salão dos Bombeiros de Fafe. No sábado à noite, às 21 e 30, aquele membro da Direcção do PCP discursará no comício convocado para a Escola Técnica de Guimarães.

## Cultura Física e Desporto — Direito do Povo

A cultura física e desporto, pelas suas relações profundas com a saúde, a educação e a cultura, tem importante influência na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das massas populares e interessa à população em geral.

A importância da cultura física e do desporto como fenómeno social reside no contributo que as suas actividades proporcionam à formação integral do homem, e no valor sociocultural que elas encerram.

Na cultura física e do desporto concentram-se uma gama muito diversificada de atenções, motivações de largas camadas da população. Com o objectivo de efectuar uma análise crítica da situação deste sector da vida nacional, com base num amplo debate e participação democrática, e contribuir, de forma responsável e fundamentada, para a definição das bases para uma política nacional de cultura física e desporto correspondente ao projecto constitucional, decidiu o Partido Comunista Português promover um Encontro das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto.

### 1 O fascismo e a cultura física

As actividades da educação física e do desporto permitidas e favorecidas pelo fascismo estiveram sempre subordinadas aos interesses do capital monopolista, foram dirigidas pelas classes dominantes que as concebiam de acordo com evidente carácter de classe e utilizaram como forma de afastar os trabalhadores e as massas populares da luta pela defesa dos seus interesses, da luta pela democracia.

O fascismo seguiu duas vias para tratar os problemas da cultura física e do desporto: — uma política obscurantista e repressiva praticada na educação e na cultura, impondo concepções que limitavam a educação física a disciplina de "segunda ordem" no sistema escolar e o desporto aos aspectos recreativos, dando aos professores uma situação socioprofissional subalterna, indigna e segregada, actuando no sistema educativo a separação entre as actividades físicas e as intelectuais;

— uma política de classe exploradora, resultante da comercialização do desporto, promovendo os fenómenos desportivos, especialmente o futebol e o ciclismo, à categoria de acontecimentos nacionais, procurando obter dividendos políticos de alguns bons resultados internacionais, sobrevalorizando a competição como modelo da prática desportiva com vista à alienação e divisão das populações.

Tudo isto impediu a cultura física e o desporto verdadeiramente orientados no sentido da valorização humana e da dignificação cultural do povo português. O desporto escolar, o desporto amador e o desporto dos trabalhadores nunca constituíram uma actividade social aberta, acessível e amplamente participada. O desporto popular foi sempre combatido, pela repressão do associativismo e pelas dificuldades criadas às colectividades de carácter popular.

### 2 O 25 de Abril na cultura física e desporto

As conquistas da Revolução de Abril restituíram ao povo português os seus direitos e liberdades fundamentais e promoveram transformações na sociedade portuguesa que

representa no seu conjunto avanços importantes no sentido da democratização do país.

No sector da cultura física e do desporto, durante a fase da Revolução em que a política do sector foi progressista, do I ao VI Governos Provisórios, também se iniciou uma experiência democrática e nacional que se enquadrou na situação social então vivida e que assentou na participação e criatividade das massas populares.

- Pretendeu-se através dessa experiência: — transformar a situação sociodesportiva legada pelo fascismo; — recuperar o carácter humanizador da cultura física e do desporto; — contribuir para o processo da democratização global do país; — reformular e democratizar as estruturas desportivas; — promover a adesão das massas populares à prática desportiva; — estimular o associativismo e revigorar a vida associativa; — defender o acesso da mulher à cultura física e desporto; — assegurar a participação das populações na definição e realização da própria política de desenvolvimento desportivo; — apoiar a alta competição numa perspectiva democrática; — moralizar o sector do desporto profissional através de legislação apropriada.

Todas as acções então empreendidas obedeceram à seguinte perspectiva:

- a democratização do desporto, ou seja, a criação de condições de acesso ao maior número possível de cidadãos à sua prática, considerando-o como meio de aperfeiçoamento humano e subordinado aos princípios básicos do processo educativo e cultural;
- o desporto como factor de democratização, como um dos meios de transformação da sociedade portuguesa, subordinado aos princípios básicos do processo da democracia aberta pelo 25 de Abril.

O trabalho então desenvolvido constituiu um facto único na história do desporto português, ficando a perspectiva em que foi realizado consagrado na Constituição que reconhece o direito à cultura física e desporto como meios de valorização humana.

### 3 Consequências da política de recuperação capitalista na cultura física e desporto

Desde o Governo PS sozinho, aliado de facto à direita, tem-se praticado uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, com graves consequências no sector da cultura física e desporto, nomeadamente:

- o lançamento de uma política que procura repor antigos valores, contrários ao projecto constitucional, recuperar concepções elitistas e segregacionistas da prática do desporto e métodos e soluções para controlo, limitação e fiscalização das actividades de cultura física e desporto;
- a paralisação de actividades que vinham sendo desenvolvidas no interesse do desporto e das populações e o bloqueio das iniciativas populares;
- o afastamento de técnicos competentes e progressistas, democratas e independentes, num processo de verdadeira e profunda perseguição política.

É contra esta política que se torna cada vez mais urgente a concretização de uma política nacional de cultura física e desporto capaz de promover a sua ampla democratização.



### 4 Por uma nova política para a cultura física e desporto

A melhoria sistemática das condições de vida constitui para todos os portugueses, progressistas e democratas, uma meta comum que, no quadro das instituições democráticas e de acordo com a Constituição, justifica a luta pela defesa das conquistas de Abril e pela consolidação da democracia, pelas transformações sociais que tomem efectivamente a sociedade portuguesa mais digna e mais justa.

É urgente e indispensável uma nova política para a cultura física e desporto:

- que estimule a ampla participação dos trabalhadores e das massas populares, adequando as estruturas do desporto às novas condições sociais;
- que se fundamente nas realidades concretas do país, na descentralização, na definição de prioridades, na utilização criteriosa de recursos e meios, na participação democrática das populações, mediante planeamento adequado aos objectivos e metas do desenvolvimento desportivo;
- que resolva os problemas do sistema educativo garantindo a melhoria das condições de trabalho nas escolas de acordo com os interesses das crianças e dos jovens abrangidos pela escolaridade obrigatória;
- que proporcione ao desporto escolar, ao desporto amador das federações organizadas, ao desporto dos trabalhadores e ao desporto popular os meios necessários à sua transformação no sentido da valorização cultural que efectivamente faça de todos os homens iguais perante a lei e perante a sociedade;
- que reconheça a legítima representatividade das populações organizadas de acordo com os seus direitos de associação para defenderem os seus direitos e reivindicar os seus interesses constitucionais;
- que apoie a alta competição na perspectiva de uma política de democratização do desporto.

É urgente uma nova política que considere a actividade desportiva como uma efectiva prática cultural e social nos tempos livres da vida quotidiana, que as associe às actividades educativas e formativas da escola e às actividades produtivas da população laboriosa e que, pelo efectivo alargamento da sua base social, possibilite uma prática desportiva de elevada expressão qualitativa, constituindo assim um contributo importante para a formação integral da juventude.

### 5 Um amplo, participado e democrático debate nacional

A realização do Encontro das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto reveste-se de grande oportunidade e suscitará, por certo, um largo interesse e uma muito ampla e unânime participação, a começar já pelo levantamento e análise da situação da cultura física e desporto em Portugal e pela discussão das medidas de uma nova política para a cultura física e desporto.

O PCP convida à participação nesta iniciativa, em franco e aberto diálogo com as organizações e militantes comunistas, os trabalhadores, todos os democratas — em particular praticantes e técnicos desportivos, professores de educação física e educadores em geral, activistas de colectividades, associações, federações e outros organismos ligados à cultura física e desporto, eleitos das autarquias, activistas do movimento sindical, comissões de trabalhadores e comissões de moradores — interessados em debater os complexos problemas deste sector e em intervir na procura de soluções para os problemas do país.

O Encontro, que na sua fase final funcionará por sessões plenárias e por secções abordará os seguintes temas:

- A cultura física, o desporto e os trabalhadores
- Formação de quadros
- A cultura física, o desporto e o associativismo
- Democratização da cultura física e desporto: orgânica e estruturas
- Desporto de alta competição: Federado/trabalhadores/escolar
- A cultura física, o desporto e as autarquias
- Política orçamental
- Política de construções e equipamento
- A cultura física, o desporto e o ensino
- A investigação científica
- A cultura física, o desporto e a saúde
- A cultura física, o desporto e a mulher
- A cultura física, o desporto e a juventude
- A cultura física, o desporto e a infância
- Ideologia, cultura física e desporto
- A cultura física, o desporto e a comunicação social.

Para responder a aspirações muito amplas e a necessidades objectivas do povo português e da democracia, torna-se cada vez mais urgente a concretização de uma política capaz de promover a ampla democratização da educação física e desporto como parte integrante da completa democratização da vida nacional. O Encontro das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto será mais uma valiosa forma de intervenção na procura de soluções para os problemas do país e um importante contributo para a luta por rectificações urgentes à política nefasta que tem sido seguida e para se avançar em direcção a uma nova política de cultura física e desporto conforme com as transformações democráticas da sociedade portuguesa e com o projecto de vida e de sociedade consagrado na Constituição.

# Por uma Câmara democrática ao serviço do povo de Évora

«A lista que a Aliança Povo Unido - APU - apresenta às eleições para a Câmara Municipal de Évora, que terão lugar no próximo dia 19 de Novembro, constitui a resposta à situação criada pelas demissões dos vereadores do PS e do PSD/PPD» - afirma-se num comunicado recentemente distribuído pelo «Povo Unido», onde se divulga os nomes dos candidatos que concorrem às eleições suplementares de Évora.

A Aliança Povo Unido mantém nos três primeiros lugares da lista - sublinha o documento - exactamente os mesmos três elementos que anteriormente já faziam parte da Câmara Municipal de Évora: Abílio Fernandes, seu presidente, e os vereadores Jorge Silva e António Folto.

A situação actual, e que os seus próprios partidos puseram de lado, na sua totalidade, a Aliança Povo Unido reconduz os três elementos referidos, opondo-se desta forma, frontalmente, às acusações falsas, que nunca foram concretizadas e muito menos provadas, atribuídas como poeira aos olhos, contra a acção do Povo Unido na Câmara de Évora.

A verdade, a capacidade de acção e o trabalho, são sempre os argumentos políticos mais fortes e mais poderosos - faz notar a APU.

O documento acentua ainda, por outro lado, que a composição da lista unitária apresentada pela APU assenta num grupo de 10 municípios cuja capacidade e espírito de iniciativa, qualidade de trabalho e de dedicação, honestidade e comportamento irrepreensível, são factos indesmentíveis, reconhecidos nos sectores profissionais de cada um desses 10 elementos, e reconhecidos também pela população em geral.

Todos eles - salienta a APU - são elementos com

comprovada competência e capacidade profissional, elementos que se destacaram como sindicalistas, como dirigentes no campo do desporto, como impulsionadores de comissões populares, como associativistas.

**Uma Câmara Democrática ao serviço do povo**

Recordando que a lista apresentada pela Aliança Povo Unido é constituída por antifascistas cujas posições claras, cujas actividades presentes e passadas, são a melhor garantia da defesa activa e consequente dos interesses da população do concelho de Évora, o comunicado da APU conclui afirmando:

No momento presente da vida nacional, em que a direita desencadela perigosas e ferozes ofensivas contra as conquistas democráticas do Povo Português; numa hora em que o perigo fascista e fascizante é uma realidade; em que são desferidos ataques violentos contra as nacionalizações e contra o sector intervencionado; em que o poder de compra das classes trabalhadoras é de novo atingido por aumentos incontroláveis de produtos essenciais, com reflexos em cadeia, em todos os bens de consumo; na altura em que uma acção de devoluções «selvagens» de terras aos agrários ameaça

de forma escandalosa a vida nova e melhor que os homens e as mulheres do Alentejo procuram construir nos campos da Reforma Agrária; uma Câmara de Évora progressista, ligada às classes trabalhadoras e outras camadas laboriosas, constituída por gente provada na luta, antes e depois do 25 de Abril, na defesa dos direitos e dos interesses vitais do Povo Português, uma Câmara Democrática ao Serviço do Povo constitui, no nosso conceito, um factor muito importante para a defesa da Democracia, para a defesa do espírito de Abril, para a defesa da Constituição da República.



«Natal do Reformado» começou na Amadora

Integrada na campanha «Natal do Reformado», realizou-se no passado domingo, no Pavilhão da Académica da Amadora, uma festa de convívio promovida pela União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Amadora (URPIA) para recolha de fundos.

Na intervenção inicial de um representante da URPIA salientou-se, no entanto, que o objectivo principal dos promotores da confraternização não era só o de angariar fundos para poderem levar por diante os nossos propósitos, mas também estabelecer elo mais fraterno e solidário, relações de amizade e de compreensão com os que amanhã serão como nós hoje em dia.

Segundo recordou o orador, os fundos recolhidos entre a numerosa assistência destinam-se à instalação de sede da URPIA e de um centro de convívio dentro da Amadora, bem como à precussão da luta em prol das reivindicações já há muito formuladas pelos reformados, pensionistas e idosos que vivem naquela importante freguesia.

Salientando que a luta que hoje travam os que já não podem trabalhar é comum a toda a população, o representante da URPIA manifestou a esperança de que os jovens e trabalhadores no activo não tenham de enfrentar os mesmos problemas, as mesmas carências, o mesmo desencanto, os mesmos desenganos, as mesmas perplexidades, e muitas vezes a mesma revolta de se sentirem esquecidos, desamparados, isolados por uma sociedade egoísta e sem futuro.

Correspondendo ao apelo daquela organização - de mãos dadas faremos o Natal do Reformado e do Idoso - estiveram no Pavilhão da Académica muitos artistas amadores para animar o convívio. Da Banda da Amadora ao Grupo Coral Alentejano, passando pelo Grupo de palhaços da Cal-Cat e pelo Quarteto do Clube de Campismo de Lisboa, os trabalhadores no activo deixaram bem claro a sua intenção de que o próximo dia de Natal - e o natal de todos os dias - signifique de facto para os reformados, pensionistas e idosos mais uma prova da solidariedade crescente entre os que acreditam que só o Portugal de Abril respeitará o outono da vida.

## Sessões de esclarecimento da APU no concelho de Évora

A Aliança Povo Unido realizou durante o passado mês de Outubro, por todo o concelho de Évora, uma grande campanha de sessões de esclarecimento sobre a actividade desenvolvida pelo respectivo município, desde a tomada de posse até à sua dissolução, por falta de «quorum».

Segundo informa um comunicado da APU, durante as sessões - que tiveram grande participação das populações - foram discutidos muitos dos problemas que afligem as massas populares e foi possível responder, com a verdade, a toda a série de boatos e falsas afirmações que têm sido difundidos para confundir os municípios, na sequência das demissões dos vereadores do PS e do PPD/PSD que provocaram a realização de eleições antecipadas para a Câmara de Évora.

Nos últimos vinte dias de Outubro a APU promoveu sessões e acções de esclarecimento nas freguesias de S. Mamede, S. Antão, S. Pedro, S. Miguel de Machado, N.ª Senhora de Machado, Graça do Divor, Azaruja, N.ª Senhora da Tourega, Torre de Coelheiros, S. Sebastião da Giesteira, Boa Fé, S. Manços, Vendinha, Guadalupe e Valongo, e ainda nos seguintes bairros da freguesia da Sé: Frei Aleixo, Pites, Canavias, Bacoel, Nogueiras, Caeria, Três Bicos, Cotovelos, St.º António, S.ª da Glória, 25 de Abril, Espadas, Barraca de Pau, Santa Maria, Almeirim, Tapada do Ramalho, Expansão n.º 1, Chafariz d'El Rei, Baluarte, Comenda, Catarina Eufémia e Sanches de Miranda.

Entretanto, no Teatro Garcia Resende, realizou-se anteontem um convívio para a apresentação dos candidatos da APU às nove eleições para a Câmara Municipal de Évora.

## Câmara do Porto adquire habitações

A Assembleia Municipal do Porto, reunida em sessão extraordinária no passado sábado, decidiu autorizar o respectivo município a adquirir o complexo habitacional de Santa Luzia.

O complexo, que inclui cerca de 180 fogos, custará ao município portuense cerca de 270 mil contos.

A Assembleia Municipal do Porto deliberará, em futura reunião, qual o critério a aplicar na distribuição dos fogos.

## Novas eleições em Fanhões

Na freguesia de Fanhões, no concelho de Loures, vão realizar-se novas eleições no próximo dia 17 de Dezembro. As eleições antecipadas foram provocadas, como já vem sendo hábito, pelas sucessivas demissões dos eleitos do PS e do PPD/PSD.

Com cerca de quatro mil habitantes e mil setecentos e quarenta eleitores, Fanhões é uma pequena freguesia com cinco povoações e um agregado habitacional (já dentro da freguesia de Cabeço de Montachique) de setenta fogos, cuja população se debate com a falta de transportes, de água, de um mercado e de um correio, a par de grandes carências habitacionais.

Para esclarecer a população das causas que levaram à marcação de novas eleições, a APU - que em 1976 foi a força mais votada naquela freguesia - promove amanhã um convívio em Fanhões, que se realizará às 21 e 30, nos Bombeiros.

## Quem são os candidatos da APU

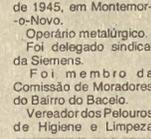
### EFFECTIVOS



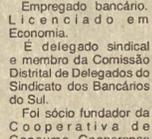
**Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes**  
Nasceu em 22 de Fevereiro de 1938 em Inhambane.  
Economista.  
Foi membro da Comissão Eleitoral de Évora da CDE, nas eleições de 1973.  
Presidente da Câmara Municipal de Évora desde Janeiro de 1977 e actualmente Presidente da respectiva Comissão Administrativa.  
Reside em Évora, na freguesia da Sé. É membro do PCP.



**Jorge Henrique Cardoso da Silva**  
Nasceu em 8 de Março de 1946, em Lisboa.  
Arquiteto.  
Foi dirigente associativo no Movimento Estudantil (Escola Superior de Belas Artes de Lisboa) o que lhe valeu ser preso pela PIDE e alvo de processo disciplinar instaurado pela Direcção da Escola.  
Vereador do Pelouro de Obras, Habitação e Urbanismo da Câmara Municipal de Évora desde Janeiro de 1977, e actualmente vogal da respectiva Comissão Administrativa.  
Reside em Évora na freguesia da Sé. É independente.



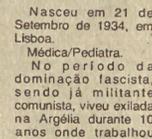
**António Luis Grilo**  
Foi vogal da Comissão de Moradores do Bairro do Bacoel.  
Vereador dos Pelouros de Higiene e Limpeza e Feiras e Mercados e responsável pelos assuntos relacionados com os trabalhadores da Câmara Municipal de Évora desde Fevereiro de 1978, e actualmente vogal da respectiva Comissão Administrativa.  
Reside em Évora, na freguesia da Sé. É membro do PCP.



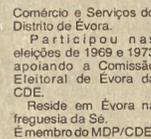
**Francisco José Cairo**  
Nasceu em 16 de Abril de 1921, em Évora.  
Gerente Comercial. Fez parte da Comissão



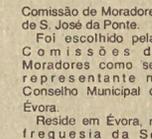
**Celeste Aurora Aredo Pereira de Carvalho**  
Instaladora da Associação Comercial de Évora.  
Foi vogal da 1.ª Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Évora.  
Reside em Évora, na freguesia da Sé. É independente.



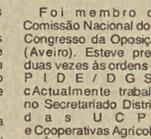
**Hélio Abílio Martins**  
Nasceu em 19 de Abril de 1924, em Souzel.  
Empregado de escritório.  
É Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Profissionais de



**Luis Adelino Fonseca**  
Nasceu a 20 de Agosto de 1937, em Monte Trigo.  
Motorista da Rodoviária Nacional.  
É membro da Direcção do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Évora, da Comissão de Trabalhadores da Rodoviária Nacional e da



**Dionísio Aires Moleiro**  
Nasceu em 30 de Dezembro de 1933, em Évora.  
Mestre de obras - Gerente industrial.  
É dirigente desportivo do Juventude Sport Clube, desde 1971.  
Reside em Évora, na freguesia da Sé. É independente.



**Lino António Marques de Carvalho**  
Nasceu em 4 de Outubro de 1946, em Leiria, empregado de escritório. Foi militante do Movimento Estudantil (Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras). Fez parte da CDE nas eleições de 1969 e 1973, tendo sido membro da sua Comissão Coordenadora Nacional.



**Foi membro da Comissão Nacional do III Congresso da Oposição (Aveiro). Estava preso duas vezes às ordens da PIDE/DGS. Actualmente trabalha no Secretariado Distrital da S. U. C. P. S. e Cooperativas Agrícolas de Évora. Reside em Évora, na freguesia da Sé. É membro do PCP.**

## Recenseamento eleitoral começa em Dezembro

Começa no dia 4 de Dezembro e terá a duração de trinta dias o novo recenseamento eleitoral que, de acordo com os preceitos legais, se inicia no 30.º dia após a publicação da Lei do Recenseamento Eleitoral no Diário da República (3 de Novembro).

O recenseamento, obrigatório para todos os cidadãos, será realizado por comissões recenseadoras, que são constituídas pelas Juntas de Freguesia e por um representante de cada um dos partidos políticos com assento na Assembleia da República, excepto no que se refere ao território de Macau e ao recenseamento dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro.

Em Macau, as comissões recenseadoras serão formadas por representantes das associações cívicas e das Câmaras Municipais, enquanto que no estrangeiro essas funções serão desempenhadas pelos postos consulares de carreira, embaixadas sem secção consular e um delegado de

cada partido representado na Assembleia da República. De acordo com a nova legislação sobre a matéria, cada eleitor passará a ter um cartão próprio que testemunhará a sua qualidade de cidadão eleitor. Esta inovação permitirá, em certa medida, evitar fraudes no acto eleitoral, tal como a votação em duplicado.

O cartão de eleitor a ser distribuído no acto de recenseamento, especifica o nome, número do bilhete de identidade, data e local de nascimento e assinatura do eleitor, bem como o nome da unidade geográfica do recenseamento.

O recenseamento eleitoral, de acordo com a legislação, passa a ser permanente, devendo ser actualizado todos

os anos, entre 2 de Maio e 30 de Junho, com a inscrição dos cidadãos que entretanto tenham adquirido capacidade eleitoral e a anulação dos que a perderam.

O pouco espaço de tempo que falta para o início do recenseamento (menos de um mês), bem como a importância e amplitude que tal acto deve ter, impõe que por todo o país se formem desde já as comissões recenseadoras. Aliás, como a própria legislação estabelece, os partidos com assento na Assembleia da República devem, até dez dias antes do começo das operações de recenseamento, comunicar por escrito aos presidentes das comissões recenseadoras o nome dos seus delegados.

### A posição do PCP

A importância de que se reveste o novo recenseamento

eleitoral implica que nesta tarefa se empenhem desde já todas as organizações do Partido, nomeadamente na preparação das listas de delegados.

Recordamos, uma vez mais, que na sua última reunião plenária, o Comité Central do PCP chamou a atenção para a importância do recenseamento, afirmando o propósito:

Independente de que se venham ou não a realizar eleições antecipadas, o CC chama a atenção de todo o Partido para dar pronto andamento a todas as operações de recenseamento, designadamente preparando a nomeação de delegados do PCP, esclarecendo os trabalhadores, os democratas, os cidadãos eleitores, para que, logo que esteja aberto o recenseamento, se inscrevam, como é necessário, de forma a estarem aptos a votar.

Na realização desta importantíssima tarefa, indispensável à consolidação do edifício democrático, os comunistas saberão uma vez mais dar provas da sua capacidade e dedicação, pois, como também se afirma no documento final da reunião plenária do CC, é necessário que o Partido e os trabalhadores se preparem também para as eleições (antecipadas ou não) de forma a assegurar três resultados essenciais:

- Derrotar os partidos da reacção de forma a que continuem em minoria;
- dar novamente a maioria aos partidos democráticos (designadamente ao PCP e ao PS);
- reforçar consideravelmente a votação no PCP e o número de deputados do PCP como condição fundamental para a defesa das liberdades e das conquistas da Revolução e o prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição.



## Incêndio em Coimbra destrói delegação da CDL

Um violento incêndio destruiu, em Coimbra, na passada segunda-feira, um edifício de cinco andares totalmente ocupado por estabelecimentos comerciais. No andar do referido prédio encontrava-se instalada a delegação da Central Distribuidora Livreira (CDL) e ainda a delegação naquela cidade de "o diário".

O incêndio, cuja origem se pensa teria surgido entre os "stocks" de materiais inflamáveis do rés-do-chão ganhou proporções dantescas devido à existência de um armazém no piso superior de garrafas de gás que ao rebentarem deram origem a que o prédio em menos de uma hora se desmoronasse, ficando reduzido a um monte de destroços.

A ausência de escada exterior de salvação e o rápido propagar do fogo pôs em perigo todos os que ali trabalhavam, registando-se mesmo alguns feridos, e o sinistro poderia ter ganho proporções mais trágicas se não fora a rápida intervenção dos bombeiros da região.

De qualquer modo os prejuízos são incalculáveis e em relação

à delegação da CDL está já a registar-se algumas iniciativas de solidariedade para atenuar as perdas de material verificadas. Por seu turno o colectivo do "Avante!" manifesta igualmente a sua solidariedade a todos os trabalhadores que naquele local, em desempenho das suas funções tiveram a vida em perigo, nomeadamente aos da CDL e da delegação de "o diário".

**LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO**  
edições Avante!  
Albert Williams



O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético

# As promessas de Mota Pinto quanto à Reforma Agrária

Segundo declarações à RTP do primeiro-ministro indigitado, Mota Pinto, tem sido "positiva" a acção do senhor da CAP, Vaz Portugal, e do senhor da monarquia, Ferreira Amaral, responsáveis pelo MAP. Assim, se a actual equipa do MAP, em tão curto tempo de vigência, se tenha desenhado para desmembrar a Reforma Agrária, constitui para o provável futuro primeiro-ministro "uma acção positiva e de interesse nacional".

Contra o descrédito na opinião pública democrática da actual equipa do MAP, contra as reservas colocadas pelos democratas contra a política do MAP do Governo de Nobre da Costa — recordemos a recente notícia de que a Juventude Socialista não apoiará o IV Governo se esta incluir a equipa actualmente responsável pelo Ministério de Agricultura e Pescas —, vem Mota Pinto com um elogio que não soa a fúnebre, antes promete continuidade da mesma política, e portanto dos mesmos homens ou quejandos...

## A promessa da "eficácia" ilegal e violenta?

Falou Mota Pinto: "é indispensável que, a lei seja aplicada com firmeza, sem ambiguidades, sem tergiversações". Tendo em conta tal afirmação surge como justificativa da eficácia do MAP, das duas, uma: ou estamos perante uma manipulação da opinião pública ou o primeiro-ministro indigitado não leu sequer a Lei Barreto. A lei é deveras má, enferma de inconstitucionalidade, é antipopular, antidemocrática. E pelos, vistos, há quem a queira tomar ainda pior do que ela é.

Ignorará o senhor Mota Pinto que: — A Lei da Contra-Reforma Agrária, a Lei Barreto, impõe as expropriações? Quando e onde elas têm continuidade com o actual MAP?

— A Lei impõe que as reservas se situem tanto quanto possível em zonas onde se não tenham verificado investimentos por parte das UCPs/Cooperativas?

— A Lei impõe que, quando afectada a viabilidade económica das UCPs, Coop., entre outros aspectos, se deverá promover a concessão de facilidades para os trabalhadores se instalarem noutros prédios expropriados?

— A Lei impõe que as unidades colectivas afectadas por reservas em parte importante, terão direito prioritário ao crédito e direito a indemnizações relativamente às benfeitorias e aos frutos pendentes?

— E onde, em que artigo, em que parágrafo, se estabelece que as demarcações de reservas se devem verificar nas melhores terras, nas zonas onde há fortes investimentos, onde se situam as instalações, em suma no que os trabalhadores chamam "o coração de cooperativas"?

— É esta "acção positiva" do MAP — nem sequer cumprir integralmente uma lei que sendo antidemocrática, não chega para a pressa dos latifundiários recuperarem terreno — que Mota Pinto elogia?

— É esta a eficácia que Mota Pinto promete aos portugueses no seu governo?



Os trabalhadores têm de estar conscientes de que semear muito e bem é uma forma de luta política contra os inimigos da Reforma Agrária, destruindo a jogada política de longo alcance envolvida na actual ofensiva

## Será que os portugueses votaram uma maioria de "independentes"?

Para o futuro primeiro-ministro, mesmo que as paralizações de trabalho e manifestações mobilizem centenas ou milhares de pessoas, isto é "pouca coisa perante os milhões de votos em que se estriba o poder político legitimamente constituído".

Perante esta afirmação feita com tanta segurança, os trabalhadores, o povo português ter-se-á quedado abismado: afinal o eleitorado votou ou não votou uma maioria de esquerda — pese o facto a quem pesar, doa a quem doer? É que das palavras do provável futuro primeiro-ministro, um observador de outras bandas, desinformado, poderia concluir que o povo português votou uma maioria de "independentes"...

Disse ainda Mota Pinto que tal política "positiva" do MAP, no cumprimento da Lei Barreto, se integra numa política agrária de aumento do produto nacional agrícola.

O tema é já estafado. Como aumentar o produto nacional agrícola semeando a instabilidade, o terror nos campos? Como aumentar o produto nacional agrícola lançando uma ofensiva brutal na época das sementeiras? Como aumentar o produto nacional agrícola se às UCPs e Cooperativas é cortado o crédito, tiradas as melhores terras, não são pagas as dívidas do Estado, se mandam espancar os braços que trabalham a terra? Como aumentar o produto nacional agrícola se as terras vão parar, brutal e ilegalmente, às mãos absentistas de grandes agrários, de

homens da CAP, de agentes sabotadores da economia? Como?

É bom que os trabalhadores tenham disto consciência: estamos perante uma jogada política de longo alcance. Não é por acaso que a ofensiva se desencadeia na época de sementeiras, nem é por o Governo demitido e os que o defendem sabermos que os agrários vão a correr semear as terras que desde sempre transformaram em coutadas, deixaram abandonadas ou subaproveitadas. Tal como não é por acaso que nas acusações "a determinadas forças ou grupos políticos", os esquerdistas jamais são mencionados pelos demitidos e pelos prováveis futuros governantes. É antes e fundamentalmente porque criando um clima de instabilidade, tentando impedir a concretização de uma ampla campanha de sementeiras, deixando em paz e até incentivando os esquerdistas que clamam "não se deve semear", os inimigos da Reforma Agrária pretendem concluir, perante colheitas fracas, que a Reforma Agrária significa diminuição drástica da produção. Jogando hoje ao ataque, os inimigos da Reforma Agrária preparam uma ofensiva ainda maior que justifique perante a opinião pública a destruição que pretendem realizar da Reforma Agrária.

Face a esta jogada de longo alcance, os trabalhadores das UCPs e Cooperativas têm mais do que nunca de estar conscientes de que o inimigo se enfrenta igualmente no plano da produção, semeando o mais que puderem, apesar das dificuldades, apesar da repressão, apesar da incerteza. Semear muito e bem é não fazer o jogo dos adversários da Reforma Agrária e da democracia.



Nas Unidades Colectivas e Cooperativas Agrícolas, nos momentos de pausa, nos momentos de trabalho, a III Conferência da Reforma Agrária é debate vivo entre os trabalhadores, preocupados em demonstrar que não abdicarão da luta pela Reforma Agrária

# Dinamizar a preparação da III Conferência da Reforma Agrária

«Pese embora as dificuldades que decorrem da brutal ofensiva que se vem abatendo contra as Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas dos Distritos de Portalegre, Beja e Évora», a III Conferência da Reforma Agrária vai realizar-se nas datas anteriormente anunciadas, 2 e 3 de Dezembro.

Esta a decisão do Executivo da Comissão Organizadora da III Conferência da Reforma Agrária reunido no final de Outubro para analisar aspectos relacionados com a preparação e dinamização da Conferência. Da reunião resultou a resolução de iniciar uma amplo trabalho nas UCPs

e Cooperativas de discussão dos problemas que lhes dizem respeito para que a III Conferência possa traduzir as aspirações dos trabalhadores da Reforma Agrária e a sua disposição de defender esta conquista fulcral do processo democrático. O executivo da Comissão Coordenadora, debruçando-se sobre a onde de violência desencadeada pelo MAP, que «traduz a resposta dos representantes dos agrários e grandes capitalistas às iniciativas patrióticas dos trabalhadores», exigiu dos órgãos de soberania «a tomada urgente de medidas que terminem com a repressão e a ilegalidade e imponham

um clima de diálogo construtivo, respeitando a viabilidade económica das UCPs e Cooperativas de acordo com o espírito e a letra da Constituição da República». O Executivo manifestou a mais colorosa solidariedade para com os trabalhadores de S. Bartolomeu do Outeiro que, à semelhança do ocorrido noutros locais, foram brutalmente atingidos pela repressão desenvolvida a mando do MAP.

Como conclusão final, o Executivo da Comissão Organizadora da III Conferência da Reforma Agrária, num momento em que o Primeiro-Ministro indigitado

Mota Pinto inicia contactos com vista à formação do IV Governo Constitucional, salienta a necessidade de, contrariamente ao que se tem verificado em Governos anteriores, se ter em conta que sem Reforma Agrária não há democracia e, assim, que a equipa do MAP a constituir não seja uma mera representação dos interesses dos agrários e grandes capitalistas, como se verifica na constituição e prática do actual MAP, mas antes tenha em conta os princípios consignados na Constituição da República, defendendo a Reforma Agrária, com vista à consolidação da democracia, pela construção do socialismo.

# Festa fim de campanha na Cooperativa Mouchão do Inglês

Festejar o fim da campanha das sementeiras: eis o motivo — forte motivo, símbolo de confiança no futuro — que reuniu no passado mês de Outubro centenas de trabalhadores na Cooperativa Agrícola Mouchão do Inglês de Alpiarça.

Na festa que se integra no combate dos trabalhadores da Reforma Agrária pelo aumento da produção, estiveram presentes, além dos 200 trabalhadores que trabalharam nas sementeiras

e a população, representantes das UCPs Goucha e Atela e «Unidade Alfredo Lima», o Presidente da Câmara Municipal, representantes do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, do Secretariado Distrital das UCPs/Coop. e ainda elementos da Comissão Distrital do PCP e da DOROR.

A festa incluiu um almoço-convívio, Canto Livre com o Cancioneiro de Torres Novas e baile com o conjunto Ruis Felicianos. Durante o almoço, José Moura, da Comissão Distrital de Santarém do PCP, dirigiu uma saudação aos trabalhadores apelando para a sua unidade na luta contra os inimigos da Reforma Agrária. Vítor Louro, deputado do PCP, presidente da Comissão Agrícola Mouchão do Inglês, afirmou que as velas — símbolo dos anos de vida da cooperativa — serão cada vez mais e continuarão para além dos que constituíram a cooperativa.

Estudantes que voluntariamente trabalharam nas terras da cooperativa durante os meses de Verão não se cansavam de referir a importância da experiência vivida no dia a dia de labuta com os trabalhadores.

No final, elementos da Direcção da Cooperativa deram notícia do movimento da cooperativa desde a sua constituição: aquisição de máquinas, alfaias e utensílios no valor de 3 200 contos, aquisição de gado no valor de

790 contos, investimento de 8 400 contos em imobiliário, além do significativo aumento de postos de trabalho.

Em todas as bocas, de trabalhadores permanentes ou eventuais, de trabalhadores de outras unidades e sectores, a mesma alegria do trabalho colectivo, o mesmo desejo: constituir mais cooperativas, planificar e diversificar a produção, defender a Reforma Agrária e com ela a democracia.

# O que se fez em três anos na UCP «Muralha de Aço»!

No passado fim-de-semana, a Unidade Colectiva de Produção «Muralha de Aço» comemorou o terceiro aniversário da sua criação.

Trabalhadores da UCP e numerosos convidados participaram nos festejos cujo programa se dividiu por sábado e domingo, incluindo projecção de filmes, venda de produtos da Unidade, canto livre, visita às instalações, comício e ainda um almoço de confraternização, para o que todos levaram famel.

Neste dia de aniversário foi referido o balanço de três anos de trabalho e o panorama é largamente positivo. Só o não vê quem regressar aos campos do Alentejo os latifundiários que deixavam as terras ao abandono, pagavam salários de miséria e apenas percorriam as propriedades quando se dedicavam à caça.

se alterou relativamente ao que se passava no tempo do latifundiário Rosado Fernandes.

Onde antes se cultivava quantidades diminutas de grão,

colheu-se este ano 302 sacas de 70 kg; milho, semeado pela primeira vez deu 260 sacas de 60 kg; favas, para os 20 sacos de antes este ano recolheu-se 208 sacos de 60 kg.

Mas a sabotagem de Barreto e Portas trouxe graves prejuízos. Assim, este ano, dos 25 000 quilos de sementes de aveia importadas tudo se perdeu; o mesmo sucedeu com 12 000 quilos de sementes de cevada-branca. Em contrapartida, a utilização de 5000 quilos de semente de aveia da UCP produziu cerca de 30 000 kg.

Para evitar mais sabotagens estão a trabalhar para a selecção de sementes e este ano já as vão experimentar. De salientar que trabalham em terra de 3.ª e 4.ª qualidade e apenas uma pequena área é classificada de 2.ª qualidade. Por outro lado, grande parte da UCP está implantada numa zona de serra, a qual está a aproveitar para pastagens nas encostas e para floresta, com pinheiros e eucaliptos.

Neste último caso contaram com a solidariedade activa dos trabalhadores da CTM, que também colaboraram na construção dos celeiros e ofereceram maquinaria agrícola.

Três anos de vida da «Muralha de Aço» provam bem a diferença do passado de exploração, fome e miséria. E este não é um caso isolado. Repete-se em todas as UCPs e Cooperativas Agrícolas da zona de intervenção da Reforma Agrária, para grande contrariedade dos grandes latifundiários e da equipa do MAP que tudo faz para os devolver ao passado.



A equipa demitida do MAP esquece-se que o tempo dos latifundiários terminou. Mas nem a repressão que desencadeiam abala a confiança dos que, como na "Muralha de Aço", trabalham e produzem. O futuro pertence-lhes

## Encontro das Comissões de Saúde apoia Reforma Agrária

Moções de apoio à Reforma Agrária e ao SNS — Serviço Nacional de Saúde — foram aprovadas por milhares de pessoas participantes nas sessões de encerramento do Encontro Nacional das Comissões de Base da Saúde organizado pela CRARA — Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária — realizadas no passado fim-de-semana em Montemor-o-Novo.

Participaram nos trabalhos do Encontro as Comissões de Base de Saúde dos cinco distritos da Reforma Agrária (Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal), as Comissões da CRARA, as Uniãoes Sindicais dos referidos distritos, a CGTP-IL, os Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas Agrícolas e o MAPRU.

Entre as conclusões do Encontro incluiu-se a necessidade de dinamizar e alargar as comissões de base em todas as freguesias, UCPs, fábricas, a urgência em mobilizar os profissionais ligados à assistência médica pelo bom funcionamento dos hospitais locais, etc.

## JNF deixa lavoura da Beira Alta fora da intervenção

Agricultores de diversas localidades da Beira Alta têm vindo a desencadear um justificado movimento de protesto face à posição da JNF, que decidiu deixar de intervir no escoamento da batata da região.

Na realidade, a JNF limitou a sua intervenção comprando 20 mil toneladas de batatas até ao próximo dia 10 à lavoura de Entre-Douro-e-Minho e Beira Litoral. Por outro lado, numa comissão constituída junto da JNF, «Comissão Permanente para o Escoamento da Batata de Consumo», não se encontra representada nenhuma organização dos agricultores da região da Beira Alta.

Entre os muitos protestos de várias organizações a União dos Agricultores de Vouzela, repudiando tal discriminação, interroga:

«A lavoura da Beira Alta é de segunda?»

E afirma: «Parece que se quer virar os agricultores uns contra os outros e lançar a guerra entre as regiões. A lavoura saberá defender os seus direitos e não embarcará nesse jogo».

A União contesta ainda o preço de intervenção, 5520 por quilo, que não compensa o aumento dos custos de produção e reclama um preço entre os 6500 e os 7500.



Ainda a questão do escoamento da batata, problema tormentoso para milhares de pequenos e médios agricultores...

## JNF também não intervém em Trás-os-Montes

Agricultores de Trás-os-Montes lançam contra a JNF os mesmos protestos tendo o facto deste organismo ter igualmente decidido não intervir nesta região.

Num comunicado aos agricultores, a Liga de Chaves denuncia: «Ninguém nos está a comprar a batata. Quando aparece comprador é para nos oferecer a miséria dos 3500, 4500 por quilo e assim explorar a nossa necessidade de fazer dinheiro. Não fazendo agora a intervenção no escoamento, a Junta estará a dar oportunidade aos armazéns e negociantes para fazerem as negociações do costume».

«Também não podemos estar de acordo que continuem por receber o dinheiro a que têm direito os lavradores que o ano passado entregaram a batata à Junta. Nós, se fomos buscar dinheiro a um banco, pagamos juros. E se não o pagarmos na data combinada até nos penhoram os nossos haveres. Como é que o Estado pode ficar tanto tempo com o nosso dinheiro, sem nos pagar um tostão de juros e sem sequer dizer quando paga?»

## UCPs e Cooperativas Agrícolas agradecem apoio nacional

O Secretariado Distrital de Évora das UCPs e Cooperativas num comunicado público em que dá notícia de dezenas de moções de solidariedade que lhe têm chegado, manifesta publicamente, em nome das UCPs e Cooperativas, o mais vivo agradecimento às centenas e centenas de milhares de portugueses que se têm manifestado em apoio e solidariedade para com a Reforma Agrária.

Referindo, em duas páginas e meia policopiadas, algumas das muitas empresas cujos trabalhadores têm manifestado o seu integral apoio à Reforma Agrária, o Secretariado das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Évora afirma a necessidade de manter, reforçar e ampliar as acções de massas que têm sido desencadeadas em apoio da Reforma Agrária e manifesta a profunda convicção de que «unidos, trabalhadores do campo e da cidade, das fábricas, das oficinas e dos escritórios, homens e mulheres, novos e velhos, a Reforma Agrária e a Revolução triunfarão desta nova arremetida dos agrários e suas organizações, saudosos do fascismo e que encontram apoio no MAP de Ferreira do Amaral, seu instrumento de acção».

O Secretariado das UCPs e Cooperativas do Distrito de Évora termina apelando a todos os trabalhadores e ao Povo português em geral para que reforcem a sua luta e unidade de acção em torno da Reforma Agrária.

## Senhorios ricos atacam ao abrigo da Lei do PPD

Intensifica-se, nomeadamente nas Beiras, a acção dos senhorios ricos que, ao abrigo da famigerada Lei do PPD de Arrendamento Rural, vêm exigindo brutais aumentos de rendas, sobretudo nos casos em que esta é paga em géneros, e expulsando violenta e ilegalmente rendeiros das terras.

Simultaneamente observa-se que em alguns tribunais são adiados os julgamentos de processos postos pelos rendeiros contra os senhorios ricos. Como argumento para o adiamento tem sido apresentado o da ausência de institucionalização dos Juizes Sociais.

Atento a estas manobras, o MARN das Beiras insiste na urgência de que se regularize e complete o processo de constituição dos Juizes Sociais e que se permita ainda a indicação de candidaturas para as comarcas onde tal não foi possível nos prazos estabelecidos.

Denunciando o facto de o ministro da Justiça não ter ainda respondido ao pedido de entrevista do MARN, o Executivo do MARN-Beiras, num comunicado aos órgãos da comunicação social, alerta: «Os problemas dos rendeiros agravam-se dia a dia, são os adubos, os alugueres de máquinas, as sementes, o gasóleo, enfim tudo a subir e não há maneira de se proteger quem contribui para a produção nacional, quem participa com o seu trabalho para o desenvolvimento da agricultura.»

### O que se fez

Inicialmente com 4900 hectares a UCP tem presente 4100 hectares. A brasileira Nicole Paront foi entregue uma reserva de 558 ha

### Só as sementes da Unidade germinaram

No respeitante à produção agrícola deste ano também muito

# A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

## «O ESTADO E A REVOLUÇÃO» - II

Os Estados distinguem-se pela classe social que servem e pela base económica da sociedade em que se inserem. É isso que define o TIPO DE ESTADO, conceito que exprime a sua natureza de classe.

Na Antiguidade o Estado dos cidadãos proprietários de escravos, na Idade Média da nobreza feudal, do nosso tempo da burguesia (Engels, citado por Lênine em «O Estado e a Revolução», edições «Avante!», p. 24).

O Estado socialista constitui um tipo novo, um tipo superior de Estado. É um «Estado democrático de uma maneira nova (para os proletários e para os não possidentes em geral) e ditatorial de uma maneira nova (contra a burguesia)» («O Estado e a Revolução», p. 43).

cionais parlamentares mas também nas repúblicas mais democráticas» (ibidem, p. 55).

Quaisquer que sejam as formas de dominação da burguesia, trata-se sempre da ditadura da burguesia. Todavia a forma do Estado burguês não é indiferente à classe operária.

Apesar de o Estado burguês ser sempre uma máquina para a opressão dos trabalhadores pela burguesia «isto não significa, de modo nenhum, que a forma de opressão seja indiferente ao proletariado, como «ensinam» certos anarquistas» (ibidem, p. 55).

Uma forma mais ampla, mais livre, mais aberta, de luta de classes e de opressão de classe facilita de modo gigantesco a luta do proletariado pela supressão das classes em geral» (ibidem, p. 90).

à antiga e sabota com plena «liberdade»...» (ibidem, p. 56).

Todavia, os oportunistas admitam «a conquista do Poder sem a destruição da máquina do Estado» (p. 120), ao passo que os anarquistas queriam a «supressão completa do Estado de um dia para o outro, negando o emprego do Poder do Estado pelo proletariado revolucionário» (p. 125).

Em luta contra as deformações do marxismo, Lênine restabelece o conteúdo revolucionário da teoria de Marx sobre a necessidade de o proletariado destruir a máquina do velho Estado explorador.

Lênine mostra que o marxismo, embora coloque «como o seu objectivo a completa supressão do Estado, reconhece que este objectivo só é realizável depois da supressão das classes pela revolução socialista, como resultado da instauração do socialismo». O marxismo «reconhece a necessidade para o proletariado, depois de ter conquistado o poder político, de destruir inteiramente a velha máquina do Estado, de a substituir por uma nova» (ibidem, p. 125).

Apoiando-se na experiência histórica, Lênine demonstrou que a tese sobre a destruição da máquina do Estado explorador é uma lei obrigatória para o proletariado dos países capitalistas na sua luta pela instauração do socialismo.

«Quebrar esta máquina, demolí-la — tal é verdadeiramente o interesse do «povo», da maioria, dos operários e da maioria dos camponeses...» (p. 49).

Lênine assinala ainda que a limitação de Marx sobre os possíveis exceptões a esta lei na Inglaterra e nos EUA «já não é válida», uma vez que esses países «escorregam completamente para o pântano lamento e sangrento comum a toda a Europa, das instituições burocrático-militares, que tudo subjagam, que tudo esmagam» (ibidem, p. 48).

Mas pelo que substituir a máquina de Estado burguês quebrada? Qual a forma ou as FORMAS DO ESTADO SOCIALISTA? Em 1847, no «Manifesto Comunista», ainda «Marx esperava da experiência do movimento de massas a resposta à questão de saber quais as formas concretas que tomaria esta organização do proletariado como classe dominante» (ibidem, p. 50). A Comuna deu a resposta.

Historicamente, a Comuna de Paris foi «a forma, "finalmente descoberta", pela revolução proletária, na qual se podia realizar a libertação económica do trabalho. A Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária para quebrar a máquina de Estado burguesa e a forma política "finalmente descoberta" pela qual se pode e deve substituir o que foi quebrado» (ibidem, p. 65).

Mas se a Comuna apenas esboçou nos seus traços gerais as estruturas políticas do Estado socialista, a República dos Soviotes, na Rússia, confirmou o valor da experiência e assegurou o seu completo desenvolvimento. Os soviets foram uma citação da classe operária e das massas de trabalhadores no decurso da luta revolucionária. Nascidos nas grandes batalhas da Revolução de 1905-1907, reapareceram com o triunfo da revolução democrático-burguesa de Fevereiro de 1917 e ganharam tal amplitude que constituíram durante meses, até Julho de 1917, um órgão de Poder paralelo ao Governo Provisório da burguesia. Lênine e o Partido Bolchevique descobriram nesses organismos revolucionários criados pelas massas o órgão de Poder no Estado proletário.

As formas do Estado socialista podem variar e variaram segundo as condições, os métodos e as circunstâncias de acesso da classe operária ao Poder, segundo o grau de violência do acto revolucionário, segundo o grau de desenvolvimento do capitalismo, segundo a situação anterior e a armadura das forças de classe, segundo o grau de resistência da burguesia reacção à construção do socialismo, segundo a conjuntura internacional e os auxílios externos à reacção interior. Lênine previa essa diversidade, quando escrevia que «a transição do capitalismo para o comunismo não pode naturalmente deixar de dar uma enorme abundância e variedade de formas políticas...» (ibidem, p. 44).

Esta afirmação de Lênine foi confirmada pelos factos históricos, como o aparecimento das democracias populares em vários países do centro e sudeste da Europa, assim como da Ásia. E as democracias populares, juntamente com os Soviotes na Rússia e a Comuna de Paris, demonstram que novas formas do Estado socialista surgiram

# Temas vários

## De novo em Novembro 700 páginas de Lênine comemoram, em português, os 61 anos da Revolução

Passado quase exactamente um ano sobre a vinda a público no nosso país do 1.º tomo das Obras Escolhidas de Lênine pela primeira vez na nossa língua, as Edições «Avante!» puseram à venda o 2.º tomo de uma edição cujo rigor e perfeito acabamento constituem uma homenagem ao seu autor e se inscrevem nas comemorações do 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro que por esta altura decorrem também em Portugal.

Numa iniciativa conjunta das Edições «Avante!» e da Editorial Progresso de Moscovo, que exigiu um ano bem cheio de trabalho e de atenções sem conta para se aproximar o mais possível da perfeição exigida, o 2.º tomo das Obras Escolhidas de Lênine corresponde integralmente à edição em russo publicada em 1970 e tem a chancela do Instituto do Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS.

Porque a saída deste livro merece que a encaremos como um acontecimento de relevo na vida cultural das massas trabalhadoras e como facto digno de registo na actividade editorial do país, fomos ouvir dois camaradas dos que mais de perto, acompanharam a edição.

Francisco Melo e José Oliveira, director e colaborador das Edições «Avante!», mostram-nos 26 cadernos com um total de 770 páginas num excelente papel de rigorosa brancura e com excelente impressão, que só não surpreenderá quem conhecer a beleza do 1.º tomo. É um livro que tal como a matéria que contém, foi feito para durar, para percorrer as mãos de gerações. Ainda sem os trabalhos finais, com os cadernos por abrir, maior um pouco do que o tamanho que terá depois de cortado, cosido e encadernado, pelo que vimos e admirámos, o livro impor-se-á mesmo a quem pode ter um trato familiar com boas obras, a quem está habituado a manusear livros sólidos e bem acabados, feitos com carinho, pode dizer-se, coisa cada vez mais rara, mesmo em volumes caríssimos. E este não é.

Livro que em condições normais do mercado livreiro em Portugal custaria certamente três vezes mais do que o preço por que é vendido destina-se, como sucedeu com o 1.º tomo a uma muito ampla divulgação.

Com uma grande tiragem, as Obras Escolhidas de Lênine em 3 volumes constituem a súpula essencial de uma obra vastíssima e resultam de um estudo profundo e de um respeito integral pelo pensamento do autor e por tudo o que é perene numa obra de sempre.

Feita directamente do russo e cotada com edições em outras línguas, a tradução mereceu extremos cuidados de camaradas portugueses e soviéticos, profissionais deste género de trabalhos e perfeitamente habilitados a compreender e a transmitir com rigor o pensamento de Lênine na nossa língua.

A divulgação e o estudo do marxismo-leninismo em Portugal podem contar a partir de agora com mais um instrumento indispensável e de uma qualidade ainda não atingida na maioria das variadíssimas edições em português de obras de Lênine.

Cerca de uma dezena de pessoas ocupou-se durante meses na preparação deste 2.º volume, que exigiu sucessivas revisões antes de entrar na tipografia. Mais de 1200 páginas dactilografadas foram revistas e ponderadas palavra a palavra. Só nesse trabalho ocuparam duas pessoas mais de 800 horas.

Evitaram-se todos os erros? É impossível afirmá-lo. Em trabalhos desta envergadura o pequeno erro desliza, infiltra-se, esconde-se de tal maneira que, por vezes, nem mil olhos o encontram. Mas a garantia do rigor continua de pé.

Facilmente o leitor julgará sobre o acerto do que nos foi garantido pelos camaradas responsáveis das Edições «Avante!».

A beleza do livro, a sua alta qualidade deve-se às dezenas de trabalhadores que o dactilografaram, o reviram na parte tipográfica e na parte literária, escolheram o papel, o imprimiram, o dobraram, o coseram, lhe desenharam a capa, o encadernaram, plastificaram a sobrecapa, o trouxeram durante meses consigo como obra sua que também é. Uma palavra especial quiseram ter os camaradas das Edições «Avante!» para os trabalhadores da Gris-Impressores, a empresa que o imprimiu, e para o artista gráfico que fez a capa. Aqui deixamos o apreço pela obra limpa que esses trabalhadores realizaram.

### Lançamento no Porto

O lançamento do 2.º tomo das Obras Escolhidas de Lênine decorrerá no Porto, na Cooperativa Árvore, no dia 10 do corrente, pelas 21 horas e 30. A sessão constará de um colóquio dirigido pelos camaradas Oscar Lopes, do CC, e Armando Castro.

Distribuído pela CDL, o livro já está à venda no circuito comercial e nas bancas do Partido.

Antretanto, a RTP recusa a publicidade da obra de um autor que figura à cabeça das tiragens das edições em todo o mundo. A universalidade de Lênine, a desmedida importância da sua obra, o alcance de um pensamento que nenhum homem amigo da cultura pode ignorar, independentemente das suas opções ideológicas e políticas, mereceu da TV portuguesa a resposta de que não faz publicidade de livros políticos.

Desnecessário será sublinhar a tacanhez de uma atitude que atenta frontalmente contra a difusão da cultura e contra o pluralismo ideológico que deve presidir à actividade da RTP.

### O que o livro contém

O período abrangido por este volume vai de Março de 1917 a Novembro de 1918.

Repare-se nas datas. A partir delas (e além do alcance teórico das obras) é fácil verificar logo de início como este 2.º tomo é indispensável para compreender a Grande Revolução Socialista de Outubro (7 de Novembro de 1917) e a sua evolução imediata.

Em 20 meses V.I. Lênine produziu grande quantidade de



«Trabalhos Escolhidos de Lênine» - 2.º tomo. Edição em português das Edições «Avante!» e da Editorial Progresso de Moscovo.

Segunda página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

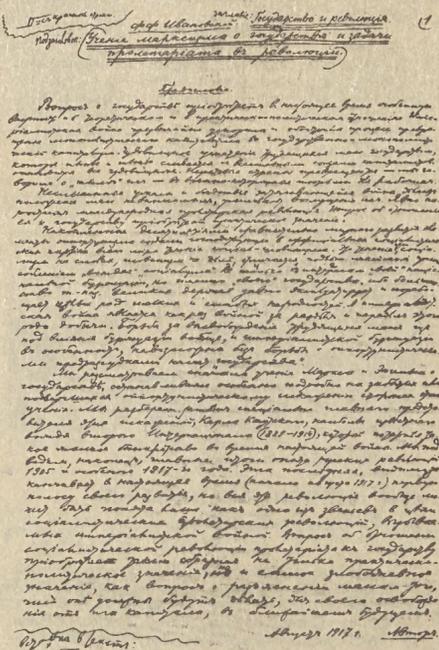
Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.



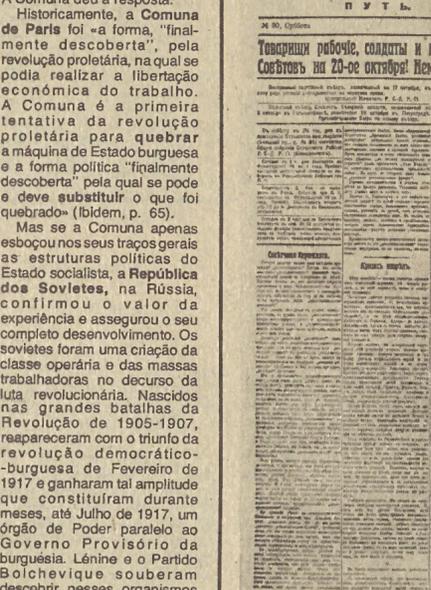
Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

É assim porque «as classes exploradoras precisam do domínio político no interesse da manutenção da exploração, isto é, no interesse egoísta de uma minoria insignificante contra a maioria», ao passo que «as classes exploradas precisam do domínio político no interesse da completa supressão da exploração, isto é, no interesse da imensa maioria do povo contra a minoria insignificante dos escravistas, camponeses, isto é, os latifundiários e os capitalistas» (ibidem, página 33).

Entretanto, as formas de dominação da burguesia, as FORMAS DO ESTADO BURGUES, podem ser diferentes. A ditadura burguesa pode exercer-se através de variadas estruturas dos órgãos do Poder e da administração, ou seja, sob diferentes regimes políticos: república parlamentar, monarquia constitucional, governo militar, ditadura fascista, etc. Em qualquer caso, trata-se dum «Estado da burguesia». As formas dos Estados burgueses são extremamente variadas, mas a sua essência é apenas uma: em última análise, todos esses Estados são, de uma maneira ou de outra, mas necessariamente, uma ditadura da burguesia» (ibidem, p. 43/44).

Lênine desmascara a democracia burguesa, «democracia para uma insignificante minoria, democracia para os ricos», escrevendo: «Se se observar de mais perto o mecanismo da democracia capitalista, veremos por todo o lado, tanto nos «pequenos» (pretensamente pequenos) portadores do direito eleitoral (...), como na técnica das instituições representativas como nos obstáculos efectivos ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os «miseráveis»), como na organização puramente capitalista da imprensa diária, etc., etc., veremos restrições e mais restrições ao democratismo. Estas restrições, excepções, exclusões, obstáculos para os pobres... excluem, eliminam os pobres da política, da participação activa na democracia» (ibidem, p. 99/100).

Referindo-se ao parlamentarismo, Lênine escreve: «Decidir uma vez em cada certo número de anos que membro da classe dominante reprimirá, esmagará o povo no parlamento, eis onde está a verdadeira essência do parlamentarismo burguês, não são as monarquias constitu-



Primeira página do manuscrito de «O Estado e a Revolução», redigido em Agosto-Setembro de 1917.

Terminaram no nosso país as comemorações do 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, integradas nos «Dias da URSS em Portugal», este ano dedicados em particular à República Soviética da Arménia. No decorrer das últimas semanas foram diversas as iniciativas que um pouco por todo o país assinalaram a data gloriosa do 7 de Novembro. Nota saliente em todas as jornadas foi o entusiasmo vivo de numeroso público, que em muitos casos teve oportunidade de contactar com as delegações soviéticas (constituídas por personalidades dos meios governamentais, intelectuais, científicos, religiosos, culturais, artísticos e desportivos) que vieram até Portugal para participar nas comemorações organizadas pela Associação Portugal-URSS no âmbito dos acordos de cooperação e intercâmbio com a sua congénere soviética.

Através de colóquios, exposições, encontros sobre temas culturais e artísticos, ou sobre os aspectos mais salientes

## O 7 de Novembro comemorado em Portugal

da realidade social na União Soviética, ciclos de cinema, concertos, demonstrações de judo, espectáculos de folclore, ou de outras iniciativas, muitas foram as localidades que comemoraram com entusiasmo o 7 de Novembro: Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Braga, Bragança, Castelo Branco, Évora, Barcelos, Funchal, Viana do Castelo, Guarda, Lagos, Silves, Beja, Moita e Terceira (Açores). Na passada segunda-feira realizou-se em Évora, no Teatro Garcia de Rezende, uma sessão pública com a eng.ª Virginia Moura e uma delegação soviética chefiada pelo ministro da Economia da República da Estónia, camarada Ivanovitch Blum. Ponto alto das comemorações do 7 de Novembro, a sessão decorreu na passada semana no salão do Voz do Operário, em Lisboa, além de ter constituído uma vibrante afirmação de amizade internacionalista, proporcionou a todos os presentes (que encheram literalmente a sala daquela popular colectividade) uma informação detalhada sobre a realidade social, económica

e cultural da República Socialista Soviética da Arménia. O socialismo — sublinhou o ministro das Finanças daquela República, camarada Janik Janoyan — alterou radicalmente a face da Arménia, transformando-a numa força industrial poderosa, com uma agricultura avançada, uma moderna rede de transportes e habitações e o nível de vida dos trabalhadores em constante progresso. Na primeira parte da sessão intervieram ainda o embaixador da URSS em Lisboa, camarada Arnold Kalinin, que salientou, nomeadamente, os esforços desenvolvidos pelo seu país na luta pela paz mundial, e o crescente aumento das relações luso-soviéticas; e António Borges Coelho e Luís Francisco Rebelo, ambos membros da direcção da Associação Portugal-URSS. A segunda parte da sessão foi preenchida pela actuação do conjunto de danças e cantares dos ferroviários de Erevan (capital da Arménia) e de vários artistas portugueses.

Também na passada semana decorreu no Palácio de Cristal, no Porto, uma sessão evocativa do Grande Outubro, com a presença de milhares de pessoas. No início da jornada usaram da palavra o ministro das Finanças da Arménia e a eng.ª Virginia Moura. Cada dia esta data ganha mais significado e uma nova dimensão no seio do povo trabalhador — afirmaria aquela dirigente da Associação Portugal-URSS que, a terminar, salientou: Foi em 7 de Novembro de 1917 que a história virou a página mais bela da Humanidade, data tão decisiva para todos os homens e mulheres progressistas. Impossibilitado de estar presente por razões alheias à sua vontade, o professor Rui Luis Gomes enviou a sessão uma breve mensagem que salientava, a dado passo, ser hoje impossível em Portugal defender os direitos humanos sem, ao mesmo tempo, defender o caminho para o socialismo. É hoje impossível defender os direitos humanos

sem, ao mesmo tempo, se sentir a solidariedade com a Revolução que acabou, na sexta parte do nosso planeta, com a exploração do homem pelo homem — concluiu a mensagem de Rui Luis Gomes. Frequentemente interrompido pelos fortes aplausos de assistência, o ministro das Finanças da República Soviética da Arménia divulgou vários dados estatísticos que evidenciam claramente o alto índice de desenvolvimento económico e social daquela República, tendo referido a título de exemplo que actualmente a Arménia produz quatro vezes mais energia eléctrica do que os seus dois vizinhos Turquia e Pérsia juntos. Após terem sido entregues várias lembranças à Associação Portugal-URSS, seguiu-se a actuação do grupo de danças e cantares dos ferroviários de Erevan que, tal como nos outros espectáculos em que participou no decorrer dos «Dias da URSS em Portugal», recebeu os entusiásticos aplausos de numerosa assistência.

Semana

1954 — A FNL inicia a guerra de libertação da Argélia.

A nova Constituição espanhola foi aprovada pelas duas Câmaras das Cortes por esmagadora maioria. Acrise governamental italiano é ultrapassado com a aprovação, pelo Parlamento, dum «ordem do dia» sobre a política económica que o governo se comprometeu a submeter ao Parlamento até ao fim do ano. Contingentes do Exército chinês entram em território vietnamita, ocupando posições no distrito de Trung Khanh, na província de Cao Lang, tendo cercado e atacado tropas vietnamitas que efectuavam uma missão de serviço, as quais repeliram os agressores. O governo boliviano, nomeado pelo ditador Pereda Asbun na sequência da sua fraudulenta «eleição» de Julho passado, demite-se em bloco, abrindo caminho a um ministério predominantemente militar e mais repressivo. A exportação do petróleo no Irão é interrompida pelas greves que alastram por todo o país. O governo racista da Rodésia decide alargar a lei marcial a metade do território do país. Washington anuncia oficialmente que os EUA apresentaram um novo texto de projecto de «paz» entre os governos sionista e egípcio, aquando do retamento das negociações em Blair House. Na primeira remodelação governamental importante desde o golpe militar de Março de 1976, o presidente argentino, general Videla, aceita a demissão de cinco dos seus ministros e nomeia um outro para um cargo militar. O governo do Uganda, chefiado pelo ditador Idi Amin, anuncia que «anexou» 1 817,6 km² de território da Tanzânia e confirma que as suas tropas tinham procedido a uma invasão.

1956 — Desembarque do iate «Granma» dos 82 revolucionários que iniciaram a luta armada da Revolução Cubana.

1970 — É formado o governo de Unidade Popular, no Chile. Chefes de Estado e de governo dos países membros da Liga Árabe (à excepção do Egipto), reúnem-se em Bagdad, no Iraque, para uma cimeira que visa combater os resultados do encontro de Camp David e o eventual tratado de «paz» entre o Egipto e os sionistas de Israel. A cotação do dólar norte-americano começa a subir nos principais mercados monetários do mundo após o presidente dos EUA e do Banco Central norte-americano terem anunciado um novo conjunto de medidas de defesa da sua divisa. Os cosmonautas soviéticos, Alexandr Ivanchenkov e Vladimir Kovalienok, concluem com êxito a sua missão no espaço, que fez deles os novos recordistas de permanência fora da Terra (142 dias). O secretário-geral do Partido Comunista do Vietname, Le Duan, e o primeiro-ministro Pham Van Dong, chegam a Moscovo para uma visita oficial à URSS. Aviões dos racistas rodésianos bombardeiam o acampamento Victory, na Zâmbia, onde se encontravam cerca de 15 mil jovens e crianças refugiados do Zimbábue. O vice-presidente da República Socialista do Vietname, Nguyen Huu Tho, deixa o Maputo, no termo de uma visita oficial de três dias à República Popular de Moçambique. A Rádio de Addis-Abeba anuncia que forças governamentais etíopes reconquistaram três cidades costeiras, tendo caído nos combates um dirigente separatista eritreu.

1970 — É formado o governo de Unidade Popular, no Chile.

O presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, anuncia oficialmente que está tudo pronto para ser iniciada a contra-ofensiva do seu país contra as tropas invasoras do Uganda. Rádio Hanói noticia que os dirigentes chineses, para além de já terem enviado para o Camboja um contingente de 100 000 soldados, continuam a enviar para este país homens e armamento, com o objectivo de atacar o Vietname. O governo norte-americano, através da Comissão de Valores e Títulos (SEC) acusa oficialmente a multinacional norte-americana «International Telephone and Telegraph» — ITT — de ter feito pagamentos ilegais, incoerentes, corruptos e controversos no valor de milhões de dólares a acionistas e investidores de, pelo menos, nove países, entre os anos de 1970 e 1975. A ilha de Dominica, antiga possessão colonial britânica encravada entre os territórios franceses de Guadalupe e Martinica, torna-se independente passando a ser o 27.º membro da OEA — Organização dos Estados Americanos — com direito a voz e a voto. Edén Pastora, o «Comandante Zero» da Frente Sandinista da Nicarágua, afirma ao jornal «Crítica», da Costa Rica, que a nova ofensiva pela libertação da Nicarágua se avizinha e se generalizará a todo o país. A URSS e a República Socialista do Vietname assinam em Moscovo um tratado de Paz e Cooperação, que consagra o reforço dos laços entre os dois países.

1918 — Termina o Congresso fundador do Komsomol.

A Comissão de Descolonização da Assembleia Geral da ONU adopta uma resolução condenando energeticamente todos os Estados que colaborem política, diplomática, económica e militarmente com o governo racista da África do Sul. Economistas e empresários norte-americanos, reunidos para analisarem os efeitos do programa financeiro decretado pela administração Carter para defender a cotação do dólar, consideram que tais medidas aumentam perigosamente os riscos de uma recessão interna no próximo ano. A Etiópia afirma que as suas forças cortaram linhas de comunicações e abastecimentos dos separatistas eritreus no leste do país, quando retomaram recentemente o controlo de Tite Edí e Beilul, na costa do Mar Vermelho. Fuzileiros navais ucranianos e engenheiros civis de minas fazem explodir a única ponte sobre o rio Kagera, que o regime do ditador fantoche Idi Amin proclamou a sua nova fronteira com a Tanzânia, depois de anexar uma faixa do território deste país.

1945 — Dimitrov regressa à pátria búlgara depois de 22 anos de exílio.

Na Áustria, o referendo realizado sobre a política nuclear é desfavorável ao governo de Bruno Kreisky. Milhares de manifestantes percorrem as ruas de Teerão, capital do Irão, numa movimentação de protesto que assumiu aspectos de violência até aqui desconhecidos. O primeiro-ministro soviético, Alexei Kossiguine, anuncia que se espera que a colheita cerealífera deste ano, na URSS, totalize mais de 230 milhões de toneladas, um recorde de todos os tempos. Termina a cimeira de Bagdad com uma declaração pedindo ao Egipto que renuncie aos «acordos de paz» de Camp David e cesse a suas negociações por um «tratado de paz» com os sionistas.

1943 — Libertação de Kiev pelas tropas soviéticas.

O Xá do Irão anuncia que o governo do primeiro-ministro Jaafar Sharif-Emani foi demitido e substituído por um governo militar «provisório», que se manterá em funções até que a «ordem» seja restabelecida. O chanceler austríaco, Bruno Kreisky, revoga a sua anterior decisão de abandonar o Poder caso fosse derrotado no referendo sobre a questão nuclear, declarando que não se demitirá. A República Popular de Angola mobiliza as suas forças e coloca a população em estado de alerta para defender o país contra um esperado ataque dos racistas da África do Sul.

1917 — Grande Revolução Socialista de Outubro. Segundo o calendário então em vigor na Rússia, o acontecimento deu-se a 25 de Outubro.

O novo governo militar do Irão ordena a prisão de vários antigos ministros e políticos e de pelo menos sete jornalistas, estabelece a censura prévia, encerra todos os jornais à excepção do «oficioso» e ordena que se reprima sem qualquer excepção os territórios ocupados. Willem Aantjes, líder da Democracia-Cristã holandesa e deputado no Parlamento, é acusado num relatório de ser um ex-colaborador nazi.

No Chile e na Argentina os comunistas contra a guerra

A guerra ameaça os povos da Argentina e do Chile. Fracassadas as negociações para a solução do conflito do Canal de Beagle, que separa o Atlântico do Pacífico, Pinochet avança com pretensões de alargar a soberania chilena até à plataforma atlântica. Os povos da Argentina e do Chile exigem a paz. Jovens argentinos fizeram uma marcha de 60 quilómetros porque «o povo argentino quer a paz, pede-a e está disposto a conseguí-la». Os mais diversos sectores da população nos dois países pronunciam-se por uma solução pacífica do problema. Porquê então o perigo de guerra? Quem está interessado nela? Quem joga num confronto armado? O Partido Comunista da Argentina, numa declaração relativa ao problema do Canal de Beagle, salienta: «Não seria sensato esquecer que o inimigo principal dos povos da Argentina e do Chile é o imperialismo. Todo o conflito armado é negócio redondo, mesmo que sangrento, para os negociantes da guerra. Nem do lado de cá nem do lado de lá dos Andes se deve esquecer que um conflito que se pretendesse solucionar pelas armas seria aproveitado pelas poderosas transnacionais e multinacionais que lutariam para se instalar solidamente no Atlântico e no

Pacífico Sul. Em tais circunstâncias o governo dos Estados Unidos procuraria ser o árbitro; e o árbitro ficaria numa posição dominante». Por outro lado, «os olhos dos monopólios norte-americanos e britânicos estão postos sobre a Patagónia, as Malvinas, o petróleo dos mares do Sul, a riqueza ecológica, a rota da Antártida e a via estratégica que une os dois oceanos. Não é por mera casualidade que os Estados Unidos estão interessados na criação das OTAS (Organização do Atlântico Sul), como refere «Mundo Color» de Montevideo, de fins de Maio, com a finalidade de assegurar o controlo da NATO sobre importantes rotas estratégicas e o acesso à Antártida». Também o Partido Comunista do Chile denuncia os mesmos objectivos e os promotores da guerra: «Em particular, promovem o alarido bélico e o caminho do enfrentamento militar os consórcios produtores de armamento dos EUA, que continuam a fornecer as ditaduras, indiferentes às proibições e limitações adoptadas pelo Congresso norte-americano. No mesmo sentido actuam os círculos mais agressivos da NATO». Acrescenta: «Assim, de um conflito entre o Chile e a Argentina

tratariam de aproveitar-se não só os consórcios armamentistas, mas também outras poderosas multinacionais, que buscam, com a voracidade de corvos novos, fontes de energia e de proteínas em todos os rincões do mundo». O imperialismo sente os seus interesses ameaçados na América Latina. Cresce a luta dos povos por todo o continente e o facto de Washington ter que assentar o seu poder e em figuras internacionalmente conhecidas como criminosos, como é o caso de um Somoza ou de um Pinochet, é um indicio da fraqueza, do isolamento das posições em que se empenha. O conflito do Canal de Beagle é uma oportunidade, agarrada com ambas as mãos pelos mercadores de armas, pelos monopólios ávidos de se apoderarem de novas riquezas e reforçar posições, pela Casa Branca que não desperdiça oportunidades de revigorar o seu poder. Na opinião do imperialismo e dos monopólios, os povos do Chile e da Argentina não têm que ser tidos ou achados neste assunto. Para o regime de Pinochet, que conduz uma política externa provocatória, sobretudo no que respeita aos países limítrofes, a questão do canal tem um interesse suplementar. Como destaca o Partido Comunista do Chile, «esta situação favorece os

sectores mais reacçãoários do Chile e da Argentina. No nosso país, Pinochet pretende afirmar o seu regime fascista através do chauvinismo, com que trata de consolidar o seu controlo sobre as Forças Armadas e romper o seu isolamento interno. O mesmo pretexto serve-lhe para tentar eternizar o seu regime, para manter a repressão e as múltiplas restrições das liberdades públicas e individuais, dos direitos sindicais e da liberdade de expressão». Assim se vê claramente quem ganharia com o desencadear de um conflito armado que, inclusive, poderia propagar-se a outros países do Cone Sul e a toda a América Latina. Para os povos de Chile e da Argentina, a guerra significaria o sacrifício de uma parte da juventude, os mortos, as destruições, o retrocesso numa já difícil situação económica, um reforço das posições das forças mais reacçãoárias. A paz deve prevalecer sobre a guerra. Pela paz lutam os povos da Argentina e do Chile. Na Conferência de solidariedade com o povo chileno que se vai realizar em Madrid, como já anunciámos, a voz das forças antifascistas, a nível internacional, terá oportunidade de se erguer também contra as ameaças de guerra que lavram na América Latina.

A luta no Irão África e Médio Oriente

As ordens, as ameaças, os apelos aos grevistas dos campos petrolíferos iranianos para regressarem ao trabalho foram inúteis. A ocupação pelo Exército também. Os Estados Unidos (e o Japão) reagiram com alarme, tomando mais clara a ligação entre o Irão grande produtor de petróleo, o Irão submisso defensor dos interesses do capital norte-americano na OPEP, e o empenho de Carter em defender um regime odiado pelo povo iraniano, abertamente contestado em greves e manifestações de rua por todo o país. Lado a lado com os 30 mil trabalhadores do petróleo em greve, estão os funcionários públicos, os professores, a aviação civil. A degradação do governo da monarquia reflecte-se na demissão de um governo com pouco mais de dois meses de existência e a nomeação de um governo militar, no estado de sítio rigoroso, nas dezenas de mortos vítimas da repressão nestes últimos dias. Os esforços no sentido de obter um compromisso com alguns elementos religiosos mais significativos persistem mas estão-se a revelar infrutíferos. A utilização de provocadores, que se introduzem entre as multidões, foi denunciada também como táctica do governo. A Frente Nacional Oposiçã, tal como o «ayatollah» Komeyni — que rejeitaram o novo governo militar e declaram a necessidade do fim da dinastia — não abrem perspectivas claras para um futuro livre da tutela do imperialismo, mas inserem-se na determinação popular de derrubamento do Xá. O facto de o imperialismo continuar a apoiar uma figura condenada, a estes dos seus problemas na zona, e dos grandes interesses que aí defende. Contra a vontade e os interesses do povo iraniano.

mesma política de confronto com a vontade dos povos em luta pelos seus objectivos resalta em África. Enquanto a ONU denuncia os conflitos com Pretória, em que estão envolvidos os principais países capitalistas desenvolvidos, assiste-se a um esforço de multiplicar e agudizar pontos de tensão no continente, e de divisão do movimento de libertação e de países progressistas. Os ataques armados da Rodésia racista e da África do Sul contra os países vizinhos, prosseguem. Uma vez mais a Zâmbia é bombardeada pela força aérea rodésiana. Surge um grave conflito, com a ocupação de território tanzaniano por tropas ugandesas, a pretexto de luta contra a oposição ao governo de Idi Amin, e de uma velha divisão colonial de territórios no século passado. As tentativas de mediação por parte da Líbia e do Quênia resultaram infrutíferas. A Tanzânia mobiliza as suas tropas contra o invasor.

O Médio Oriente destaca-se a importância da unidade árabe — ainda que complexa — face ao crescente isolamento de Sadat. O comunicado final da cimeira árabe realizada em Bagdad exorta o presidente do Egipto a não firmar nenhum acordo separado de paz com Israel; rejeita formalmente os acordos de Camp David; assenta numa série de resoluções destinadas a reforçar a causa árabe e da Palestina, nomeadamente através da criação de um fundo financeiro; determina medidas a adoptar caso seja assinado um acordo israelo-egípcio; reafirma a OLP como único legítimo representante do povo palestiniano. A cimeira salda-se assim num passo positivo, numa situação e numa zona particularmente delicadas da política internacional.

Polónia: 60 anos de independência

Há 60 anos, em 1918, e na sequência da Grande Revolução Socialista de Outubro, o povo polaco conquistou a sua independência. Uma independência que só viria a significar a resposta aos problemas dos trabalhadores, e a sua verdadeira consolidação, após a Segunda Guerra Mundial, quando a vitória do Exército Vermelho sobre a ofensiva nazi abriu caminho à criação da comunidade socialista na Europa.

No limiar da sua independência, a situação na Polónia caracterizava-se por uma grande dispersão e enfraquecimento da classe operária. Centenas de milhares de operários tinham sido deportados para a Rússia e a Alemanha, tendo vários milhares desses operários polacos — os mais conscientes — participado na Revolução de Outubro. O desemprego era extremamente elevado. As dificuldades de acção organizada coexistiam entretanto com o impulso revolucionário que lavrava na Europa, fruto das imensas dificuldades suportadas pelas massas trabalhadoras e posteriormente do impacto da revolução na velha Rússia que, pela primeira vez na história, colocava definitivamente o poder nas mãos das massas trabalhadoras. É neste contexto político que se definem as duas opções políticas em relação ao futuro da Polónia independente. Uma, representada por dois partidos operários marxistas-leninistas — a Social-Democrata do Reino da Polónia e da Lituânia e o Partido Socialista Polaco-Esquerda — que se viam a fundir, em fins de 1918, no Partido Operário Comunista da Polónia (que mais tarde adoptou a designação de Partido Comunista da Polónia). Outra opção em relação ao futuro do país é representada pelo Partido Socialista Polaco, da chamada Fração Revolucionária, que surgiu em

consequência da divisão do PSP. A base anticomunista da política do Partido Socialista Polaco levou-o a apoiar de facto o governo burguês e a colaborar em brutais actos de repressão contra as massas trabalhadoras polacas, organizadas pela acção dos comunistas, nomeadamente em Conselhos de Delegados Operários. Apesar das promessas demagógicas e do afastamento verbal dos partidos da direita, o Partido Socialista Polaco colaborou e deu sempre cobertura a uma política governamental dirigida contra os interesses das massas trabalhadoras.

Em 1923, o Partido Operário Comunista da Polónia, no seu II Congresso, afirmou: «Os governos da burguesia na Polónia constituem um perigo mortal para a sua independência (...) Neste momento histórico o proletariado polaco revolucionário tem de se apresentar na arena dos acontecimentos históricos não só como defensor dos interesses da sua própria classe, mas como condutor e porta-voz dos interesses de toda a nação». Este papel viria ser plenamente assumido pelo proletariado polaco depois da Segunda Guerra Mundial. Então, a independência conquistada em 1918, após 120 anos de luta contra a dominação estrangeira, ganhou a sua verdadeira dimensão.



A luta pela independência real do país não terminou em 1918. Em Agosto-Setembro de 1944, a população de Varsóvia luta contra o ocupante nazi. Guerrilheiros polacos aprisionam um soldado alemão.

Vietnam: solidariedade!

A luta do povo vietnamita pelo direito a construir uma pátria sua, independente, livre e socialista não acabou no dia em que caiu o regime fantoche de Saigão, (hoje cidade de Ho Chi Minh), no dia em que o imperialismo americano teve que se considerar vencido pela luta heróica e persistente de um povo em armas contra o invasor.

Hoje, milicianos vietnamitas continuam a cair na defesa das fronteiras do seu país contra soldados enviados por Pequim, contra as agressões por parte do Camboja, também fomentadas pelo China. Sucodem-se os ataques chineses — a 26 e 31 de Outubro, a 1 e de Novembro, são milhares de soldados mandados para semear a morte, para dificultar o mais possível a reconstrução nacional, a edificação do socialismo. Paralelamente aos ataques de que o Vietname é vítima, e com que se conjugam as calúnias sistemáticas lançadas pela propaganda do capital, alarga-se e aprofunda-se a solidariedade da comunidade socialista, das forças progressistas a nível mundial. Há apenas alguns dias a União Soviética e a República Socialista do Vietname assinaram um

o estabelecimento de relações interestaduais, e consequentemente de relações diplomáticas. Vietnam — as tarefas de hoje

O IV Congresso do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, hoje Partido Comunista do Vietnam, que se realizou em 1975, marca o coroamento da luta contra o imperialismo; o início da construção da sociedade socialista em todo o país, finalmente reunificada. A vitória do povo vietnamita, a reunificação do país, a marcha para o socialismo, constituem um todo indissolúvel — a base da nova realidade histórica e das tarefas que se lhe ligam: a construção vitoriosa do socialismo e a defesa das conquistas alcançadas e da independência nacional.



Hoje o povo vietnamita trabalha arduamente no desenvolvimento económico do seu país

Os ataques da China

Hoje a grande tarefa do Vietnam é uma tarefa construtiva, a difícil edificação da sociedade socialista num país devastado pela guerra, com uma economia atrasada, uma zona Sul eivada ainda de vícios e deformações herdadas da dominação imperialista. E, entretanto, continuam a morrer soldados vietnamitas nas fronteiras de um país que

socialista, da URSS, isolá-lo do movimento comunista internacional, afastá-lo da prática consequente dos princípios do internacionalismo proletário. Jogam-se por outro lado com a presença de elevado número de chineses hoje integrados na população vietnamita.

A China tem vindo a utilizar os chineses residentes nos países limítrofes para influenciar a seu favor a política interna desses países; incita os seus cidadãos no estrangeiro a apoderarem-se de posições importantes na economia dos países onde vivem e a manobrar de acordo com os desígnios de Pequim. No Vietnam há mais de um milhão de habitantes de origem chinesa, os «hua»: 300 mil no Norte do país, integrados na vida vietnamita através de acordos, que datam de 1957, entre o Partido Comunista do Vietnam e a China, e 900 mil a Sul, integrados na sociedade vietnamita nos últimos 20 anos. Os «hua» participaram com todo o povo vietnamita na luta contra o imperialismo. A campanha de calúnias e de intriga lançada pela China, baseada na ameaça de guerra e na utilização das medidas que atingiram os capitalistas no Vietnam libertado (alguns dos quais eram chineses), levaram cerca de cem mil chineses a abandonar o país, com evidente prejuízo para a economia e para o esforço de reconstrução do Vietnam.

Em 1961, o camarada Ho Chi Minh disse: «... o nosso Estado perdeu actualmente a todos os trabalhadores». Assim, é necessário que os operários, os camponeses, os intelectuais revolucionários tenham consciência de que o povo trabalhador é hoje senhor do nosso país e não mais servo das classes exploradoras. Temos o direito e dispomos das condições necessárias para construir com as nossas próprias mãos uma vida livre e feliz». Hoje esta afirmação é mais verdadeira do que nunca. As provocações e as agressões não podem impedir o povo vietnamita de construir a pátria socialista por que tão heróicamente lutou.



Momento histórico: a Assembleia Nacional decide, por unanimidade declarar o Vietnam unificado «República Socialista do Vietnam»

Moscovo um tratado de amizade e cooperação, que representa o fortalecimento dos laços internacionalistas entre ambos os partidos. Este tratado estipula que «no caso de qualquer das partes ser atacada ou ameaçada de ataque, os dois signatários deverão consultar-se imediatamente com vista à eliminação dessa ameaça» — o que no momento actual assume um importante significado. Também no nosso país — e na sequência das tradições de fraterna solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista do Vietnam — o PCP tem defendido, desde o 25 de Abril, o fortalecimento dos laços com um povo com quem muito temos a aprender.

A construção do socialismo tem exigido das massas trabalhadoras vietnamitas um trabalho heróico. As sequelas da guerra, no domínio económico, social, cultural, permanecem ainda vivas, particularmente no Sul do país. A base de que se parte é de um país subdesenvolvido, quase exclusivamente agrícola, com um clima difícil, sujeito a múltiplas catástrofes naturais: tufões, secas, pragas de insectos, inundações (que frequentemente atingem quase um quinto da superfície cultivável). Calcula-se que as perdas ocasionadas pelas cheias deste ano atingem 3 milhões de toneladas de grão, ou seja, pouco menos de um quinto da produção total prevista no plano.

heroicamente se bateu pelo direito à independência e à liberdade. Milhares de soldados chineses fazem incursões sistemáticas nas fronteiras vietnamitas. Também da parte do Camboja — cujo governo maquista é hoje frontalmente contestado pelo povo cambodiano — se sucedem as provocações fronteiriças. A China, cuja política externa se caracteriza pelo seu cunho profundamente reacçãoário, desenvolve múltiplos e diversificados esforços para dificultar a construção do socialismo no Vietnam. Os ataques armados são parte importante do ataque ao Vietnam socialista. Mas não são os únicos. As provocações fronteiriças somam-se os esforços para separar o Vietnam da comunidade

Breves notícias

Porquê o terrorismo em Espanha? — A Espanha iniciou a sua difícil caminhada para a democracia tendo por base o singular processo de regeneração do fascismo franquista por via pacífica, no qual se empenharam praticamente todas as forças políticas do país, exceptuando evidentemente a ultra-direita franquista. É evidente que o empenhamento dum vasto leque político na democratização do país enferma de fundas contradições, dado que tal empenhamento varia táctica e estrategicamente consoante as forças e os respectivos interesses de classe que defendem. Daí a morosidade complexa do processo e os seus sobressaltos frequentes. Mas não deixa de ser inquietante a proliferação de actos terroristas que, acobertados por justificações «revolucionárias», não passam, a maior parte das vezes, de puros actos de violência gratuita e até de banditismo. Actos esses vindos não só de agrupamentos «clandestinos» de extrema-direita mas também de

organizações esquerdistas pseudo-revolucionárias. Actos esses que, pelos alvos que escolhem têm vindo a servir objectivamente os desígnios das forças mais reacçãoárias do país. O mais recente exemplo desta realidade encontra-se na onda de violência terrorista que percorre a Espanha há uns tempos, coincidindo com a aprovação da nova Constituição espanhola. Muitos desses atentados surgiram com «motivações revolucionárias», reivindicados por organizações esquerdistas e vitimando indiscriminadamente, embora escolhendo alguns alvos bem definidos, como a imprensa. O resultado foi o avolumar de um clima de medo e intranquilidade entre os cidadãos e o abrir caminho para manifestações fascistas, muito «preocupados» com a violência no país.

«Sallut-6», essa aventura do nosso tempo — Os cosmonautas Vladimir Kovalionok e Alexandr Ivanchenkov regressaram à Terra após estabelecerem novo recorde de permanência no espaço a bordo da estação orbital soviética «Sallut-6», melhorando assim em 43 dias o anterior recorde de uma outra tripulação da «Sallut-6». Kovalionok e Ivanchenkov permaneceram 139 dias a bordo da estação — haviam sido lançados no espaço a 15 de Junho último — trazendo consigo muitas fotografias da superfície terrestre e dados relativos a um minucioso programa de experiências médicas, técnicas e científicas efectuadas na sua «casa» espacial durante os mais de quatro meses que lá permaneceram. A estação orbital soviética «Sallut-6» veio concretizar um velho sonho da cosmonáutica mundial que, há muito, concluiu da importância de tais estações para o incremento da conquista do espaço cósmico — não só pela economia de meios que representa mas sobretudo pela maior rentabilidade que oferece. Após a experiência dos EUA com o seu programa «Skylab», executado com sucesso mas inesperadamente abandonado até agora,

o problema das estações espaciais arrastou-se num período de gestação que viria a culminar com o extraordinário êxito do programa soviético «Sallut», já detentor de dois records mundiais de permanência no espaço, que atestam não apenas a exequibilidade das estações espaciais mas também a sua já notável operacionalidade.

Dominica torna-se independente — A ilha Dominica, antiga possessão britânica situada no mar das Antilhas entre as Ilhas Martinica e Guadalupe, tornou-se independente no passado dia 3. A nova nação, uma República, confiará um poder executivo limitado ao presidente escolhido pela Assembleia e tentará integrar-se nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos (OEA) como membro de pleno direito. A ilha, descoberta por Cristóvão Colombo em 1493, estende-se por 751 km² e tem uma população calculada em cerca de 80 000 habitantes.

1917

# Há 61 anos: Grande Revolução Socialista de Outubro

**E**M 7 de Novembro de 1917 – há precisamente 61 anos – triunfou na Rússia a Grande Revolução Socialista de Outubro. Foi a consequência lógica do desenvolvimento social e dos profundos conflitos socio-económicos gerados pelo imperialismo. A sua vitória deu origem ao primeiro Estado socialista do mundo: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Sob a direcção do Partido Bolchevique liderado por Lênine, foi criada, durante os anos que antecederam 1917, uma poderosa força social, a aliança do proletariado com o campesinato pobre, em torno da qual se reuniram todas as forças democráticas do país. Foi essa força que quebrou a resistência das classes detentoras do Poder e venceu as posteriores tentativas de contra-revolução.



## A participação dos trabalhadores no êxito da Revolução

Petras Silejkin, deputado soviético, declarou recentemente, durante uma sessão do Soviete Supremo da URSS, órgão superior do Poder estatal do país e expoente da soberania de todo o povo soviético: «O Poder revolucionário implantado após a Grande Revolução de Outubro permitiu, no curto prazo de sessenta anos, realizar transformações políticas e socio-económicas radicais no país, elevando o nível de vida dos trabalhadores e colocando-os na vanguarda do progresso nacional».

O próprio Petras Silejkin é um bom exemplo daquilo que afirma. Herói do trabalho socialista, operário, deputado ao Soviete Supremo, Silejkin ocupa-se, em conjunto com outros deputados de origem operária e camponesa (que constituem cinquenta por cento da totalidade de deputados ao Soviete

supremo), dos problemas mais prementes do Estado e da sociedade e participa activamente na adopção da nova lei fundamental do país.

A nova Constituição Soviética, que é praticamente obra de todo o povo, consagra a mais justa estrutura social no interesse dos traba-

lhadores, concedendo-lhes o direito e a possibilidade real de participar na gestão dos negócios do Estado e da sociedade e na discussão e adopção das leis e decisões de importância nacional e local.

Hoje, só na actividade dos órgãos de Poder soviético participam mais de dois milhões de cidadãos soviéticos, além de 29 mil deputados do povo, aproximadamente dez milhões de trabalhadores tomam parte activa nos órgãos de controlo popular; milhões de operários, engenheiros e cientistas levam a cabo uma actividade frutuosa no seio de diversas

sociedades científico-técnicas. Todos eles participam na solução dos problemas importantes e difíceis da edificação económica e cultural, exercendo o controlo da actuação dos organismos executivos, económicos e dos «soviets».

Os sindicatos soviéticos agrupam praticamente toda a classe operária, camponesa e intelectual, participam na realização das tarefas do desenvolvimento da economia nacional do país, desde a elaboração de planos de Estado até à gestão de empresas.

A democracia não terá sentido se não aplicar devidamente as forças

criadoras do homem. Trata-se do desenvolvimento dos princípios democráticos na situação imediata da produção.

No mundo da chamada livre iniciativa, onde todas as questões vitais do desenvolvimento económico e social são resolvidas fundamentalmente para beneficiar o patrão, o operário é afastado inteiramente da gestão da produção e não está interessado em aumentá-la, uma vez que isso apenas dará lucros suplementares ao patronato.

Na produção socialista, ao contrário, o operário não é unicamente o produtor mas o responsável absoluto

dessa produção, interessando-se em elevar constantemente a produtividade do trabalho, já que nesta base, como o sublinha a nova Constituição, o Estado socialista pratica uma política de aumento da remuneração do trabalho. O operário soviético, sabendo que não trabalha para um explorador mas para ele próprio e em benefício da sociedade, tende a aumentar a produtividade e a trabalhar mais.

Sob o socialismo, a colectividade dos trabalhadores toma-se a célula base não apenas do organismo económico, mas também do organismo político da sociedade

soviética. As colectividades de trabalhadores, como o estabelece a lei fundamental do país, participam na discussão dos negócios de Estado e dos assuntos sociais, na planificação da produção, na formação e distribuição dos quadros, na melhoria das condições de trabalho e de vida, na utilização de fundos destinados ao desenvolvimento da produção.

As Conferências de produção permanentes sob a direcção imediata dos comités sindicais são a forma mais eficaz e mais activa de participação maciça dos operários na gestão da produção. Em 1976, 50 milhões de

peçoas tomaram parte no trabalho dessas conferências. Mais de 100 milhões de propostas foram feitas para elevar a eficácia da produção e melhorar a qualidade de trabalho.

Porém, os poderes colectivos dos trabalhadores não se limitam à solução dos problemas de produção mas, igualmente, à elevação da educação política dos trabalhadores, do seu nível cultural e qualificação profissional.

Uma participação activa na gestão da produção, dos negócios do Estado e dos assuntos sociais, eis o que determina hoje a situação do homem soviético como dono do seu destino e criador da sociedade socialista.

## O Komsomol escola da juventude

O Komsomol, União das Juventudes Comunistas Soviéticas, celebrou dia 29 de Outubro o seu 60.º aniversário.

Fundado em consequência das orientações para a juventude, determinadas no VI Congresso do Partido Bolchevique, no Verão de 1917, correspondia aos objectivos de reunir as diversas formações de jovens; operários, camponeses e estudantes, numa só organização social, de modo a enquadrar a juventude no processo revolucionário que se desenvolvia nessa época.

De facto, a juventude era a vítima mais indefesa do regime czarista, provada dos mais elementares direitos políticos e económicos, e sofrendo uma intensa exploração. Vinte por cento dos operários industriais eram jovens com menos de 15 anos, que trabalhavam com um horário de trabalho ilimitado, sem assistência nem seguro social. Dois terços eram analfabetos e raros eram os que tinham condições para frequentar o ensino superior. Participava por isso activa-

mente nas lutas sociais, em greves, pelo fim do regime absolutista do czar.

Nos 60 anos decorridos, a história do Komsomol entrelaça-se estreitamente com a do Estado soviético. Os jovens do Komsomol lutaram na guerra civil contra as hostes contra-revolucionárias, na Guerra Pátria contra o invasor fascista, e foram responsáveis por inúmeras construções e realizações económicas do país dos soviets.



Hoje, o Komsomol participa activamente na administração dos assuntos do Estado, tendo direito à iniciativa legislativa, no âmbito da Constituição da URSS. Entre os deputados aos

soviets locais, os komsomóis constituem mais de 20 por cento, e existe um militante em cada dez deputados do Soviete Supremo das Repúblicas federadas e autónomas.

Além disso, mais de um milhão de jovens do Komsomol participa no trabalho dos órgãos de controlo popular e quase outros tantos são eleitos para os comités sindicais. Constituem quase um terço do número total dos que participam nos órgãos de gestão social das empresas.

O Komsomol tem também o seu quinhão de responsabilidades no fomento económico do país. Só em 1978, 140 grandes obras dos chamados complexos territoriais de produção, a sua participação é massiva. Assim, nas obras dos complexos da Sibéria Ocidental, Bratsk e Ust-Ilimsk, da Yakutia Meridional, de Pavlodar e Ekibastuz e da linha férrea Baikal-Amur, trabalham quatro milhões de jovens, dos quais um milhão e 400 mil são militantes do Komsomol.

## Mensagem de Arnold Kalinin

A propósito do aniversário da Revolução, o embaixador da URSS no nosso país, camarada Arnold Kalinin, divulgou a seguinte declaração:

«Ao assinalar, pela quinta vez no território de Portugal renovado, o dia festivo da União Soviética que é o aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro – acontecimento que representa a maior conquista revolucionária do século XX – quero, antes de mais nada, agradecer as mensagens de felicitações que nos foram dirigidas, nesta ocasião, por numerosos cidadãos portugueses.»

Os soviéticos nutrem sentimentos de sincera amizade pelo povo português e desejam-lhe grandes êxitos na construção de um Portugal democrático.

O povo soviético vive, há já um ano, sob o signo da sua nova constituição, que consagra uma grande etapa histórica no dever do nosso país: a criação de uma sociedade socialista desenvolvida.

Um dos traços mais notáveis da Constituição da URSS reside no facto de ela se orientar no sentido da paz e do desenvolvimento da amizade e da compreensão entre os povos. A política leninista de paz, fortalecimento da segurança dos povos e ampla cooperação internacional constitui uma obrigação, uma

norma constitucional para o Estado soviético. E a União Soviética cumpre firmemente esta lei.

No plano concreto, a União Soviética exortou, como se sabe, a discutir um conjunto de medidas que possam ser realizadas durante um período determinado e limitado de tempo: a cessação da produção de todos os tipos de armas nucleares, a cessação

a proposta de concluir um tratado mundial sobre o não emprego da força nas relações internacionais.

Actualmente, em tempos de paz, há 25 milhões de homens sob uniforme militar e gastam-se centenas de milhões de dólares na manutenção dos exércitos. Por isso não há presentemente tarefa internacional mais importante do que a cessação da corrida

bilateral.

Os soviéticos notam com satisfação que as relações entre a União Soviética e Portugal se desenvolvem favoravelmente. Fazem-se consultas sobre problemas de actualidade internacional. O volume do nosso comércio externo aumentou de 10 milhões de dólares em 1974 para 160 milhões de 1977 e, durante este ano, mantém-se a tendência do seu crescimento. Vendendo matérias-primas e combustíveis que vos são necessários, a parte soviética esforça-se, por outro lado, por equilibrar as trocas comerciais, comprando a Portugal artigos industriais e produtos agrícolas tradicionais.

Desenvolve-se o nosso intercâmbio nos terrenos da cultura, do desporto, do turismo e da edição de obras de autores soviéticos e portugueses. Em pouco tempo, surgiram na URSS e em Portugal centros de aprendizagem da língua portuguesa e da língua russa.

As relações entre os nossos países e povos podem servir como um exemplo de coexistência pacífica e de cooperação entre Estados com sistemas socio-económicos e políticos diferentes.

Permitam-me, para concluir, exprimir a convicção de que estas relações continuarão a desenvolver-se numa direcção propícia aos nossos povos.

## Saudação dos Pioneiros

Os Pioneiros de Portugal, através do Executivo da Comissão Coordenadora Nacional, enviaram à União das Juventudes Comunistas Leninistas da URSS (Komsomol) e à Organização dos Pioneiros «Lénine» da URSS (KID) a seguinte saudação:

Queridos amigos:

Em nome dos Pioneiros de Portugal e das crianças portuguesas, enviamos as mais calorosas felicitações à Juventude, aos Pioneiros e ao povo soviético pela passagem do 61.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro que sob a direcção do Partido de Lênine, abriu caminho à construção da sociedade socialista na qual a felicidade das crianças é preocupação fundamental.



## Uma página da História:

**«A demora significa a morte»**

No princípio de Outubro de 1917 Lênine decide estar mais perto dos acontecimentos revolucionários na Rússia. Vestido de fogueiro chega a Petrogrado numa locomotiva.

Maria Fofanova, dona de casa onde se refugiou, fica encarregada de trazer todos os jornais e revistas publicados. «E os da "Centúria Negra" também?» – perguntou ela surpreendida. Lênine respondeu: «Esses devem ser comprados em primeiro lugar. São os jornais dos nossos inimigos. Para se lutar com êxito contra os inimigos temos de os conhecer».

Ao determinar a direcção do ataque principal, Lênine, no artigo «Conselhos de um estranho», chega à conclusão de que só em Petrogrado pode e deve ser decidida e realizada esta rebelião. É necessário, diz Lênine, possuir informações exactas quanto à composição e localização das tropas, fazer o possível para que as forças revolucionárias sejam numericamente superiores e realizar a sua preparação militar, criar pequenos destacamentos de jovens operários, de soldados revolucionários e dos melhores marinheiros, a fim de ocupar os pontos vitais e participar nas operações mais importantes.

Segundo o plano leninista era necessário combinar o ataque das três forças principais da revolução, que era a Guarda Vermelha operária, a guarnição de Petrogrado e a Esquadra do Báltico, para cercar e tomar Petrogrado, ocupar e manter a qualquer preço a central telefónica, o telégrafo, as estações ferroviárias, as pontes e os estabelecimentos governamentais.

Em carta enviada aos bolcheviques que participavam no Congresso do Soviete da Província

Setentrional, as últimas palavras de Lênine são: «A demora significa a morte». Isto aconteceu no dia 8 de Outubro.

A 10 de Outubro, Lênine dirigiu a reunião do Comité Central do Partido, que tomou a decisão histórica de que a revolta armada era inevitável, tinha amadurecido e que todo o trabalho do Partido devia ser subordinado à finalidade de organizar e realizar a revolta. A fim de a dirigir politicamente, é criado um Bureau Político do CC, encabezado por Lênine.

Nem todos estão de acordo com esta decisão. Contra ela se pronunciam Kamenev e Zinoviev. Pensam que as forças dos bolcheviques são insuficientes e que as da contra-revolução são ainda predominantes e propõem que se espere pela Assembleia Constituinte. Trotsky insiste numa «emenda», isto é, que se adie a rebelião até ao II Congresso dos Soviets.

Lênine demonstrou que, dado existirem todas as condições para a rebelião, os bolcheviques não tinham o direito de esperar pelo Congresso dos Soviets.

A 16 de Outubro, reúne-se novamente o Comité Central, mas desta vez a reunião é ampliada, com a participação de representantes das mais importantes organizações de operários e soldados. Lênine profere uma intervenção em que defende a resolução sobre o levantamento armado. A reunião ampliada apoia a decisão tomada e exorta a que seja feita uma preparação intensa e multilateral da rebelião.

Em reunião limitada do Comité Central é eleito o centro militar revolucionário encarregado de dirigir a preparação e a realização do levantamento armado. Ficou decidido que esse centro faria parte do recém-criado Comité Militar Revolucionário adjunto ao Soviete de Petrogrado, estado-

-maior legal da insurreição, formado oficialmente para organizar a defesa da capital.

Lênine, de um modo firme e audacioso, aplica as decisões aprovadas pelo Partido. Um dia após a reunião ampliada, encontra-se com destacados funcionários da organização militar bolchevique e do Comité Militar Revolucionário. Por tudo se interessa meticulosamente: pela escolha dos comandantes, pela sua preparação militar, pela capacidade no manejo das armas ou pelo conhecimento da táctica dos combates de rua. Lênine vê com alegria a passagem de muitos regimentos da guarnição para o lado dos revolucionários: «Que força tem a revolução! Agora, o mais importante é dirigi-la de modo a vencer, mas sem a utilização da ciência militar não é possível triunfar!».

No dia 24 de Outubro, Lênine insiste no início imediato da insurreição. «É

agora evidente que, na verdade, a demora significa a morte», diz o texto. «A História não perdoará a demora dos revolucionários, pois hoje podem ser vencidos e vencerão – e vencerão com certeza – mas amanhã arriscam-se a perder muito, arriscam-se a perder tudo».

Rapidamente, desencadeia-se o levantamento armado. E na noite do dia 25, quase sem derramamento de sangue, a Revolução de Outubro tinha triunfado. O cruzador «Aurora» assinala com uma salva histórica a rendição da última cidadela da contra-revolução: o Palácio de Inverno, que os ministros do Governo Provisório tinham escolhido como último refúgio.

Nota – Foi só a 1 de Fevereiro de 1918 que foi introduzido na Rússia o calendário europeu. E por isso que o aniversário da vitória se comemora a 7 de Novembro, data que, no anterior calendário russo, correspondia a 25 de Outubro.